



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UESB)
Mestrado em Geografia



THAÍS CHAVES FREIRES

**GEOPOLÍTICA DA FOME: A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE MISÉRIA EM
TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
2021

THAÍS CHAVES FREIRES

**GEOPOLÍTICA DA FOME: A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE MISÉRIA EM
TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo-UESB) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de Pesquisa: Produção dos Espaços Urbanos e Rurais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suzane Tosta Souza

F866g

Freires, Thaís Chaves.

Geopolítica da fome: a produção dos espaços da miséria em tempos de crise estrutural do capital. / Thaís Chaves Freires, 2021.

143f. ; il. (algumas color.)

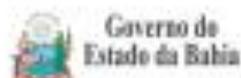
Orientador (a): Dr^a. Suzane Tosta Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referência F. 135 – 143.

1. Fome – Desigualdades espaciais. 2. Reprodução do espaço. 3. Crise estrutural. 4. Agronegócio. I. Souza, Suzane Tosta. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 363.8



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Reconhecida pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

**GEPOLÍTICA DA FOME: A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE MISÉRIA EM TEMPOS DE CRISE
ESTRUTURAL DO CAPITAL**

THAÍS CHAVES FREIRES

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: **10 de agosto de 2021**

Banca Examinadora

Suzane Tosta Souza

Profa. Dra. Suzane Tosta Souza
(Orientadora) (UESB)

Lucas Gama Lima

Prof. Dr. Lucas Gama Lima
(Examinador Externo) (UFAL)

Sócrates Oliveira Menezes

**Prof. Dr. Sócrates Oliveira
Menezes**
(Examinador Interno) (UESB)

Vitória da Conquista- BA

*A Classe trabalhadora e camponesa,
que perece sob o ângulo da fome moderna.*

AGRADECIMENTOS

É com muito regozijo que venho expressar a minha gratidão por todo o apoio e o carinho concedidos a mim por todos aqueles que acreditaram no meu potencial e incentivaram para que eu continuasse na trajetória acadêmica. Mesmo quando, lá no início, eu estava desanimada, houve pessoas que me aconselharam a não desistir. E assim ingressei, muito movida pela vontade de continuar com a pesquisa já iniciada na graduação; pesquisa esta que me despertou um enorme interesse pela temática em questão — a fome —, uma vez que esta fez parte do cotidiano de meus familiares que viveram/vivem nas terras dos municípios de Mirante e Caetanos, situados na Caatinga do Nordeste Brasileiro.

Obrigada ao **Nosso Senhor** e a **Nossa Senhora**, nossos íntimos diálogos são fundamentais para a minha paz de espírito e renova sempre a minha coragem de continuar na luta por um mundo justo e fraterno.

Agradeço também aos meus pais, **Eunice e Edivaldo**, por nunca desistirem de mim e sempre lutarem para garantir que eu estudasse e me dedicasse aos estudos; a minha querida irmã **Thamiris**, com seus ouvidos sempre dispostos a escutar meus anseios e minhas lamúrias, obrigada por estar junto comigo, principalmente nos momentos mais difíceis quando minha ansiedade aperta; a meu sobrinho **Davi Lucca**, por tornar os meus dias mais divertidos e cheios de carinho; ao meu companheiro **William**, por estar ao meu lado nos momentos felizes e tristes da vida; e a todos os meus parentes e familiares, pelas mensagens regadas de amor e estímulo, em especial a minha querida **Avó Joana**, pela atenção e constante oração, e ao meu guerreiro **avô Boa Ventura**, por todo o amor, ele que durante esse tempo sofreu uma fratura no fêmur e vem obtendo uma excelente recuperação.

E com muito prazer, estendo meus agradecimentos a minha orientadora e amiga **Suzane**, és um exemplo para mim de mulher, trabalhadora, pesquisadora e militante, obrigada por toda a dedicação e o zelo. Mesmo com o distanciamento social

provocado pela pandemia da Covid-19, o contato virtual entre nós duas não foi perdido, sendo crucial para o amadurecimento e conclusão desta dissertação.

A todos os professores que tive o privilégio durante as disciplinas do Curso de Mestrado em trocar e abstrair conhecimento: **Suzane, Jânio, Miriam Cleia, Mário Rubem, Ana Emília e Sócrates**; bem como aqueles que compartilharam esses momentos conosco, meus colegas da turma 2019: **Guilherme (Gui), Joctan, Bruno, Luma, Franciane, Karen, Jéssica, Geisa, Núbia, Thiago, Renaildo, Ane Caroline, Mariana, Nilton e Gerardo**; e também aos colegas **Edlene (Dila), Eric, Lucas, Lara e Gislane (Gisa)**. Obrigada a todos por encararmos juntos esta luta, a ajuda e força dadas entre nós com certeza foi reconfortante para mim.

Não poderia deixar de agradecer aos professores **Sócrates e Lucas**, por aceitaram o convite em compor a banca examinadora desta dissertação, tecendo importantes contribuições e questionamentos para o amadurecimento da pesquisa. Vocês são referências para mim, por isso é uma grande honra.

Também agradeço aos meus amigos: **Lilia, Letícia, Nara, Flávio e Mário**, que assim como eu, residem no município de Poções, logo, conhecem mais de perto meu cotidiano, acompanham minhas angústias e trazem um acalento necessário.

Por fim, agradeço a **UESB**, junto ao **PPGEO**, por possibilitarem os meus estudos; bem como a **CAPES** por em parte auxiliar financeiramente no desenvolvimento da pesquisa.

A todos, meu carinho, admiração e respeito!

Conhecemos a fome, estamos habituados à fome: sentimos fome duas, três vezes por dia. Não há nada mais frequente, mais constante, mais presente em nossas vidas do que a fome — e, ao mesmo tempo, para a maioria de nós, nada mais distante do que a fome verdadeira.

Conhecemos a fome, estamos habituados à fome: sentimos fome duas, três vezes por dia. Mas entre essa fome repetida, cotidiana, repetida e cotidianamente saciada que experimentamos, e a fome desesperadora daqueles que não podem mitigá-la, há um mundo. A fome tem sido, desde sempre, a razão de mudanças sociais, progressos técnicos, revoluções, contrarrevoluções. Nada teve mais influência na história da humanidade. Nenhuma doença, nenhuma guerra matou mais gente. No entanto, nenhuma praga é tão letal e, ao mesmo tempo, tão evitável como a fome.
Eu não sabia.

(A FOME – Martín Caparrós)

RESUMO

A presente pesquisa é compreendida como um estudo acerca da temática da fome, visto que a mesma é uma realidade concreta para grande parte da classe camponesa e daqueles que se reproduzem nas periferias urbanas, sendo o processo de expropriação (da terra e do trabalho) e a negação dos meios de produção, essenciais para o entendimento da questão. Portanto, partindo de uma leitura da contradição capital *versus* trabalho, entende-se que o fenômeno da fome é resultado do modo de operar desigual e combinado do capital, o qual condena milhões de sujeitos a vivenciarem, cotidianamente, dificuldades de reprodução da vida, como alimentar-se de maneira saudável e suficiente e que não é possível de ser superada nesta forma de sociabilidade vigente. Vivencia-se, na atualidade, uma crise estrutural do sistema do capital, com consequências perversas e destrutíveis para a sociedade e para a natureza, uma vez que o sistema do capital busca incessantemente à expansão, à acumulação e o lucro, e para que isso aconteça, a extração de mais-valia é peça-chave deste processo. Neste sentido, compreende-se que a fome moderna, aliada ao desemprego estrutural, no qual milhares de sujeitos são colocados na condição de supérfluos, é condição para a reprodução ampliada do capital, sendo tal realidade expressa no espaço geográfico, posto que espaços de miséria e espaços de riqueza são produzidos, contraditoriamente. Outra condição fundamental para o entendimento da existência da fome moderna, nesse caso, do Brasil, é que o avanço das forças produtivas e o conseqüente aumento da produção de alimentos também fazem parte da lógica da reprodução ampliada do capital, em que o alimento é posto enquanto mercadoria comercializável nas bolsas de valores e nos mercados futuros, via agronegócio, como *commodities*, voltado para à exportação e controlado pelas empresas multinacionais, e pelo contrário, o mesmo não é convertido/direcionado para o mercado interno, a fim de saciar o povo brasileiro que passa fome. Assim sendo, esta dissertação tem o objetivo central de analisar a fome como um fenômeno geográfico, materializada nos espaços desiguais e contraditórios no campo e nas cidades, em um contexto de crise estrutural do capital. Para tanto, os procedimentos metodológicos — levantamento bibliográfico, através de leituras, fichamentos e reflexões de pesquisas acadêmico-científicas (teses, dissertações, artigos, livros, etc.); pesquisa de dados secundários, à exemplo de estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), dados do Censo Agropecuário, análise do Mapa da Fome (FAO) e documentos da OXFAM Brasil — adotados para a pesquisa – foram simultaneamente tratados e sistematizados de acordo com as temáticas/questões analisadas.

Palavras-chave: Fome; Produção do espaço; Crise estrutural; Agronegócio;

Expropriação Camponesa.

ABSTRACT

The present research is comprehended as a study about the hunger topic, since it is a concrete reality for a large part of the peasant class and those who reproduce themselves in urban peripheries, the process of expropriation (land and labor) and the denial of the modes of production being essential for understanding the issue. Therefore, assuming from a reading of the capital versus labor contradiction, it is understood that the hunger phenomenon is the result of the unequal and combined operative way of the capital, which condemns millions of subjects to experience, on a daily basis, difficulties in the reproduction of life, such as eating in a healthy and sufficient way that cannot be overcome in this current form of sociability. It is experienced, nowadays, a structural crisis of the capital system, with perverse and destructible consequences for society and for nature, since the capital system incessantly seeks expansion, accumulation and profit, and so that can happen, the extraction of gains is a key part in this process. In this regard, it is understood that modern hunger, allied to the structural unemployment, in which thousands of subjects are put in the superfluous condition, this is the condition for the expanded reproduction of capital, and this reality is expressed in geographic areas, since misery areas and wealth areas are produced, contradictorily. Another fundamental condition for understanding the existence of modern hunger, in Brazil in this case, is that the advance of productive forces and the consequent increase in food production are also part of the logic of the expanded reproduction of capital, in which food is placed as a commodity traded on the stock exchanges and futures markets, via agribusiness, as commodities, export-oriented and controlled by multinational companies, and on the contrary, it is not converted/directed to the domestic market, in order to satisfy the Brazilian people who are hungry. So, this dissertation has the central objective of analyzing hunger as a geographical phenomenon, materialized in unequal and contradictory areas in the countryside and in the cities, in a context of capital structural crisis. For this purpose, the methodological procedures — bibliographic survey, through readings, records and reflections on scientific-academic research (theses, dissertations, articles, books, etc.); research of secondary data, such as official statistics from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), reports from the United Nations (UN), data from the Census of Agriculture, analysis of the Map of Hunger (FAO) and documents from OXFAM Brazil — adopted for the research — were simultaneously treated and systematized according to the themes/issues analyzed.

Key-words: Hunger, Area Production; Structural crisis; Agribusiness; Peasant Expropriation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 01 – Mapa da fome no Brasil – 1950.....	37
Figura 02 – Agricultura familiar e não familiar – Proporção das áreas e dos números de estabelecimentos – Brasil, 2017.....	109
Figura 03 – Valor Bruto da Produção no Brasil em 2019 e 2020 (em R\$ bilhões).....	117
Figura 04 – Reportagem sobre o aumento da fome no Brasil em 2021.....	123
Figura 05 – Mapa geográfico da fome no Brasil – últimos três meses de 2020.....	124

Lista de Mapas

Mapa 01 – Fome no mundo – 2014.....	58
Mapa 02 – Fome no mundo – 2019.....	59
Mapa 03 – Fome no mundo – 2020.....	60
Mapa 04 – Disponibilidade de água no mundo - 2015.....	129

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Brasil – Violência no campo (2005-2019).....	127
--	-----

Lista de Quadros

Quadro 01 – Produção acadêmica sobre a temática da fome e o pensamento de Josué de Castro na Geografia brasileira.....	38/39
Quadro 02 – Taxa de informalidade da população ocupada (%) – Brasil, 2016-2019.....	86/87
Quadro 03 – Dados comparativos dos Censos Agropecuários do Brasil (2006/2017).....	107

Lista de Gráficos

Gráfico 01 – Número de pessoas que passam fome no Mundo – 2005 a 2018.....	57
Gráfico 02 – Taxa de desocupação – Brasil, 2012 – 2020.....	83
Gráfico 03 – Taxa média de desemprego no Brasil entre 2015 e 2020.....	84
Gráfico 04 – Taxa de desocupação entre 03/05 e 26/09/2020 – Brasil.....	85
Gráfico 05 – Rendimento médio real recebido por mês 2012/2020.....	88
Gráfico 06 – Área plantada - Brasil, 2008/2020.....	114
Gráfico 07 – Produção - Brasil, 2008/2020.....	115

Gráfico 08 – Exportações do Agronegócio - Brasil (2012/2020).....	118
Gráfico 09 – Aumento no preço dos produtos – Brasil, 2020.....	122
Gráfico 10 – Disponibilidade de terra no mundo, 2015.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ANBM	Associação Nacional das Bolsas de Mercadorias e Cereais (ANBM)
CME	Chicago Mercantile Exchange
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COVID-19	Novo Coronavírus
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPECT	Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPCA 15	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MP	Medida Provisória
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Comitê de Oxford para Alívio da Fome

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Rede	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PENSSAN	
SIBB	Sistema Integrado de Bolsas Brasileiras
SIRE	Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A FOME COMO FENÔMENO GEOGRÁFICO.....	22
2.1 POR QUE ESTUDAR A FOME NA GEOGRAFIA?.....	32
2.2 TERRITORIALIZAÇÃO DA FOME NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITAL.....	45
2.3 QUEM SÃO OS SUJEITOS SOCIAIS QUE PASSAM FOME?.....	52
3 A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DA FOME COMO CONDIÇÃO ESTRUTURAL DO CAPITAL.....	62
3.1 A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS ESPACIAIS.....	71
3.2 O CONTEXTO DE CRISE E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	79
3.3 A RELAÇÃO ENTRE A FOME, CLASSE SOCIAL E AS DESIGUALDADES ESPACIAIS.....	90
4 AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA: AGRONEGÓCIO <i>VERSUS</i> FOME.....	98
4.1 A OPÇÃO PELO AGRONEGÓCIO E A DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL.....	104

4.2 A PRODUÇÃO DE <i>COMMODITIES</i> E A GEOPOLÍTICA DA FOME COMO DETERMINAÇÕES DO CAPITAL.....	112
4.3 DA PRODUÇÃO DE <i>COMMODITIES</i> A DEGRADAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA.....	125
5 CONCLUSÕES.....	131
REFERÊNCIAS.....	135

1 INTRODUÇÃO

*De pé, ó vítimas da fome!
 De pé, famélicos da terra!
 Da idéia a chama já consume
 A crosta bruta que a seterra
 Cortai o mal bem pelo fundo!
 De pé, de pé, não mais senhores!
 Se nada somos de tal mundo
 Sejamos nós, oh produtores!*

*(A Internacional Comunista,
 letra Eugène Pottier, composição: Pierre De Geyter).*

Esta pesquisa é motivada pelo interesse em analisar a permanência da fome, da pobreza e da miséria para grande parte dos sujeitos que se reproduzem no campo e nas cidades, frente as investidas do capital sobre o trabalho, em que espaços desiguais e contraditórios são produzidos como condição à sua expansão e acumulação. Em um contexto de crise estrutural, marcado pela total impossibilidade do capital de explorar parte significativa da força de trabalho disponível à produção do valor, a fome (explícita ou velada) se agudiza, ao mesmo tempo aprofundam-se a intensificação e a precarização do trabalho necessários a reprodução ampliada do capital, ampliando as desigualdades espaciais.

Portanto, o desafio da presente dissertação é trazer o debate da fome e da miséria, entendendo como aspecto fundamental na desigual produção do espaço, seja no campo ou nas cidades, associando as condições históricas estruturantes de um modo de produção onde a expropriação e a exploração do trabalho não pago é o motor pulsante, objetivo último da produção de capital. Para tanto, o aparato teórico marxista é o sustentáculo central para se romper com as explicativas naturalizantes do debate da fome, ou mesmo de outras interpretações que fogem do pilar central que sustenta essa forma de sociabilidade – a exploração do capital sobre o trabalho, como aponta a perspectiva Malthusiana, que por longas décadas permeou o debate geográfico.

Tal propósito deriva das inquietações iniciadas em pesquisa monográfica e iniciação científica realizadas no período da graduação em Licenciatura em Geografia

na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), nas quais nos debruçamos a investigar a atualidade do debate sobre a fome, resgatando os estudos de Josué de Castro, em especial as teses centrais do seu livro *Geografia da Fome*, partindo do pressuposto inicial de que a fome não se explica pelas condições naturais, mas sociais, políticas, econômicas e históricas, nas relações de produção e suas contradições. A participação e as reflexões propostas pelos Grupos de Pesquisa: Luta pelo trabalho na periferia de Vitória da Conquista: mobilidade, permanência camponesa e reprodução da vida nas contradições do Urbano; e Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT), também corroboraram para o amadurecimento e desdobramento da presente pesquisa.

O tema em questão circunscreve-se como uma pesquisa no campo da Geografia Agrária e Social e busca compreender a superação da fome como forma de enfrentamento à sociedade composta por classes sociais antagônicas, entendendo a questão da luta pela terra, pela vida e pelo trabalho como parte desse processo. Diferente dos estudos na Geografia que se desdobram para uma perspectiva reformista/progressista, na qual a reforma agrária, as políticas públicas, entre outros, são colocadas como soluções para os problemas sociais (embora consideramos essas questões essenciais em nossa sociedade), entende-se que não avançam no que é central – o processo de expropriação, a negação dos meios de produção – que reproduz espaços desiguais. Portanto, a referida pesquisa está fundamentada na leitura da contradição capital e trabalho.

E o fenômeno da fome é visivelmente objetivado no espaço geográfico, entendido para além do espaço natural ou do espaço enquanto localização dos objetos. Influenciada pelo pensamento de Henri Lefebvre, compreende-se que o espaço é social, produto da própria materialização das relações sociais.

Um tal espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Ele não se reduz nem aos objetos que ele contém, nem à sua soma. Esses “objetos” não são apenas coisas, mas relações. Como objetos, eles possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma; ele os situa diferentemente nos conjuntos espaço-temporais, mesmo quando respeita sua materialidade, sua naturalidade: de uma ilha, de um golfo, de um rio, de uma colina, etc. (LEFEBVRE, 2006, p.69).

Desse modo, a fome, como qualquer outra mazela produzida pela sociedade produtora de mercadorias, é um fenômeno social, mas se expressa materialmente nos espaços desiguais — *lócus* da miséria e da riqueza —, tanto nas periferias urbanas como nos espaços de permanência camponesa. Considera-se que, a leitura geográfica crítica permite compreender essas contradições impostas pela relação capital *versus* trabalho. Portanto, esse é o desafio proposto pela pesquisa, que parte dos seguintes questionamentos: em tempos de crise profunda no sistema do capital, como compreender a fome como um fenômeno concreto para grande parte da classe trabalhadora e camponesa? Como a fome se expressa materialmente nos espaços de miséria? Quais as contradições postas entre o aumento da produção de alimentos e a exacerbação da fome para as classes expropriadas? E mais, como esse contexto de crise marcado pelo desemprego estrutural, perda de direitos trabalhistas, dentre outras mazelas, se consolida nos espaços da fome e da miséria? Como a leitura geográfica da fome pode contribuir para entender esse processo?

Esta pesquisa surge então, com o propósito de analisar a fome moderna, numa perspectiva geográfica, entendendo que a mesma é produto social e histórico, logo, se expressa espacialmente, materializada nos espaços de pobreza e riqueza. Nesse sentido, na segunda seção, desmistificamos algumas teorias que naturalizam as causas da fome, como a teoria Malthusiana, analisando o fenômeno da fome como resultado do processo de expropriação e da exploração de trabalho não pago que sustenta a relação capital, portanto, a referida pesquisa se assenta com a preocupação de mudar o tempo histórico presente, de evidenciar a fome como uma realidade concreta para grande parte dos sujeitos sociais. Reconhecemos a importância dos estudos de Josué de Castro, pioneiro no debate sobre a temática da fome, apontamos as suas contribuições, mas, diante de alguns limites de tempo e espaço, compreensíveis dado o contexto social em que foram produzidas, consideramos necessário ampliar as discussões na atualidade, na qual há o acirramento das contradições do sistema do capital em tempos de crise. São, então, os sujeitos sociais que se reproduzem nos espaços contraditórios de miséria do campo e das periferias urbanas – dado a expropriação das terras, a escassez dos meios de produção, para produzir os alimentos necessários ao sustento da família, e que não conseguem vender o que lhe resta: sua força de trabalho – que padecem de fome.

Na terceira seção refletimos sobre o processo de consolidação do modo de produção capitalista, no qual o aumento da produtividade e a extração da mais-valia são faces de uma mesma moeda, cujo interesse está voltado para a expansão da produção da mercadoria, indispensável ao sistema do capital. Assim, para a garantia da acumulação capitalista, uma massa de trabalhadores é posta na condição do desemprego estrutural, uma vez que expropriados dos meios de reproduzir à vida, padecem no duro cotidiano da fome, ou ainda se submetem às formas mais precárias de trabalho, reflexo da crise estrutural do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011), que acirram as contradições do modo de produção. No caso do Brasil, esse processo é perceptível por meio do aumento da informalidade, do desemprego e do retorno do país ao Mapa da Fome. Logo, são as classes sociais mais pobres que, embora produzam os espaços da riqueza, se reproduzem nos espaços da miséria.

Na quarta seção nos detemos a análise da contradição entre a produção de alimentos e o agravamento da fome. No Brasil, especificamente, tem-se a implantação de um modelo de produção no campo voltado aos interesses acumulativos das classes proprietárias nacionais – vinculadas aos interesses mundiais do capital agrário, industrial e financeiro –, em que o aumento vertiginoso da produção de alimentos, sob a forma de *commodities*, movidas pelo agronegócio, amplia a fome para milhares de brasileiros, uma vez que a produção de alimentos se estabelece como mercadoria e não possui como finalidade saciar a fome dos sujeitos. Tal lógica destrutiva — sobre a natureza e a sociedade — se expressa por meio da produção dos espaços da riqueza e da miséria no campo brasileiro.

A fim de dar conta dos objetivos propostos, a metodologia adotada se estabelece em dois momentos. Primeiro é realizada uma pesquisa bibliográfica, mediante leituras, fichamentos e reflexões de pesquisas acadêmico-científicas (teses, dissertações, artigos, livros, etc.), buscando compreender as intervenções do capital sobre o trabalho, com base na leitura de que as contradições se estabelecem no instante em que a produção da riqueza socialmente produzida é apropriada por uma determinada classe social, consolidando a separação dos trabalhadores dos meios de reproduzir à vida, bem como produz espacialmente (e desigualmente) o fenômeno da fome; segundo, por meio de levantamento de dados secundários, com o intuito de analisar como se consolida concretamente na realidade tais questões.

O referencial teórico está respaldado nas contribuições de autores tanto da Geografia como de outros ramos das Ciências Humanas, assim, os estudos dos

clássicos como Marx (1996; 2013), Engels (2010), Mészáros (2011), Castro (1955; 1967) e Lefebvre (2006), são fundamentais para o aprofundamento da temática da produção do espaço desigual e contraditório, no qual a fome se expressa como contradição inerente ao sistema do capital e adquire proporções ainda mais drásticas em um momento de crise estrutural do capital e a busca desenfreada para manter os patamares de acumulação. Além de bibliografias mais recentes como Oliveira (2001; 2016), Lima (2018), Antunes (2009), Menezes (2009), Esteve (2017), Harvey (2005, 2011), Goldfarb (2013), Madeley (2003) e McMichael (2016) a fim de retomar o debate e explicar a atualidade dos processos de expropriação e apropriação, pelo controle da terra, do alimento e do trabalho.

Através de levantamento de dados – estatísticas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU), dados do Censo Agropecuário, Análise do Mapa da Fome, documentos da Oxfam Brasil e diversos outros, pretende-se evidenciar o processo da fome, aliado ao aumento da produção de alimentos e sua relação com a intensificação e precarização do trabalho.

A análise da realidade revela a intensificação dos problemas sociais como o desemprego estrutural, a degradação e precariedade das condições de vida e de trabalho, pois são fatores que vão repercutir no aumento da fome na atualidade, produzindo e reproduzindo espaço desiguais. Assim sendo, a referida pesquisa tem a finalidade de evidenciar as contradições ocultadas pela forma desigual de operar do modo de produção capitalista, enfatizando a permanência da fome e da miséria enquanto uma condição estrutural da (re)produção de capital, materializadas nos espaços da periferias urbanas e das comunidades pobres do campo.

Nesse propósito, apontamos o objetivo geral da referida proposta de dissertação, qual seja: analisar a fome como um fenômeno geográfico, materializado na produção de espaços desiguais e contraditórios no campo e nas cidades, em um contexto de crise estrutural do capital. Para atender a esse objetivo, o desdobramos em objetivos específicos, por meio dos quais esperamos responder os questionamentos e indagações lançadas pela pesquisa, que são: compreender a fome como um fenômeno geográfico e os sujeitos que a produzem como expressão da produção desigual do espaço; entender como o contexto de crise estrutural do capital e tentativa de extrair mais trabalho intensifica a fome para grande parte da classe trabalhadora; e, por fim, analisar as contradições impulsionadas pelo crescimento na

produção de alimentos no Brasil (via agronegócio) e o aumento da fome estrutural nos espaços da miséria que se concretizam no campo e nas cidades.

2 A FOME COMO FENÔMENO GEOGRÁFICO

*O crime de rico a lei o cobre
 O Estado esmaga o oprimido
 Não há direitos para o pobre
 Ao rico tudo é permitido
 A expressão não mais sujeitos!
 Somos iguais todos os seres
 Não mais deveres sem direitos
 Não mais direitos sem deveres!*

*(A Internacional Comunista,
 letra Eugène Pottier, composição: Pierre De Geyter).*

O propósito da referida seção é compreender a fome como um fenômeno geográfico, cujas causas ocorrem e podem ser explicadas pelas próprias condições históricas e sociais nas quais se reproduzem a sociedade capitalista moderna. Por se tratar de uma pesquisa realizada no campo da Geografia, ressalta-se que o conceito de produção do espaço – ou o espaço social tal qual apreendido por Henri Lefebvre, nos fornecerá os elementos necessários para se compreender que a fome, enquanto produto social e histórico, se expressa espacialmente, em uma sociedade composta por classes sociais com interesses antagônicos, detentoras e não detentoras dos meios de produção.

Partindo, portanto, da relação entre fome, condição social de classe e produção desigual do espaço geográfico – torna-se muito evidente aferir que estão nos espaços de reprodução das classes trabalhadora e camponesa, no campo e nas cidades, sejam esses trabalhadores precarizados, desempregados, comunidades tradicionais, dentre outros, às marcas históricas dos sujeitos que passam fome e se reproduzem nos espaços da miséria, quais sejam os espaços precários do campo ou das periferias urbanas. São esses que sofrem, historicamente, os processos de expropriação da terra, dos bens naturais e dos instrumentos de trabalho, são os sujeitos que vivem o duro cotidiano da fome e se reproduzem nos espaços mais degradantes. Mas, longe de se explicarem em si mesmo, ou seja, nos espaços que se reproduzem, são produtos da expropriação, da propriedade privada sobre a terra e da exploração do

trabalho, ou mesmo em tempos de crise estrutural, da impossibilidade de terem acesso ao trabalho.

Realidade a qual se acresce o fato de que o capital aciona relações primitivas, no seu processo de acumulação, inclusive diante da crise estrutural. “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” (MARX. 1996, p.340). O capital, portanto, reativa relações bastante primitivas dos seus mecanismos de expropriação, indicando os limites históricos e humanos da relação capital-trabalho nos tempos da barbárie.

Em uma perspectiva mais atual e para à crítica a abordagem malthusiana que dominou, durante décadas, no pensamento geográfico, Volochko (2020) aponta para a necessidade de se superar o termo genérico e quantitativista “população”, que em geral escamoteou a leitura da sociedade, das relações sociais em suas contradições no debate geográfico. E que no caso da pesquisa aqui desenvolvida, acaba por mascarar os reais sujeitos que passam fome.

Embora os termos população e sociedade sejam utilizados frequentemente como sinônimos, é preciso entender as diferenças e as relações existentes entre eles, uma vez que entender abstratamente a população – extraído dela sua dimensão social e tratando-a estritamente como fenômeno quantitativo: número de mortos, taxas de mortalidade, etc. – nos conduz a uma inteligibilidade típica da racionalidade estatista e capitalista. Com efeito, população e sociedade formam uma relação dialética, o que significa que população e sociedade não são a mesma coisa, mas, sendo distintas, estão completamente implicadas, relacionadas uma com a outra, de modo que não conseguimos pensar uma população que não faça parte de uma sociedade e/ou uma sociedade sem população. A sociedade incorpora a população, mas dela se diferencia. Para a sociedade persistir, ou seja, para que ela perdure no tempo, sua população deve ser constantemente “reposta”. E a população é repostada por um processo de “substituição” de indivíduos (mortes e nascimentos). Assim, a população é uma pré-condição para a existência de uma sociedade; a sociedade vai sendo composta por populações, e estas, por sua vez, vão sendo compostas por gerações de indivíduos/famílias. A população nos remete à uma noção de tempo também em uma dimensão biológica: do nascimento à morte, passando pela reprodução, sendo o tempo da população mais curto que o tempo da sociedade. (Ibidem, p. 35-36).

O esclarecimento desses conceitos são fundamentais e iluminam a proposta que se desenvolve nesta dissertação, uma vez que o ser, o sujeito social de quem tratamos, não é um mero termo quantitativo, mas uma classe social que se constitui,

historicamente, no processo de expropriação da terra e das condições materiais de existência. Assim sendo, assume-se, conforme apontado por Lessa e Tonet (2011), trazendo por base o pensamento de Marx, de que não há indivíduos fora da sociedade, e que, portanto, todo o trabalho, ainda que realizado em um determinado momento por um indivíduo, possui uma dimensão social, coletiva, fazendo parte “da história dos homens de um modo geral” (p. 24). Portanto, nos ancoramos no fundamento de que há uma unidade indissociável entre o indivíduo, a espécie e o ser social (TONET, 2013), o que reforça a necessidade de se pensar os processos existentes em nossa realidade como processos que são sociais, que emergem das próprias relações materiais existentes, e que podem ser também consideradas na produção desigual, porque classista, do espaço, que como afirma Lefebvre (2006) é eminentemente social.

Assim, a fome também pode ser compreendida nesse processo e o espaço produzido de maneira desigual expressa as contradições de uma sociedade composta por classes sociais antagônicas. E é com base nesses argumentos, diretamente observáveis na realidade, bem como expressos nos dados oficiais, que nos permitem aferir que os sujeitos que passam fome são concretos, se reproduzem por meio das limitações das condições materiais, encontram-se, geralmente, expropriados dos meios de produzir a vida e para sobreviver precisam vender, a qualquer custo, sua própria força de trabalho, como uma mercadoria.

O que se pretende, portanto, é compreender a fome e sua materialização na produção desigual, porque classista, do espaço a partir das próprias contradições inerentes a relação capital *versus* trabalho, que adquire proporções ainda mais drásticas em um momento de crise estrutural do capital e a busca desenfreada para manter os patamares de acumulação. E mais do que isso, a própria condição estrutural do sistema do capital, a torna irreversível.

Partindo dessa argumentativa, ensaiamos uma retrospectiva sobre como esse tema da fome foi e é tratado na Geografia, e embora se aponte a importância de tais análises, reforça-se que poucas dessas se propuseram a colocar “o dedo na ferida”, ou seja, explicar o fenômeno da fome como resultado do processo de expropriação e da exploração de trabalho não pago que sustenta a relação capital. Embora se possa perceber o viés crítico de grande parte dessas pesquisas, algumas dessas acabam por trilhar o caminho do reformismo, ao acreditar ser possível vencer a fome a partir das políticas públicas, a participação por dentro do Estado ou as chamadas reformas

– que podem promover melhoras pontuais na vida dos sujeitos, e que embora importantes, como a reforma agrária, por exemplo, não rompe com a estrutura central que é a exploração do trabalho, podendo até levar o alimento à mesa de quem trabalha, mas sem superar a condição de exploração a qual esses sujeitos se reproduzem. De acordo a essa perspectiva, acredita-se que:

(...) o problema da fome no país, atualmente, é o da falta de renda para se alimentar adequadamente. E que esta falta de renda, traduzida por pobreza, é o reflexo da desigualdade de renda existente no país, agravada pelos altos níveis de desemprego e pelas taxas de crescimento econômico insuficientes para incorporar as pessoas que a cada ano querem ingressar no mercado de trabalho, além de pela falta de políticas públicas no campo da segurança alimentar. (BELIK; SILVA; & TAKAGI, 2003, p.12-13).

Entende-se que há um problema ainda mais grave e estrutural que é a exploração do trabalho, que é responsável por intensificar os problemas como a falta de renda, o desemprego e a ausência de políticas públicas, apontados por Belik; Silva; e Takagi (2003). Para o sistema do capital é positivo que parcelas significativas dos sujeitos sociais não tenham acesso ao emprego, pois enquanto mais pessoas permanecem ociosas, mais desvalorizada é a força de trabalho. Em 2020, “8,8% das horas de trabalho foram perdidas em todo o mundo [em relação ao quarto trimestre de 2019], o que equivale a 255 milhões de empregos a tempo integral”, apontou a Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência especializada da ONU. (Isto É Dinheiro, 2021). Isso significa que soma-se ao número dos desempregados já existentes outras 255 milhões de pessoas que não conseguem vender sua força de trabalho, um dado que evidencia a desigualdade produzida pelo sistema metabólico do capital ao manter/inserir milhões de pessoas na condição de supérfluos. Neste sentido, faz-se necessário levantar os seguintes questionamentos: o dito “desenvolvimento” é benéfico para quem? A sociedade capitalista está evoluindo ou regredindo ao ponto de acabar com a fome?

O referido “desenvolvimento” não é algo concreto para os sujeitos que estão inseridos no mercado informal de trabalho, nem tão pouco para as famílias que vivem no campo e que só tem um pedaço de terra (quanto tem) para produzir alimentos que possam saciar a fome. O “desenvolvimento” está atrelado aos interesses das grandes corporações produtivas que tem como objetivo central o aumento da produtividade,

portanto, desenvolve-se formas mais ágeis possíveis para tornar a produção em massa e com isso garantir a lucratividade. Partindo desta prerrogativa, torna-se inalcançável a superação da fome em consonância com o modo de produção capitalista, pois ao mesmo tempo que há o aumento da produtividade, tão logo dispensa de trabalhadores expropriados dos meios de produzir a vida, a fome se intensifica, mesmo diante das políticas públicas governamentais, que são importantes e pontuais, mas não conseguem superar as condições de pobreza e miserabilidade existentes.

A leitura da produção desigual do espaço permite aferir o “lugar” desses sujeitos no espaço, pois embora produtores da riqueza se reproduzem nos espaços da miséria, sendo a fome e a carência alimentar uma realidade concreta nesses espaços.

Ao se falar da fome na produção desigual do espaço, há que se considerar o papel pioneiro exercido pelo médico e geógrafo Josué de Castro nesse debate, uma pesquisa muito crítica para a época em que foi produzida, mas que também esbarra em alguns limites de tempo e espaço. Portanto, entende-se que falar da fome em tempos de reestruturação produtiva, diante da crise do capital, é uma forma de manter atual o debate no campo da Geografia, esgarçando as contradições inerentes a expropriação da terra e a exploração do trabalho que vão consolidar, cada vez mais, os espaços para os que vivem o cotidiano da fome.

A fome, por muito tempo, foi considerada um tabu, uma vez que pouco se falava sobre tal temática, por se tratar de um assunto até mesmo delicado e perigoso, como enfatizou Josué de Castro, pois envolvem questões de ordem política e econômica. Os primeiros trabalhos acadêmicos que abordavam o fenômeno da fome eram no sentido de demonstrar a carência alimentar das populações, por outro lado, não se falava das suas causas, de suas origens históricas. A própria Geografia das décadas de 1960 e 1970 do século XX se encarregava de apenas fazer a denúncia. “Não houve preocupação com as contradições, apenas o registro das sinalizações” (CONCEIÇÃO, 2005, p.166).

O médico e geógrafo Josué de Castro foi quem primeiro debateu o processo da fome aliado às desigualdades sociais, contrapondo-se as teorias naturalistas, na qual preconiza que a fome é um fenômeno natural, causada por eventos da natureza, como por exemplo da seca, etc., e malthusiana, na qual se defende que o controle de natalidade é a solução para acabar com a fome, uma vez que seriam menos sujeitos

para alimentar. Essas duas teorias buscam naturalizar o processo da fome, como se não existisse uma solução real para superá-la e tivéssemos que nos adaptar a esse flagelo que é um problema social possível de ser sanado.

Sobre essas duas teorias naturalizantes, Castro (1955) alerta,

Nessas especulações sobre a fome mundial dois tipos de teoria aparecem que, a nosso ver, representam verdadeira ameaça para o futuro da humanidade, por isso que falseiam a realidade social do problema: as que tentam provar que a fome coletiva é um fenômeno natural e irremediável e as que apresentam como única salvação o controle forçado da natalidade, para retardar o crescimento da população do mundo. (Ibidem, p.41)

O autor escancara o conteúdo intrínseco de classe e de poder, mostrando que há pessoas e regiões desfavorecidas e mais pobres, por outro lado, outras que conseguem manter um regime alimentar mais adequado, revelando que há todo um discurso ideológico por trás da fome mundial e das tentativas de sua superação. Insere a Ciência Geográfica nesse estudo que se expressa na realidade concreta, ou seja, no espaço geográfico, produzindo espaços desiguais; portanto, através do seu olhar crítico, consegue enxergar as contradições, como, por exemplo, de que a fome é uma criação da própria sociedade.

E é nesse propósito que Arruda (1997) apresenta as razões pela opção do que Josué de Castro denominou de método geográfico,

Estas considerações conduzem ao entendimento da opção pela geografia como referencial analítico-crítico, induzindo às seguintes conclusões: a) desejava realizar uma descrição seletiva, provocadora, compondo uma imagem de mundo demarcada por um discurso científico; b) objetivava reinterpretar o papel da geografia, revisitando criticamente a geografia clássica, pelo fato de achá-la uma ciência defasada e distante dos reais problemas da sociedade; c) as suas preocupações humanísticas apontavam novas direções para a pesquisa em geografia, afastando-se de uma conotação de neutralidade tecnocrática para situá-la com o verdadeiro sentido de ciência social; d) em sendo o seu trabalho o resultado de observações em escala regional e comportando “*generalizações até certo ponto válidas para inúmeras outras regiões tropicais do mundo*”, ensejava incorporar uma das dimensões explicativas mais importantes da geografia, que é a da análise política; e) enfim, tinha a convicção de que era a melhor diretriz para desvendar a significação e as conseqüências do desenvolvimento espacial desigual. (Ibidem, p.547)

Desse modo, pode-se entender como a fome é um fenômeno geográfico, pois é socialmente produzida no espaço geográfico, que é apropriado de maneira desigual, daí também deriva a preocupação de Josué de Castro em estudar a fome na sua totalidade, uma vez que nenhum fenômeno se manifesta socialmente de maneira isolada, portanto, a escolha pelo que denominou método geográfico possibilitou uma análise mais ampla sobre o “desenvolvimento” em processo.

Cabe mencionar que a fome discutida nesta pesquisa não é somente a fome total ou global, ou seja, a ausência completa dos nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo humano, também consideramos igualmente grave a fome parcial ou oculta, ou ainda como chamamos atualmente, a fome moderna, que ocorre quando se tem deficiências específicas no corpo humano permanentemente. Portanto, assim como nos tempos de Josué de Castro, “nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva – da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas” (CASTRO, 1967, p.17). Mas, essas massas humanas não são iguais ou genéricas, elas se constituem enquanto classes diferenciadas e se apropriam, desigualmente, da natureza e dos resultados do trabalho (e da riqueza) social. Entende-se que a fome coletiva faz parte do cotidiano de muitos desses sujeitos expropriados dos meios de produção, sobretudo os trabalhadores mais precarizados ou desempregados, que resistem diariamente a esse fenômeno global. “Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta.” (Ibidem, p.36).

Mas, embora se possa reconhecer a relevância dos estudos de Castro, sobretudo para o período em que foi produzida, se colocando por isso no campo da crítica social, torna-se ainda visível verificar em seus estudos um forte apelo regional e o debate sustentado na ciência geográfica pelas desigualdades regionais, algo que, posteriormente, aponta limites para se pensar a própria lógica contraditória do modo de produção capitalista, na qual a terra e o próprio espaço se tornam mercadoria e possuem valor.

Assim, acredita-se que a intensificação da pobreza é parte estruturante e fundamental, sendo produto e condição para a perpetuação da exploração do trabalho pelo capital, portanto, da própria reprodução da sociabilidade vigente. Nessa, novas relações de trabalho foram se estabelecendo, com o intuito de avançar a produtividade, até mesmo com o discurso de superar a pobreza, como foi o caso da

dita “Revolução Verde”, na qual tinha-se como propósito impulsionar a modernização da agricultura, aliada ao processo de industrialização, como uma maneira de garantir a segurança alimentar dos sujeitos e que, por isso, fazia-se necessário aumentar a produção de alimentos. Por outro lado, esses objetivos foram distorcidos, uma vez que acirraram-se as contradições em benefício do lucro e a fome continuou a assombrar parcelas significativas dos trabalhadores expropriados e camponeses.

Diante do avanço da técnica e da ciência a serviço do capital, estruturado em uma nova economia capitalista de acumulação flexível, na construção de uma nova ordem em sintonia com a anunciação de um novo fenômeno: “a globalização”, do discurso da insuperabilidade e da permanência do capitalismo, continua a profetização da aceleração do crescimento econômico e consequentemente o fim das desigualdades. (CONCEIÇÃO, 2005, p.167)

De acordo ao apontado pela autora, há, pois, todo um discurso de que o progresso e o avanço na economia mundial ocorrem em consonância com o fim da desigualdade, portanto, com a superação da fome, da pobreza e da miséria. No entanto, o fenômeno da fome permanece em nossa sociedade, assim como o discurso ideológico de superação da pobreza, que no fundo, é uma manobra para o fortalecimento do sistema do capital. Cabe aos pesquisadores da Geografia se atentar ao fato de que,

Ser geógrafo é ver além das aparências, é ser capaz de analisar a espacialização da miséria não como simples registro de paisagem, mas como sujeito responsável por sua alteração na luta pelo fim do lucro, do capital; logo, revolucionário de um tempo presente, de um tempo histórico. (CONCEIÇÃO, 2005, p.169).

Cabe ao geógrafo o papel de observar e registrar, mas também de intervir e lutar pelo fim das desigualdades e contradições. Essa pesquisa surge então, com a preocupação de mudar o tempo histórico presente, de evidenciar a fome como uma realidade concreta para grande parte dos sujeitos sociais. É, pois, uma tarefa difícil, uma vez que há em nossa sociedade todo um processo de alienação arquitetado pelo capital mediante a ideologia dominante que impede os sujeitos de se verem na condição de explorados. Nesse propósito, difunde-se e naturaliza-se o discurso de que se o sujeito passa fome é porque não se dedicou ou trabalhou o suficiente para mudar suas condições de existência, distanciando-se das explicativas estruturantes

da sociedade, da composição das classes sociais e da apropriação histórica da natureza – sob a forma da propriedade privada, e do produto do trabalho.

E o debate da luta contra a fome desde os estudos do pioneiro Josué de Castro são fundamentais para nos dar sustentação de como a fome é um fenômeno universal/global presente desde os primórdios da humanidade, em que ocorre a exploração do homem pelo homem. Mas que no capitalismo adquire a conotação pautada na exploração do trabalho para produzir mais-valia, e da conversão dos sujeitos a condição de mercadoria.

Não resta dúvida de que tal autor desenvolve suas pesquisas no âmbito da Geografia. “É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome.”. (CASTRO, 1967, p,14).

Para tal fim pretendemos lançar mão do método geográfico, no estudo do fenômeno da fome. Único método que, ao nosso ver, permite estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos. (CASTRO, 1967, p.14)

Aqui cabe uma consideração, pois, apesar de reconhecer a relevância da obra de Castro, torna-se preciso apontar também alguns de seus limites, respeitando-se o tempo em que foi produzida e o objetivo da obra. E embora se constitua um marco nos estudos da fome, os escritos de Josué de Castro amparam-se em fundamentos geográficos hoje questionáveis para explicar o real, a exemplo de princípios como: extensão, conexão, etc., que embora importantes para o exercício do geógrafo, por si só, não são capazes de dar conta de processos que são sociais e históricos, e que, portanto, seguem outras dinâmicas de realização e apreensão.

Outra observação a ser feita é quanto à adoção, pelo autor, de um método geográfico, específico para essa ciência. Para nós, partindo da leitura e do método proposto em Marx, esse se aproxima mais da visão de mundo, da concepção filosófica, que na compreensão do mundo dos homens, do processo histórico, no qual só pode ser definido pela própria História. Assim sendo, embora se reconheça os princípios geográficos, compreende-se que esses se ligam mais a uma perspectiva metodológica, portanto tratando-se de procedimentos adotados para a análise, do que

um método específico de uma ciência. A concepção de método, assim, é mais ampla e não se prende, nem se limita, a uma determinada ciência.

Entretanto, considerando o período histórico na qual foram escritas as obras de Josué de Castro, em que a Geografia predominante era a de observar e descrever os fenômenos naturais no/do espaço geográfico, sem qualquer preocupação com a análise das relações sociais, o referido autor dá um passo à frente ao analisar as causas da fome, mesmo adotando o método interpretativo, mas com razoável criticidade, pois consegue enxergar grande parte dos problemas sociais, políticos e econômicos imbricados no processo da fome.

Verifica-se, na leitura desenvolvida por Castro (1955), uma preocupação com as questões sociais existentes, em destaque os problemas que afetam o campo e a questão agrária, como a expropriação e a luta pela terra. Para ele, a monocultura e o latifúndio são dois fatores que interferem diretamente na produção de alimentos. “Monocultura e latifúndio constituem dois dos maiores males do continente, que entravam de maneira terrível seu desenvolvimento agrícola e, conseqüentemente, suas possibilidades de abastecimento alimentar.” (Ibidem, p.129). O autor tinha a ideia simplista de que esses dois ‘males’ atrapalhavam o dito desenvolvimento, entretanto, muito pelo contrário, os mesmos foram decisivos para a transformação dos meios de produção, das relações de trabalho e do aumento da produtividade, inclusive, impulsionados com o discurso de superação da fome. Todo esse processo de globalização e de integração das Nações, ou melhor, de mundialização do capital, não foram capazes de fazer com que o alimento chegasse na mesa de todos os sujeitos. Entende-se que “a mundialização do capital é um fenômeno decorrente da internacionalização do capitalismo, que articulou em escala global as cadeias de produção, distribuição e circulação em um patamar desprovido de paralelo histórico.”. (LIMA, 2018, p.02).

A tendência do sistema capitalista à expansão contínua das forças produtivas é algo inato à sua constituição. No entanto, contraditoriamente, os obstáculos decorrentes das relações de produção (apropriação privada dos meios e riquezas geradas), explicam as constantes crises do sistema, cujas implicações hoje são mundiais. (SANTOS, 2001, p. 175).

Portanto, o avanço das forças produtivas é algo intrínseco ao modo de produção capitalista, que busca incessantemente mais lucro. Atualmente, permanece no campo um modelo de produção agrário em que as grandes propriedades produzem

um único tipo de alimento, sob a forma de *commodities*, enquanto que a comida para abastecimento interno é produzida pelos pequenos e médios produtores em pequenas extensões de terra. Posteriormente, em outra seção, também aprofundaremos nesse assunto. Tudo isso para reforçar que o processo de mundialização não significa o fim da expropriação, houve, pois, o acirramento das contradições no sistema capitalista.

2.1 POR QUE ESTUDAR A FOME NA GEOGRAFIA?

Para pesquisar sobre a fome através do viés da ciência geográfica, em princípio há que se decorrer aos estudos pioneiros de Josué de Castro, no qual já entendia que a fome não é natural ou populacional, mas consequência da estrutura econômica, política e agrária, destacando a falta de acesso ao alimento por grande parte da população mundial da sua época, mas que, apesar dos muitos limites da obra do referido autor, se expressa espacialmente.

Ao desmascarar que a fome não é um fenômeno natural, nem mesmo decorrente da superpopulação, Josué de Castro alerta para o fato de que, “no fundo, é a fome um dos fatores determinantes da superpopulação, acentuando o coeficiente de natalidade e, em consequência, o ritmo de expansão demográfica” (CASTRO, 2003, p.50). Atualmente, a teoria demográfica reformista, que reforça o pensamento de Castro, afirma que o aumento da taxa de natalidade é resultado do subdesenvolvimento, da pobreza e da miséria, (MARTINEZ; GARCIA, 2016) uma vez que os sujeitos sociais pertencentes a uma classe social mais baixa não têm o planejamento familiar como estratégia de controle de natalidade. Outro fator, nesse caso biológico, determinante para a expansão demográfica da classe mais pobre seria o aumento da fertilidade da mulher causado pela fome,

(...) a fome é causa e não efeito da superpopulação. Não há fome por excesso de gente, mas sim existe excesso de gente como uma consequência da fome. É que a fome crônica determinando uma elevação dos índices de fertilidade e dos coeficientes de natalidade se constitui como um fator de aceleração intensiva do crescimento das populações.” (CASTRO, 1960, p.30).

Outro limite encontrado na leitura de Josué de Castro é em relação a luta pela reforma agrária, importante, sobretudo no momento em que foi publicada, na qual desestabilizou os interesses dominantes, especialmente das classes dos proprietários fundiários, mas que, a grosso modo, pode bem se afinar com os interesses

desenvolvimentistas da burguesia, inclusive no que se refere as possibilidades de aumento da produção no campo, em que a reforma agrária pode ser vista como fundamental nesse processo. Observa-se, portanto, que embora essa seja uma política pública relevante no sentido de promover o acesso a diversos sujeitos expropriados do campo à terra de trabalho, propiciando o desenvolvimento do trabalho familiar na mesma, a produção de alimentos e possibilidades de melhoria na reprodução da vida, não deixando o sujeito totalmente condicionado ao trabalho assalariado, podendo inferir sobre a diminuição da fome para centenas e milhares de famílias, ela, por si só, não é capaz de superar as desigualdades historicamente reproduzidas pela relação capital/trabalho, mantendo intacto o edifício da exploração do trabalho não pago. Por outro lado, a explicação de Castro aponta para o sentido das reformas necessárias a fim de minimizar as desigualdades sociais, que se expressam espacialmente. Nesse processo, o tratamento sobre a fome adquire centralidade, não no sentido da superação do modo de produção, mas em sua minimização, com destaque a realização da reforma agrária.

Seria muito mais indicado ajudar essas populações a se nutrir melhor, para que assim pudessem ter capacidade e força para produzir melhor. Não existe perigo em se ver dobrar a população do mundo, se esta população se compõe de indivíduos capazes de uma ação social, capazes de produzir para sua subsistência e a dos seus. (CASTRO, 2003, p.85)

Com essas afirmações, Castro se torna um símbolo da luta para a minimização da miséria e da pobreza e tem seu mérito em desmistificar diversas teorias e interpretações equivocadas em relação as causas da fome. Criou sua própria teoria – a fome como expressão do subdesenvolvimento, sendo esse último caracterizado por ele como “a disparidade entre os níveis de produção, de renda e de capacidade de consumo entre diferentes camadas sociais e entre diferentes regiões que compõem o espaço sócio-geográfico da Nação” (CASTRO, 1960, p.65-66). Entretanto, grande parte das obras de Josué de Castro foram produzidas em um contexto histórico no qual muitos dos intelectuais brasileiros acreditavam que a indústria seria responsável pelo dito “progresso” da nação, garantindo o avanço da economia, melhorias sociais e retirando o país da condição de subdesenvolvido. Portanto, cabe a crítica:

Para os economistas clássicos e neoclássicos, com o advento da industrialização, o processo de acumulação de capital foi acompanhado pelo aumento correspondente de técnicas responsáveis pela mecanização no processo de produção das mercadorias. A combinação da força de trabalho com a mecanização garante o aumento da produtividade. No entanto, para Marx, o que aumenta, é a acumulação de capital com o conseqüente crescimento da miséria do trabalhador. Ou seja, a situação de pobreza das nações não pode ser interpretada como uma etapa a ser superada, mas como resultado das contradições inerentes ao modo de acumulação. (LISBOA, 2007, p.60).

Portanto, acredita-se que o desenvolvimento das forças produtivas acelerou a produção nas fábricas e conseqüentemente o aumento da produtividade, em favor da acumulação de capital, fomentando aos detentores do capital extrair a mais valia e garantindo, cada vez mais, o lucro. Nesse sentido, não era interesse dos capitalistas que o desenvolvimento da indústria fosse superar a pobreza, muito pelo contrário, a mesma se faz necessária e é intrínseca ao modo de acumulação capitalista. Eis um dos limites das obras de Castro, ao desconsiderar a análise da totalidade, da exploração do trabalho no qual o capital busca para acumular mais riqueza.

Lisboa acrescenta, evidenciando o caráter desigual e antagônico entre as economias avançadas e atrasadas:

A propagação desigual do progresso técnico, colocado como central para alavancar o desenvolvimento econômico, expressa à maneira da divisão internacional do trabalho, que se coloca de um lado, o conjunto das economias industrializadas, e de outro, economias exportadoras de produtos primários, que não dispõem do comando do seu próprio crescimento. Estas diferentes/desiguais economias são consideradas como modelos antagônicos e não como unidade, onde a economia avançada se alimenta da economia tida como atrasada. (LISBOA, 2007, p.49)

Acontece que a economia dita avançada se aproveita das condições favoráveis de exploração da terra e do trabalho, como força de trabalho barata, para controlar esses ditos países atrasados, subordinando-os, nos quais os mesmos produzem de acordo as ordens e necessidades que convém aos países centrais. “Chega-se à conclusão da impossibilidade de qualquer projeto emancipador que não venha acompanhado de mudanças estruturais no sistema produtivo” (SOUZA, 2009, p.8). Esse discurso desenvolvimentista passar a ser então uma falácia, “já que se concretiza apenas na garantia dos privilégios das classes dominantes – os

proprietários fundiários e os capitalistas” (Ibidem.). Todavia, a desigualdade social e de classe é peça chave para a existência da fome, uma vez que é impossível superá-la sem superar a sociedade classista na qual está fortemente sustentada com o capital.

Convém frisar que as obras, estudos e pensamentos de Josué de Castro são atuais, se pensarmos no tempo histórico, uma vez que o seu nascimento foi em 1908 e falecimento em 1973, logo, se estivesse vivo, estaria com 112 anos; e ao mesmo tempo se torna um clássico e pioneiro pois foi quem desenvolveu os primeiros trabalhos sobre a temática da fome, iniciando com estudos regionais sobre o Nordeste Brasileiro, em que o mesmo nasceu e foi criado, expandindo para a análise de todo o país e, posteriormente, do mundo, especificamente na América, Ásia, África e Europa. Um dos seus principais livros, Geografia da fome, “foi traduzido em 25 idiomas e tornou Josué de Castro conhecido no mundo. Pôs em alvoroço o ambiente intelectual e político brasileiro, pois o livro aflorou algo que todos tentavam ocultar, a fome” (ALVES, 2008, p.8). Entretanto, dado o contexto histórico da sua análise, é preciso apontar os seus limites.

Castro acreditava que o próprio Estado e os poucos detentores de capital seriam os responsáveis pela superação da crise, da fome, da pobreza e da miséria, o que, de certa forma, seria o mais sensato, entretanto, o modo de produção no qual estamos inseridos é inerente a essas contradições.

Para alcançarmos esta nova era de paz e abundância, é necessário antes de tudo que os poucos homens que detêm em suas mãos o poder e com ele os destinos do mundo, nesta hora de transição, tenham maturidade política, sabedoria e boa vontade para iniciar um grande esforço de criação internacional para o qual são convocados pela força das circunstâncias. (CASTRO, 1960, p.57)

Percebe-se o caráter ‘romântico’ que Josué de Castro tem em suas análises, ao transferir a responsabilidade aos que exploram e oprimem a classe que vive do trabalho. Outro fator importante e que pode justificar esse seu posicionamento é o fato de que Castro sempre esteve envolvido em cargos políticos, tendo contribuído até mesmo para o surgimento do salário mínimo, através do seu inquérito que analisa as condições de vida dos trabalhadores, estando à frente liderando comissões e estudos sobre tal temática. Chefiou o Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, funda a Sociedade Brasileira de Nutrição,

torna-se presidente do Conselho Executivo da FAO, assume o mandato de deputado federal, entre diversas outras contribuições para o estudo da alimentação e da vida dos povos. Portanto, compondo o Estado, acreditava que o mesmo, por intermédio de suas lideranças políticas, iria assegurar a distribuição da riqueza socialmente produzida. Pelo contrário, a presente pesquisa assenta-se na compreensão de que o Estado faz parte de um conjunto que gera a pobreza, que faz com que milhares de pessoas se tornem sujeitos supérfluos e passem fome.

Outro limite encontrado nas obras de Castro é a importância dada aos recortes regionais. Por exemplo, ao elaborar o primeiro mapa da fome (Figura 01), no qual trata o fenômeno da fome separadamente, por região, tal mapa é generalizado e, por si só, ainda que importante mecanismo para se investigar os problemas na reprodução dos sujeitos em certas áreas do país, não pode ser considerado como uma totalidade, pois é capaz também de ocultar contradições, por exemplo: no Nordeste só há miséria?; será que no Sudeste não há pobreza, ou mesmo miséria?; no Sul só há riqueza? É necessário superar a leitura pela qual a pobreza está em um polo homogêneo (nesse caso no Nordeste e Norte) e a riqueza no outro (nas áreas dinâmicas da economia), pois essas não se separam, estão intrinsecamente interligadas, essa é a condição do modo de produção capitalista, portanto, não há uma divisão regional da fome, o que se tem é uma produção desigual do espaço, em que a produção dos espaços de pobreza é condição para a garantia da acumulação de riqueza.

Figura 01 – Mapa da fome no Brasil - 1950



Fonte: Castro, J. Geografia da Fome (1984).

E no momento atual, há novos e diversos trabalhos acadêmicos/científicos sobre a temática da fome, que versam em vários campos do conhecimento, como na Nutrição, na Sociologia, na Educação e claro, na Geografia, resgatando as obras de Josué de Castro que sempre foram multidisciplinares, mas, também, ampliando e contextualizando o debate sobre a fome na realidade atual, que longe de ser superado se manteve, e mesmo se acresceu como produto concreto da forma de sociabilidade pautada na propriedade privada da terra e na exploração do trabalho. Nesse sentido, torna-se importante fazer um breve resgate histórico dos trabalhos desenvolvidos na Geografia sobre a temática da fome (Quadro 01), com o intuito de analisar o caminho que vem sendo trilhado para escancarar esse drama, evidenciando suas causas, efeitos e consequências e buscando soluções para sua superação, com múltiplas formas de interpretação, fundamentadas nas visões de mundo dos autores.

Quadro 01 – Produção acadêmica sobre a temática da fome e o pensamento de Josué de Castro na Geografia brasileira

AUTOR	TRABALHO	TIPO	IES	ANO
Luís Carlos Ramos Tavares	A Inserção da Obra de Josué de Castro no Pensamento Geográfico	Monog.	UNB	1997
Dorival Donizeti Marchi	O Pensamento Geográfico de Josué de Castro nas Décadas de 40 e 50: a fome e a produção de alimentos	Monog.	UNESP (RC)	1998
Antonio Alfredo Teles de Carvalho	Josué de Castro na Perspectiva da Geografia Brasileira – 1934/1956: Uma contribuição a Historiografia do Pensamento Geográfico Nacional	Dissert.	UFPE	2001
Fábio Tozi	Geografias da Desigualdade – Território e Fome	Monog.	UNICA MP	2001
Jorge Luís R. Nunes	Josué de Castro, O Geógrafo da Fome – Uma Abordagem Crítica da Obra e sua relação com o Contexto Econômico e Político do Brasil	Dissert.	UFRGS	2003
Rui Ribeiro de Campos	A Dimensão Populacional na Obra de Josué de Castro	Tese	UNESP (RC)	2004
Antônio Alfredo Teles de Carvalho	O PÃO NOSSO DE CADA DIA NOS DAI HOJE... Josué de Castro e a Inclusão da Fome nos Estudos Geográficos no Brasil	Tese	USP	2007
José Raimundo Sousa Ribeiro Junior	A Fome e a miséria na alimentação: apontamentos para uma crítica da vida cotidiana a partir da Geografia Urbana	Dissert.	USP	2008

Cleder Fontana	Uma Cartografia da Fome no Brasil: Um Estudo da Geografia da Fome (1946), de Josué de Castro, e dos dados e insegurança alimentar da PNAD (2004)	Dissert.	UFRG	2009
Luiz Cláudio dos Santos	Da Geografia da Fome ao Fome Zero: contribuição ao estudo da fome no Brasil	Tese	UNESP (RC)	2009
Elton Rodrigues Ferreira	Espacialidade do Programa Bolsa Família no combate à fome no município de Quixabeira-Bahia	Monog.	UNEB	2011
Maria Leidiana Mendes de Oliveira	GEOGRAFIA DA FOME: A expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira	Dissert.	USP	2013
Thaís Chaves Freires	Atualidade do livro Geografia da Fome: De Josué de Castro à produção dos espaços da fome moderna	Monog.	UESB-VCA	2018

Fonte: Pesquisa direta
Organização: Thaís Chaves Freires – 2020

Seria interessante tecer um comentário sobre cada trabalho citado no quadro 01, mas entendendo que estenderia em muito o texto dissertativo detalhamos somente duas pesquisas. Primeiro, a tese de Antônio Alfredo Teles de Carvalho, concluída na USP em 2007, intitulada: O PÃO NOSSO DE CADA DIA NOS DAI HOJE... Josué de Castro e a Inclusão da Fome nos Estudos Geográficos no Brasil, lembrando que o mesmo concluiu sua dissertação em 2001 ao abordar as contribuições de Josué de Castro para a historiografia do pensamento geográfico. E na tese, “Trilhando essa perspectiva a pesquisa apresentada revela-se como uma possibilidade de refletir e analisar a geografia da fome à luz da história do pensamento geográfico no Brasil entre 1937 e 1954, a partir da contribuição de Josué de Castro.” (CARVALHO, 2007, p.23). Portanto, faz uma análise histórica dos desdobramentos dos estudos de Josué de Castro iniciados em meados de 1930, desde a institucionalização da Geografia no Brasil até a atualidade, evidenciando que suas pesquisas estiveram até mesmo ameaçadas de cair no esquecimento. Entretanto,

houve uma espécie de redescoberta por volta da década de 1990, quando pesquisadores e estudiosos de diversas áreas do conhecimento desenvolveram novas pesquisas sobre a temática da fome e as utilizam como fundamentação teórica.

Outra pesquisa que merece destaque é a dissertação de Maria Leidiana Mendes de Oliveira, concluída na Universidade de São Paulo (USP) em 2013, cujo tema é – GEOGRAFIA DA FOME: A expressão dramática da desigualdade sócio-espacial brasileira. Tal pesquisa foi inspirada pelos escritos de Josué de Castro e analisa a fome não como uma expressão biológica, mas como um problema estrutural, fruto da desigualdade sócio-espacial. Também expõe a contradição entre o aumento da produção de alimentos no Brasil e a permanência de uma população de famélicos, além de apresentar as políticas compensatórias de combate à fome no nosso país, que não são soluções estruturais, mas detêm por um tempo o problema. “Sendo, assim, inferimos que a fome é o resultante de um processo histórico complexo, e que ainda está em todas as partes, porém ela se manifesta de forma mais pujante nos lugares com características que “favorecem” sua permanência” (OLIVEIRA, 2013, p.150).

Ao fazer tal pesquisa sobre os trabalhos acadêmicos-científicos que tratam sobre a fome na Geografia brasileira percebe-se que os pesquisadores buscam retomar os pensamentos de Josué de Castro, que também foi um influenciador da Geografia Crítica ao concluir que a fome é decorrente de fatores sociais e políticos, ao analisar suas obras, contextualizando-as e apresentando os seus limites impostos sobretudo à sua época.

Então, partindo de uma realidade regional defendeu a concepção da fome coletiva como um fenômeno geograficamente universal, compreensão que teve o sentido de ruptura com as posturas de mascaramento das situações observadas em alguns países. (ARRUDA, 1997, p.547)

Outra observação pertinente é o fato de que a fome foi abordada nos trabalhos acadêmicos dentro dos diferentes ramos da Geografia, como a Cartografia, a Geografia Urbana e a Geografia da População, além da análise dos programas ditos sociais, como o Bolsa Família e o Fome Zero, e sua relação com o combate à fome. Lembrando que a alimentação é um direito constitucional José Jackson Alves discorre que,

O direito elementar e humano à alimentação é uma condição básica para que as pessoas tenham saúde, que tenham condições de almejar outros direitos, outros desejos de uma vida melhor. Cuidar para que isso aconteça não é assistencialismo, é promover reconhecimento de direitos elementares e é um movimento que tem raízes históricas na sociedade brasileira, tendo Josué de Castro como principal referência. (ALVES, 2008, p.17)

Portanto, Josué de Castro se consolida como principal influenciador no debate sobre a temática da fome e pioneiro na defesa de políticas de segurança alimentar no Brasil, que passa a ser destaque nas preocupações governamentais, sendo um direito básico do cidadão para o seu próprio desenvolvimento humano e, mais ainda, como sujeito social. E o Estado tem papel central ao se apropriar do discurso de combate à fome para servir aos ditames do capital.

Sem querer desmerecer a importância de tais estudos, a pesquisa que aqui se apresenta parte da centralidade das contradições existentes entre capital *versus* trabalho, entendendo que a fome é produto da expropriação histórica dos sujeitos da terra e dos meios de produção e que, portanto só pode ser minimizada, mas nunca efetivamente superada, enquanto permanecer uma forma de sociabilidade fundamentado na exploração do trabalho não pago de uma classe para garantir o lucro de outra classe.

Portanto, o que se propõe é pensar a fome na relação contraditória e insuperável entre capital *versus* trabalho, e como se pensar a exacerbação da fome em um contexto de crise estrutural e de expansão das formas de extrair mais valia. E de como esse processo se efetiva e reproduz desigualdades socioespaciais.

Para tanto, torna-se elemento central compreender a fome no processo de expropriação dos sujeitos da terra e dos demais meios de reproduzir a vida, e as condições históricas que, cada vez mais, os colocam na condição de vendedores de sua própria força do trabalho. Um processo de expropriação que não tem nada de natural e assim como a fome, expressa a própria condição da reprodução do capital, do trabalho não pago, a riqueza social que é apropriada por meio do controle da natureza e do próprio trabalho, ou como apontado por Marx (1996) da riqueza socialmente produzida por meio do direito (a propriedade) e do trabalho.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo, a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre

crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (Ibidem, p. 340).

Assim, não existem formas quiméricas para explicar as relações sociais e o lugar dos sujeitos na sociedade, a luta pela sobrevivência dos trabalhadores expropriados e ávidos ao trabalho, *versus* a acumulação de riqueza – apropriada pela classe que controla a natureza e os resultados do trabalho social. Essa realidade de expropriação, relega aos sujeitos a necessidade da venda de sua força de trabalho, sob qualquer condição, que se consolida na denominada “falsa relação de igualdade” (MARTINS, 1981) entre sujeitos vendedores e compradores de força de trabalho, mas que no modo de produção capitalista se consolida na máxima apontada por Gaudemar (1977) ao apontar a liberdade positiva e negativa enquanto uma unidade dialética em que se por um lado o trabalhador é “livre” para vender sua força de trabalho por outro tem a absoluta necessidade de vendê-la, do contrário viverá nas condições do padecimento e da morte por fome. Nesse processo,

(...) o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é que força de trabalho e que, por isso, todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertencente à autovalorização do capital (...). (...) O capital não se importa com a duração da vida da força de trabalho. O que interessa a ele, pura e simplesmente, é um maximum de força de trabalho que em uma jornada poderá ser feita fluir. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho (...). (...) A produção capitalista, que é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho¹ não apenas a atrofia da força de trabalho, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a exaustão prematura e o aniquilamento da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida. (MARX, 1984, 211/212).

¹ O prolongamento da jornada de trabalho além dos limites do dia natural por noite adentro serve apenas de paliativo, apenas mitiga a sede vampiresca por sangue vivo do trabalho. Apropriar-se de trabalho durante todas as 24 horas do dia é, por conseguinte, o impulso imanente da produção capitalista (MARX, 1984, 206).

Essa situação de penúria da classe trabalhadora, de um universo marcado pela extrema carência material, inclusive, a fome, foi bastante explorada por Marx (1984) ao relatar as condições de trabalho de homens, mulheres e crianças no trabalho fabril, na Inglaterra, sujeitos a condições degradantes de trabalho, extensas e muitas vezes contínuas jornadas de trabalho, em um cenário onde as organizações dos trabalhadores ainda estavam se consolidando e onde as condições de reprodução era bastante carentes. Conforme apontam os relatos a seguir, baseados em relatórios médicos e de comissões de fiscalização do trabalho infantil.

Como uma classe, os ceramistas, homens e mulheres, (...) representam uma população física e moralmente degenerada. São em regra **raquíticos**, mal construídos e frequentemente **deformados** no peito. Eles **envelhecem antes do tempo e são de vida curta; flegmáticos e anêmicos**, denunciam a fraqueza de sua constituição por meio de obstinados ataques de dispepsia, perturbações hepáticas e renais e reumatismo. (RELATÓRIO DOS COMISSÁRIOS in: MARX, 1984, p. 198, **grifos nossos**)

Realidade que se repete na manufatura de fósforo:

(...) A manufatura é tão mal-afamada, por ser insalubre e repugnante, que somente a parte mais degradada da classe trabalhadora, **viúvas famintas**, entre outras, cede-lhe crianças, "**crianças esfarrapadas**, meio **famintas**, totalmente desamparadas e não educadas". (CHILDRENS EMPLOYMENT COMMISSION, 1983, In: MARX, 1984, p. 198, **grifos nossos**).

O resgate histórico desses relatos não significa dizer que esses foram superados ou mesmo minimizados pela expansão desse modo de produção, muito pelo contrário. O objetivo maior é demonstrar que está no cerne da produção capitalista, da valorização do capital, a exploração e absoluta degradação dos trabalhadores, o que os condicionam a uma vida de penúria e fome, como produto dessas próprias relações sociais fundamentadas na produção do valor. Isso não quer dizer, por exemplo, que não se possa ter a agravamento da fome decorrente de uma catástrofe natural, por exemplo, ou da impossibilidade de se produzir o alimento. Mas, em uma outra forma de sociabilidade, onde a condição e a vida humana fossem o mais importante, certamente essas poderiam ser minimizadas, senão eliminadas. Entretanto, em um modo de produção onde o motor pulsante é a produção de valor, pouco ou nada importa que os sujeitos sucumbam à fome, desde que se tenham

outros dispostos a vender sua força de trabalho. Portanto, a fome moderna, de que trata esse trabalho, se define nas próprias relações sociais historicamente estabelecidas, na expropriação da terra, dos meios de produzir a vida e na exploração do trabalho, condição determinante para a reprodução dessa forma de sociabilidade, portanto inerente a ela.

De igual modo, Friedrich Engels (2010) ao realizar um estudo mais específico sobre a moradia, no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* destaca, por meio de um entendimento da produção desigual das cidades inglesas, o universo precário da reprodução dos trabalhadores no país considerado até então o berço do capitalismo industrial, cuja produção da riqueza, apropriada pela burguesia, se revertia na mais absoluta miséria para os trabalhadores. Nessa realidade, a fome se colocava como mais um flagelo para essa classe.

Morrem de fome, é certo, indivíduos isolados, **mas que segurança tem o operário de que amanhã a mesma sorte não o espera?** Quem pode garantir-lhe que não perderá o emprego? Quem lhe assegura que amanhã, quando o patrão – com ou sem motivos – o puser na rua, poderá aguentar-se, a si e à sua família, até encontrar outro que “lhe dê o pão”? Quem garante ao operário que, para arranjar emprego, lhe basta boa vontade para trabalhar, que a honestidade, a diligência e a parcimônia e todas as outras numerosas virtudes que a ajuizada burguesia lhe recomenda são para ele realmente o caminho da felicidade? Ninguém. O operário sabe que, se hoje possui alguma coisa, não depende dele conservá-la amanhã; sabe que o menor suspiro, o mais simples capricho do patrão, qualquer conjuntura comercial desfavorável podem lançá-lo no turbilhão no qual momentaneamente escapou e no qual é difícil, quase impossível, manter-se à tona. **Sabe que se hoje tem meios para sobreviver, pode não os ter amanhã.** (ENGELS, [1845], 2010, p. 69-70, **grifos nossos**).

Essa não é uma realidade que foi superada pela expansão do modo de produção capitalista, muito menos pela consolidação de outros países que passam a concentrar a produção de capital, revelando que, a produção desigual do espaço e da miséria, longe de ser superado pelo avanço do capital, ao representar extração de trabalho não pago, necessariamente se sustenta no aumento da exploração do trabalho, da expropriação, da miséria material mais absoluta e, portanto, da fome. É o que revela Harvey (2005) em *A produção capitalista do espaço*, ao apontar o caráter contraditório da produção da riqueza e tão logo do desenvolvimento geográfico desigual operado pelo sistema do capital. Assim, dá conta que a miséria convive com

a classe trabalhadora, através de estudos em diversos países como: China, Índia, Indonésia, Tailândia, e de dados oficiais, que revelam que o valor pago pela força de trabalho desses sequer propiciaria o saciar, mais precário, da fome. Tomando por referência os estudos de Seabrook, 1996, apontou relatos de sofrimento e carência extrema de mulheres trabalhadoras que compõem o que denominou de “os grilhões para a servidão moderna”.

Como rotina, somos insultadas. Quando o patrão se enfurece, ele nos xinga de cadelas, porcas, vagabundas; temos que aguentar tudo isso sem reagir (...). Oficialmente trabalhamos das sete da manhã às três da tarde (**com um salário inferior a dois dólares por dia**), mas, com frequência, temos de fazer horas extras obrigatórias; algumas vezes-especialmente se há pedido urgente a ser entregue – até às nove da noite. Por mais que estejamos cansadas, não podemos ir para casa. Recebemos um pagamento extra de 200 rúpias (dez centavos de dólar). (...) Vamos a pé para a fábrica, de onde vivemos. Dentro da fábrica é muito quente. O galpão tem um telhado metálico, e não há muito espaço. É tudo muito apertado. São mais de 200 pessoas trabalhando ali, a maioria, mulheres, mas há apenas um banheiro para toda a fábrica. **Depois do trabalho, quando chegamos em casa, não temos forças para mais nada, a não ser comer e dormir** (SEABROOK, 1996 apud HARVEY, 2005, p. 212).

Acrescenta, ainda, Harvey (2005) que a casa a que se referem as trabalhadoras é, em geral, um único aposento, de dois metros por três, alugado por 16 dólares por mês e que “duas latas de água custam aproximadamente dez centavos de dólar, e a alimentação consome, no mínimo, um dólar e 50 centavos por dia”, evidenciando um cotidiano de intenso sofrimento e fome para esses trabalhadores, uma vez que o que ganham não é o suficiente para garantir, no mínimo, três refeições diárias. Na próxima seção vamos mostrar como a degradação das condições de trabalho se evidenciam atualmente, através de novas formas de exploração e extração de trabalho não pago, na qual a crise estrutural do capital e novos rebatimentos sobre o trabalho vem a configurar o esgarçamento das contradições sociais, ao inserir os sujeitos sociais na condição do desemprego estrutural e da fome.

2.2 TERRITORIALIZAÇÃO DA FOME NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO CAPITAL

A desigualdade socioespacial é intrínseca ao sistema capitalista, na qual há o aumento da concentração de riquezas por parte de uma classe minoritária dominante,

que historicamente se apropriou das terras e dos meios de produção e em contraposição tem-se a expansão da pobreza da grande maioria da população mundial representada pela classe trabalhadora, expropriada das terras e dos meios de produção, resultando no aumento dos conflitos sociais e na degradação das condições de vida e de trabalho. Nesse sentido, “o processo de acumulação, concentração, centralização e internacionalização do capital, que se constitui na própria essência do sistema capitalista, leva a uma crescente polarização.”. (SANTOS, 2001 p.180-181). Fortalecem-se estes dois polos antagônicos, pois no instante que ocorre o aumento da geração de riqueza, concomitantemente, a pobreza se expande, evidenciando o processo desigual e contraditório do capital. E não se combate à fome sem combater a pobreza, visto que ambas estão intimamente interligadas.

Os contrastes sociais são cada vez maiores: de um lado emergem enormes contingentes de desamparados, sem moradia e condições mínimas de sobrevivência e, de outro, os guetos da opulência e o luxo supérfluo dos condomínios fechados e mansões. Formam-se dois extremos: pólos de riqueza, concentrados em poucas mãos e, ao mesmo tempo, imensos pólos de pobreza. (Ibidem, p.181).

O acirramento dessas contradições de classes e que expressa o próprio desenvolvimento histórico do capitalismo e seu processo de apropriação e exploração dos povos e dos territórios, tal qual apontado por Marx (1984), também é notável ao se fazer uma análise em escala mundial da desigualdade entre os países centrais e os países periféricos. Percebe-se que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder, esse é o significado da divisão internacional do trabalho, como afirma Eduardo Galeano (2012). De um lado, aqueles que são fonte de matéria-prima, responsáveis pela produção, assim sendo, “os perdedores”; de outro, os consumidores, os investidores de capitais, logo, “os ganhadores”.

Neste sentido, as colônias, os países ocupados (como diversos exemplos na África e América do Sul em sua relação com seus colonizadores) e/ou submetidos (como a Índia em sua relação com a Inglaterra), monetária e/ou belicamente pelos, assim chamados, centros, são compreendidos como meios de intensificação das relações capitalistas e, portanto, de suas contradições, em uma tentativa de periferização da pobreza e centralização da riqueza nestas nações-líderes, as famosas potências globais. É nesta relação de centro-periferia que se consolidam

algumas das principais contradições do capitalismo a partir de meados do século XIX e no qual encontram-se exemplos claros da exploração do capital sobre o trabalho.

No século XIX, a Inglaterra assume um papel decisivo em interferir na desestruturação da produção alimentar de vários países-colônia desta Nação, além de concentrar estes alimentos para abastecer a demanda interna dos ingleses, como fez com a Índia, por exemplo, representando uma investida do império britânico para conseguir alimentar esse crescente consumo por alimentos na Inglaterra que se industrializava. Com isso, gerou-se uma divisão internacional do trabalho ao criar um laço de dependência desses países periféricos e coloniais frente ao império britânico, por exemplo, ao se apropriar da área agricultável desses países para os seus interesses. Cabe mencionar que, toda a especulação financeira com os grãos que se tem hoje teve início nesse período, tendo a Inglaterra um papel decisivo ao iniciar esse processo de exportação, implicando em consequências como a agravamento da fome nos países-colônia, como aconteceu na China e na Índia.

Vejamos: no processo mais primário, da produção central como agrícola e posteriormente industrial, os ditos países centrais, aglutinadores de riquezas transfere as funções mais básicas e menos rentáveis aos países periféricos, aproveitando-se da força de trabalho ali presente para extrair, plantar, colher e cultivar os materiais essenciais para sua própria produção e sobrevivência, posteriormente explorando a força produtiva para a indústria. No Brasil, país periférico, isso aconteceu primeiro com a produção de cana de açúcar, depois com o café, até chegar à Indústria – que provocou intenso êxodo rural nas décadas de 1950 e 1960, mesmo que a produção agrícola não tenha sido de fato abandonada –, nas quais a terra e a produção foram sendo apropriadas pelos latifundiários e capitalistas, que se aproveitaram da força de trabalho dos sujeitos, explorando-as, com o intuito de extrair renda da terra e do trabalho necessários para garantir a riqueza dos ditos países centrais.

Assim, a própria indústria é levada às periferias, tendo como exemplos Índia e China, donde a força de trabalho possui menor custo e a produção pode ser ampliada e acelerada. “Assim, a ênfase em reduzir custos trabalhistas na manufatura europeia do final do século XIX com alimentos de baixo custo provenientes de Estados coloniais significava um regime de “extensa acumulação.” (MC MICHAEL, 2016, p.26-27). Portanto, o capital garante o seu processo acumulativo e exploratório. Mantêm-se as concentrações de renda e a riqueza socialmente produzida, bem como o trabalho, são apropriados pelo capital, em seu desenvolvimento desigual e combinado.

O avanço econômico de países como: Singapura, Japão e Taiwan, é um paralelo à pobreza extrema em outros países do extremo oriente, como Camboja e Sri Lanka, em que a riqueza gerada é inversamente proporcional à distribuição desta; processo ainda mais explícito na América Latina com relação aos seus colonizadores e demais potências globais posteriores. Este papel, de produtor de riquezas, de potência industrial, pode potencialmente se inverter em termos produtivos, caso o interesse deste capital se modifique em dado momento, mas jamais na relação do lucro, sendo este mundializado, como enfatizam Theis e Butzke (2010):

Inovações como as indicadas impulsionam a competição inter-capitalista, a partir da qual, então, ocorrem re-localizações da atividade econômica em direção aos espaços mais vantajosos para formas específicas de produção de mercadorias [...] Daí que regiões perdedoras de ontem podem ser as que propiciem melhores condições de valorização para o capital amanhã. (THEIS e BUTZKE, 2010, p.126-127).

Quando analisado no âmbito rural esta disparidade se torna ainda mais evidente, sendo a fome um "fenômeno rural" (MC MICHAEL, 2016, p.4), fica claro que a produção de alimento não necessariamente implica na alimentação do campesinato produtor. Novamente encontra-se a contradição entre produção de alimentos e o uso desta por quem a produz, tal como nas indústrias inglesas do século XIX, nos campos de café brasileiros do início do século XX, ou nas fábricas de automóveis Estadunidenses em meados do século XX, o trabalho por si só não possui valor, o produto, resultante da transformação da natureza pelo trabalho, ganha seu valor de troca e não se converte essencialmente em qualidade de vida para estes sujeitos do campo que são os responsáveis por esta conversão da natureza em produto, e que não se converte em alimento para os mesmos, mesmo que produzam quantidade suficiente para gerar desperdício em outros lares.

Em meados do século XX, um novo regime de "acumulação intensiva" inclui a industrialização na agricultura como parte de um modelo fordista de capitalismo de consumo, com a acumulação dependendo de alimentos de produção em massa processados e duráveis, em vez da mera redução de custos. A corrente do sistema mundial enfocava a construção e a reconstrução da divisão internacional do trabalho, além da geopolítica do abastecimento internacional de alimentos em cada período. (MC MICHAEL, 2016, p.27)

É a produção industrializada dos excessos, a relação de produção e consumo é, novamente, contraditória: quem produz, muitas das vezes, não consome o que é produzido. A agroindústria converte a produção do alimento em um processo desumanizado, visando a exportação, concentrando a renda, as terras produtivas e a mão de obra especializada e devolvendo a estes trabalhadores do campo pouco ou algumas vezes nenhum recurso. Dados do Governo Federal Brasileiro apontam que haviam pelo menos 1.229 pessoas trabalhando em condições análogas à escravidão no Brasil em 2018, quando expandido o espectro da pesquisa, desde 1995 foram identificados mais de 40 mil casos de trabalho escravo no Brasil (BRASIL, 2021). Um resquício fortemente marcado do país que um dia foi uma colônia escravagista e o último a abolir a escravidão em suas terras.

Entretanto, nos países ditos ricos há uma classe trabalhadora também explorada, assim como nos ditos países pobres há uma elite que também se beneficia de frações da mais valia extraída por meio do trabalho não pago, inclusive sob a forma de renda, garantida por meio do controle da propriedade privada. E assim, consolida-se um desenvolvimento cada vez mais desigual. “A classe hegemônica, que sustenta sua dominação no controle dos meios de produção, no capital fundiário, industrial ou financeiro, continua impondo seus interesses sobre a grande maioria da população” (SANTOS, 2001, p.184). Pois esse é o principal objetivo do sistema do capital, ao deter o controle de toda riqueza gerada pela classe trabalhadora. E o Estado assume um papel decisivo para a manutenção desse sistema desigual e destrutível. Desse modo, como forma de amenizar e ocultar sua ação, cria, por exemplo, as ditas políticas públicas sociais, as quais são paliativas pois não resolvem o problema da pobreza e da miséria. Somente por meio de medidas que transformem a estrutura do sistema do capital, em que o lucro e a renda não sejam apropriados por uma determinada classe, mas sim distribuídos equitativamente aos trabalhadores, torna-se possível produzir um espaço sem concentração, sem desigualdade, portanto, sem fome.

Não existe nenhuma política de mudança estrutural que viabilize reformas sociais, que possam representar algum indicador de alteração na diminuição da taxa de indigentes. Na leitura dos espaços desiguais observa-se uma leitura geográfica sinalizada por pontos, ilhas de fortes concentrações de riquezas, dos ganhadores globais, que se perdem nos oceanos imensos de miséria dos perdedores no mercado capitalista. (CONCEIÇÃO, 2005, p.168)

Assim está posto o ordenamento territorial desigual do modo de produção capitalista, fortemente marcado pela desigualdade social e de classe. Dessa forma, como nos adverte Alexandrina Conceição (2005, p.169), “(...) o território é a categoria fundamental, pois permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais”. Nessa mesma perspectiva Oliveira (1998) aponta que o território resulta da luta de classes, em que as contradições do sistema produtivo são postas:

(...) Para nós, o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo / modo de produção / distribuição / circulação consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É pois produto concreto de luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista (...) Dessa forma, são, as relações sociais de produção e processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. (OLIVEIRA, 1998 apud LIRA, 2003, p.5).

Nesse sentido, a análise a partir da categoria território aponta especificidades e é central para o estudo da totalidade, pois faz com que se consiga entender as contradições dos mecanismos do capital dentro do Espaço. A produção das relações sociais se estabelece no território, pondo em evidência que aí os conflitos sociais também emergem ao lado da necessidade da reprodução social, uma vez que o mesmo é produto da luta de classes estabelecidas entre projetos/classes antagônicas entre si. Há, pois, uma hegemonia capitalista, na qual as contradições só aumentam: a criminalidade, a violência, o desemprego estrutural, o processo de metropolização, e conseqüentemente, a espacialização da fome.

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. Essa mudança incessante rumo a um “ajuste espacial”, referente às contradições internas do capitalismo (registrada, de modo mais perceptível, como superacumulação de capital numa área geográfica específica), junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais no mercado mundial capitalista, criaram uma geografia histórica global da acumulação do capital, cujo caráter precisa ser bem entendido (HARVEY, 2005, p. 194).

Mesmo considerando a relevância dos estudos realizados por Harvey (2005) e de todo o esforço no sentido de compreender a dimensão geográfica da forma de expansão e reprodução ampliada do capital, há que se retomar e concordar com Meszáros (2011) ao apontar a ativação dos limites absolutos do capital, o que o mergulhou em uma profunda crise estrutural, portanto impossível de ser superada, apontando os limites da expansão espacial do capital.

Todavia, acrescenta-se a isso o fato de que os processos sociais se expressam desigualmente na produção do espaço geográfico, para tanto, retomaremos as análises de Henri Lefebvre. Em seu livro, *A produção do espaço*, conclui que o espaço (social) é um produto (social) e que por isso tais consequências são geradas:

Com o capitalismo, e sobretudo com o neo-capitalismo “moderno”, a situação se complica. Três níveis se imbricam, o da reprodução biológica (a família) – o da *reprodução da força de trabalho* (a classe operária como tal) – o da *reprodução das relações sociais de produção*, ou seja, das relações constitutivas da sociedade capitalista, cada vez mais (e progredindo) desejadas e impostas como tais. (LEFEBVRE, 2006, p.35).

Desse modo, os processos sociais possuem um caráter de classe, uma vez que há aqueles que possuem dificuldades concretas para reprodução de si e de sua família, que lutam e formam a classe trabalhadora que dispõe apenas de sua força de trabalho e aqueles que controlam as relações de produção com apoio do Estado. Contudo, há uma transformação dessas relações de produção historicamente, que se tornam determinantes para a produção desigual do espaço.

Se há produção e processo produtivo do espaço, há história; assim, pode-se formular a quarta implicação. A história do espaço, de sua produção enquanto “realidade”, de suas formas e representações, não se confunde nem com o encadeamento causal de fatos ditos “históricos” (datados), nem com a sucessão, com ou sem finalidade, de costumes e leis, de idéias e ideologias, de estruturas sócio-econômicas ou de instituições (superestruturas). As forças produtivas (natureza, trabalho e organização do trabalho, técnicas e conhecimentos) e, obviamente, as relações de produção, têm um papel – a determinar – na produção do espaço.

Trata-se, afinal, de declarar que a passagem de um modo de produção a outro apresenta o maior interesse teórico, enquanto efeito de contradições nas relações sociais de produção, que não podem deixar de se inscrever no espaço, subvertendo-o. Cada modo de produção tendo, por hipótese, seu espaço *apropriado*, um novo espaço se

produz durante a transição. O modo de produção considerado como acabado (sistema fechado) passa por objeto privilegiado; o pensamento ávido de transparência ou de substancialidade ou de ambos tem uma predileção por um tal “objeto”. Ao contrário, as transições revelarão a produção de um espaço novo, pela seqüência ordenada. (Ibidem, p.45-46)

Portanto, cada modo de produção se apropria da natureza e do espaço de acordo com os seus interesses. Dessa forma, no capitalismo, o espaço se modifica e produz-se um novo espaço subvertido e ordenado para fins exploratórios e de acumulação de capital. E ainda mais, “A acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem à expansão espacial assim como à expansão social do domínio do trabalho assalariado” (SMITH, 1988, p.131)

O *espaço geográfico* como um todo é também diferente. É a totalidade das relações espaciais organizadas, num grau maior ou menor dentro de padrões identificáveis, que adequadamente constituem a expressão da estrutura e do desenvolvimento do modo de produção. Como tal, o espaço geográfico é mais do que simplesmente a soma das relações separadas compreendidas em suas partes. Assim, a divisão mundial em mundos subdesenvolvido e desenvolvido, embora inexata, somente pode ser compreendida em termos de espaço geográfico com um todo. Ele envolve a padronização do espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho. Do mesmo modo, a integração do espaço pode ser entendida como expressão da universalidade do valor, se olharmos não para as relações espaciais específicas, mas para o espaço geográfico como um todo. (Ibidem, p.130)

Reafirma-se a necessidade da análise da totalidade, evidenciando que os espaços são produzidos de formas diferentes e estruturas sociais hierarquizadas compõem-no, portanto, as classes sociais se consolidam, sendo o espaço produto da relação capital *versus* trabalho, pois para a garantia da acumulação cada vez maior de capital, a extração da força de trabalho alheia é condição para sua efetivação. E é aí que se encontram os sujeitos que passam fome.

2.3 QUEM SÃO OS SUJEITOS SOCIAIS QUE PASSAM FOME?

Enquanto este texto de dissertação estava sendo escrito, vivenciávamos o aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital e a maior crise sanitária do modo de produção capitalista dos últimos cem anos, decorrente da pandemia causada pela Covid-19. Uma doença causada pelo novo coronavírus, no qual os primeiros casos foram descobertos na China, no final do ano de 2019, mas que rapidamente circulou por todo o mundo, chegando ao Brasil em meados do mês de fevereiro de 2020 e que rapidamente se espalhou por todo o território brasileiro. Entretanto, a pandemia apenas agravou um problema que já vinha se acirrando: o aumento da fome. “Em 2019, estima-se que 821 milhões de pessoas sofriam de insegurança alimentar no mundo, 149 milhões das quais estavam em situação de crise de fome ou pior” (OXFAM, 2020, p.1). A fome, pois, não é algo novo, não veio acompanhada da pandemia, a mesma faz parte da estrutura social capitalista na qual a pobreza é necessária para a reprodução ampliada do capital.

A centralidade da crise é a incapacidade do capital em explorar os sujeitos dispostos à exploração de sua força de trabalho, e o capital, ao não explorá-los os tornam supérfluos, incidindo, na incapacidade desse, muitas vezes, se manterem na ótica do consumo, acirrando os efeitos catastróficos de sua própria crise, o que não pode ser explicada pela crise pandêmica, essa existe, é real, mas vai apenas acirrar os problemas estruturalmente causados pela forma de reprodução ampliada do capital. O próprio trato da crise sanitária, a despreocupação de países importantes no processo de acumulação como EUA e Brasil para com a vida, expressa a descartabilidade dos sujeitos, pouco importando se sucumbem a fome ou ao vírus.

No caso do Brasil a exacerbação dos problemas sociais e da própria descartabilidade e fome a que parcelas significativas dos sujeitos mais pobres da classe trabalhadora sucumbem, encontra ecos na ascensão de um governo de extrema direita e de um projeto ultraconservador. Perseguição e expropriação de camponeses e povos tradicionais, que pela perda de seus territórios também sucumbem à miséria e a fome, realidade que se acresce ao se considerar que, de um modo geral, esses sujeitos são, também produtores de alimentos, fundamentais, portanto para toda a sociedade brasileira.

Países de renda média como: a Índia, a África do Sul e o Brasil estão vivenciando níveis de fome que vem aumentando em decorrência da pandemia, uma

vez que os sujeitos sociais apresentam dificuldades concretas para conseguir alimentos para saciar a fome (ibidem.). Os dados da Oxfam Brasil nos deixam em alerta e confirma o processo de intensificação da fome no Brasil, mesmo o nosso país e até o mundo tendo condições físicas e econômicas de produzir alimentos para toda a população, mas o sistema agroalimentar tem deixado milhares de pessoas vivenciando a fome. Diversos fatores contribuíram para isso, sendo o desemprego estrutural o principal motivo, detalharemos na próxima seção o que entendemos serem as causas dessa exacerbação da fome.

Outro fator que está dificultando muitas pessoas de terem acesso ao alimento foi o seu preço que vem aumentando em diversos países “em decorrência de rupturas nas cadeias locais de produção e abastecimento, da inflação, de corridas às compras e da possível clivagem de preços (quando produtos são vendidos a um preço muito mais alto que o considerado razoável ou justo)” (ibidem. p.8-9). A situação do Brasil mostra um aumento significativo do preço dos alimentos que compõem a mesa dos brasileiros. De acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado pelo IBGE no mês de outubro de 2020, houve uma alta na inflação dos alimentos básicos, com destaque para o arroz e o óleo de soja.

Os preços dos alimentos e bebidas pressionaram o indicador com a maior alta (2,24%) entre os grupos e o maior impacto (0,45 ponto percentual). A maior contribuição (0,13 p.p.) veio das carnes (4,83%), na quinta alta consecutiva. O índice também foi puxado pelas altas do óleo de soja (22,34%), do arroz (18,48%), do tomate (14,25%) e do leite longa vida (4,26%). Por outro lado, houve queda nos preços da cebola (-9,95%) e da batata-inglesa (-4,39%). (IBGE, 2020)

O aumento nos preços dos alimentos básicos interfere diretamente na dificuldade dos mais pobres em obter o alimento, uma vez que é preciso garantir o poder de compra do mesmo, necessitando que o sujeito vá ao mercado e pague pelo arroz por exemplo, realizando o consumo. Daí, a renda e o trabalho são primordiais para a garantia da alimentação. Entretanto, “enquanto quase metade da humanidade sobrevive a duras penas com menos de US\$ 5,50 por dia, os 2.200 bilionários do mundo detêm uma riqueza maior que a de 4,6 bilhões de pessoas juntas” (OXFAM, 2020, p.13). Há, pois, uma extrema desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida, na qual uma determinada classe burguesa se apropria da mesma.

No Brasil também se expressa uma parcela da população com uma renda abaixo do considerado ideal. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE (2019): “Em 2018, o país tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza”. Portanto, o número de pessoas que passam fome no Brasil é consideravelmente expressivo, uma vez que os sujeitos que se encontram em condição de extrema pobreza possuem uma renda mínima incapaz de satisfazer as necessidades básicas, como a alimentação. Daí nota-se a relação indissociável entre fome e dificuldade em acessar o trabalho (ou mesmo o desemprego), pois para a superação da primeira, o segundo precisa ser realizado e pago justamente aos trabalhadores, o que em uma realidade onde o objetivo é extrair maior quantidade de trabalho não pago, para assegurar o lucro das empresas, não é possível.

Os dados do SIS ainda apontam, em relação à condição de pobreza que,

(...) um quarto da população brasileira, ou 52,5 milhões de pessoas, ainda vivia com menos de R\$ 420 per capita por mês. O índice caiu de 26,5%, em 2017, para 25,3% em 2018, porém, o percentual está longe do alcançado em 2014, o melhor ano da série, que registrou 22,8%.”.

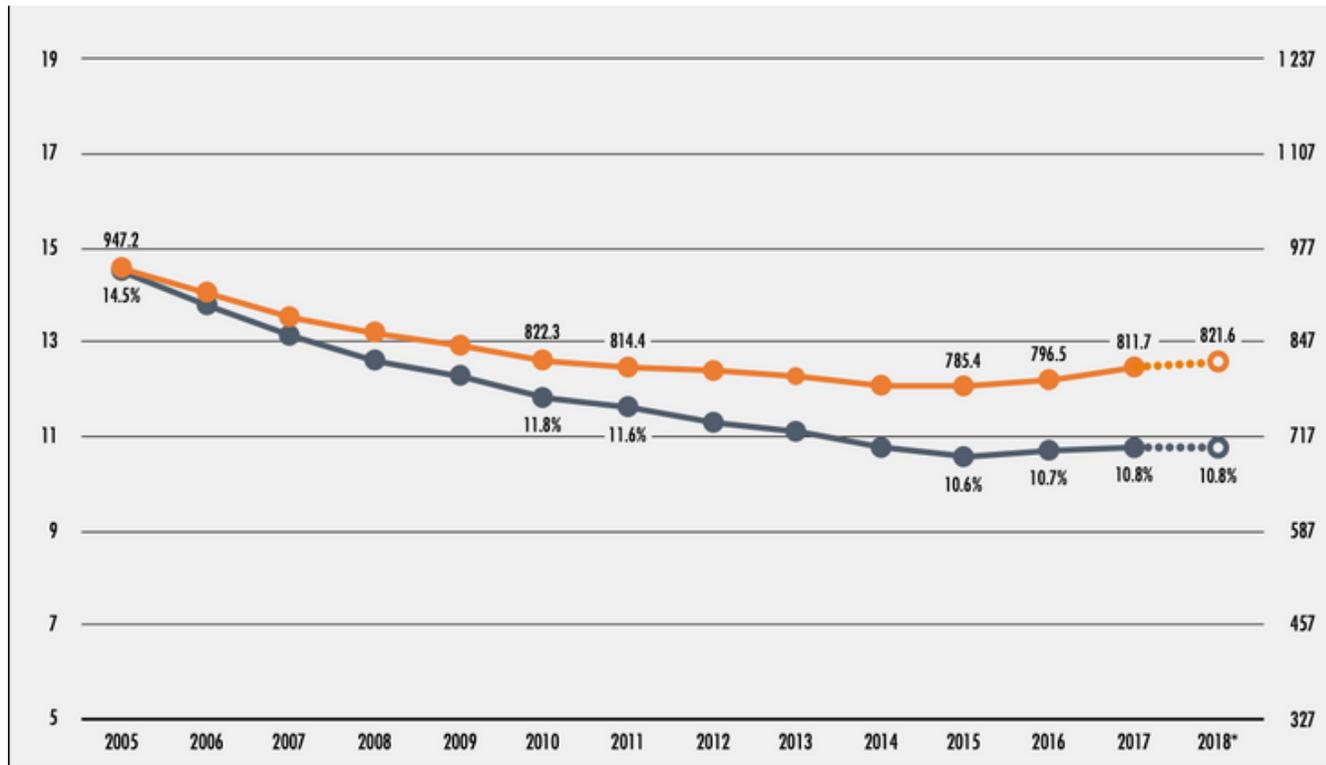
Entende-se que ainda assim, mesmo recebendo 420 reais por mês, o sujeito não consegue garantir uma alimentação adequada, suficiente e nutritiva, até mesmo porque possuem também outros gastos com saúde, transporte, higiene, etc., não sendo um valor exclusivo para a compra de alimentos. Lembrando que, os números desses dados quantitativos podem ser maiores, uma vez que a metodologia adotada para realização da pesquisa não permite o acesso a todos os sujeitos sociais, fazendo uma análise por amostragem.

Mas, afinal de contas, quem são esses sujeitos que passam fome? O pensador suíço contemporâneo Jean Ziegler (2013, p.39) nos dá essa resposta. “Os três grandes grupos de pessoas mais vulneráveis são, na terminologia da FAO, os pobres rurais (*rural poors*), os pobres urbanos (*urban poors*) e as vítimas das catástrofes (...)”. São, então, os sujeitos sociais que se reproduzem nos espaços contraditórios de miséria do campo e da periferia urbana, dado a expropriação de terras, a escassez dos meios de produção (terra, água, instrumento de trabalho adequado, assistência técnica e empréstimos financeiros), para produzir os alimentos necessários ao

sustento da família, que padecem de fome, por não conseguirem se reproduzir de outra maneira, desenvolvendo outro tipo de trabalho que seja pago e desse modo garantir à comida na mesa.

E os dados evidenciam tal realidade ao revelar que o número de pessoas que passam fome no mundo, nos últimos anos, desde 2014, só vem aumentando. (ver gráfico 01 a seguir). De 2005 até 2014, o nível de fome diminuiu progressivamente, entretanto, muito pouco para se pensar na superação da fome, uma vez que as relações de exploração do trabalho pelo capital não foram rompidas. A partir de 2014, os dados apontam um aumento significativo no número de famintos, evidenciando a intensificação da fome moderna.

Gráfico 01 – Número de pessoas que passam fome no Mundo – 2005 a 2018



Em laranja, a evolução de famintos em milhões. Em cinza, o percentual da população | Gráfico: FAO/ONU

Fonte: Circuito D, 2019.

Em termos de espacialização, pode-se observar no mapa da fome global de 2014 (ver mapa 01 a seguir) que estão na Ásia e na África os sujeitos mais afetados pelo fenômeno da fome. “Na África Subsaariana, mais de uma em cada quatro pessoas permanecem cronicamente desnutrida, enquanto na Ásia, a região mais populosa do mundo, é onde vivem a maioria dos desnutridos: 526 milhões de pessoas.” (FAO, 2014).

Mapa 01 – Fome no mundo – 2014



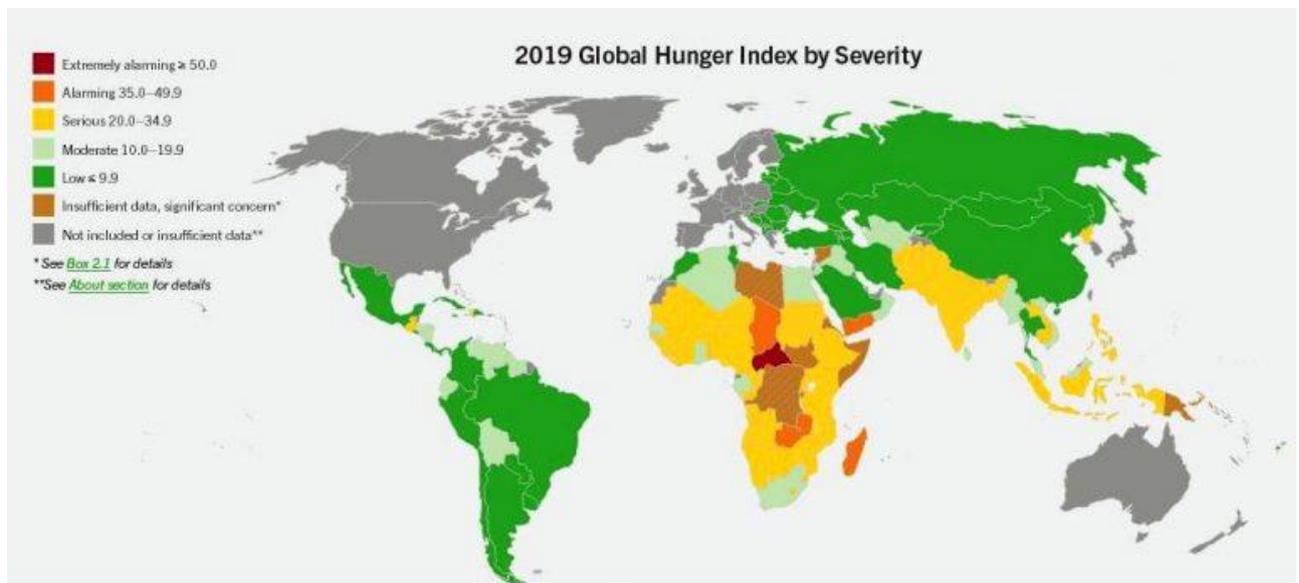
Fonte: CNQ – Confederação Nacional do Ramo Químico, 2019.

Vale ressaltar que, segundo a FAO, o Brasil saiu do mapa da fome mundial em 2014 (ver mapa 01), realidade que consideram ocorrer, pela primeira vez na história. Mas de acordo com o levantamento suplementar da PNAD — *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* de 2013, cerca de 52 milhões de pessoas sofriam com a insegurança alimentar no Brasil, isso corresponde à 25,8% dos lares brasileiros. Diante disso, entende-se que tais dados podem ser questionáveis, uma vez que diversas questões sociais, como o desemprego estrutural, a concentração fundiária, a precarização do trabalho e o aumento do custo de vida, são fatores que contribuem para escancarar uma realidade que aponta a exacerbação da fome moderna. O Brasil desde o ano de 2018 vem caminhando para retornar ao mapa da fome mundial,

principalmente devido à crise política vivenciada, e agora, com a pandemia da COVID-19 acelerou-se esse processo que já vinha acontecendo. Com isso, o Brasil deve compor o mapa da fome mundial de 2021, pois, segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia Covid-19 no Brasil divulgado pelo FAO, em 2021 “Do total de 211,7 milhões de brasileiros (as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros (as) enfrentavam a fome. ”. Esse dado revela a gravidade do fenômeno da fome que o Brasil enfrenta atualmente, mas que é resultado de diversos problemas sociais, políticos e econômicos decorrentes, em sua essência, do sistema do capital. Os desdobramentos destas questões serão tratados ao longo deste texto dissertativo.

No mapa de 2019 (ver mapa 02 a seguir) é registrado que “a fome está aumentando em quase todas as regiões africanas, o que faz do continente africano a região onde a desnutrição é mais elevada proporcionalmente, em torno de quase 20%” (SBMT, 2019). Há um aumento também na América Latina, no Caribe e na Ásia.

Mapa 02 – Fome no mundo – 2019

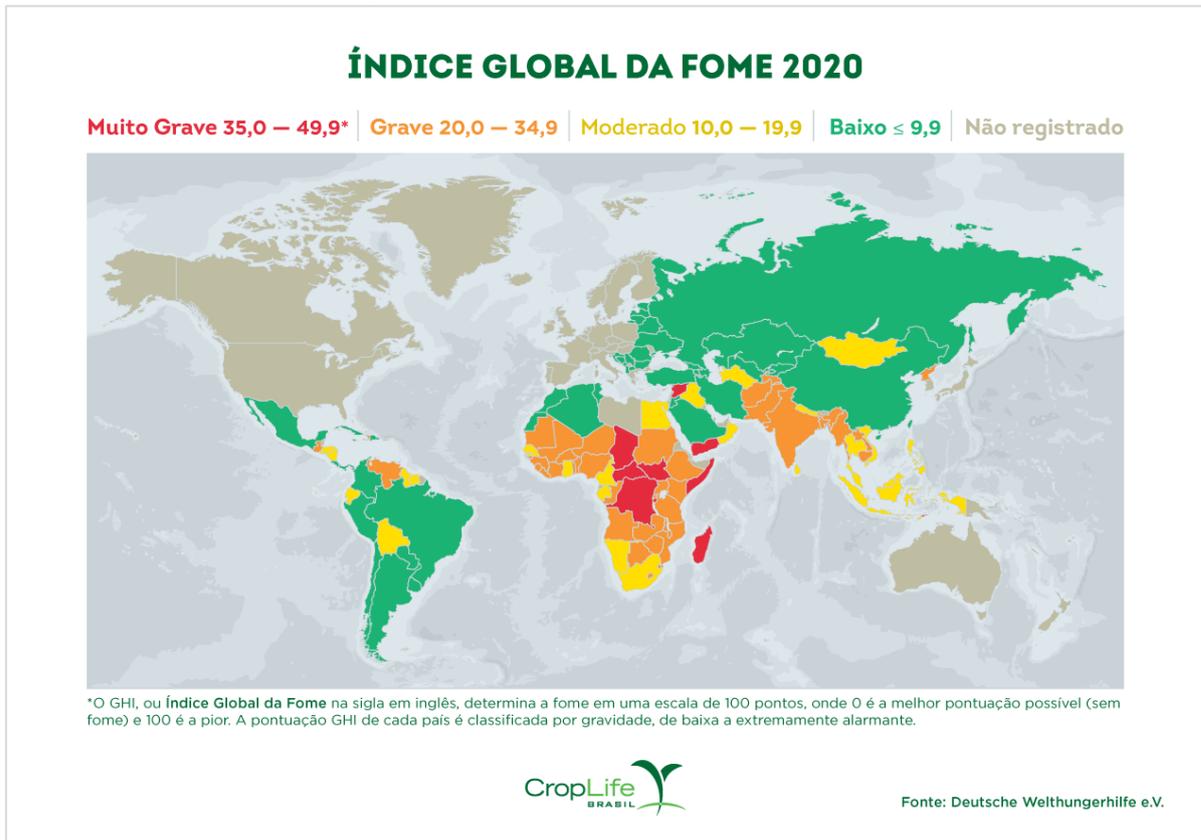


Fonte: SBMT- Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, 2019

O mapa global da fome de 2020 (ver mapa 03 a seguir) evidencia a situação crítica em que vive todo o mundo, na qual teve-se um agravante – a pandemia da COVID-19. Com isso, a tendência, em termos quantitativos, é que os números

cheguem à quase 1 bilhão de pessoas em 2020, entretanto, podemos notar que o agravamento da fome, antes disso, já vinha acontecendo.

Mapa 03 – Fome no mundo – 2020



Fonte: CropLife Brasil, 2020

Portanto, entende-se que só é possível amenizar a fome quando a produção familiar camponesa, que é a responsável por produzir a nossa comida, receber os incentivos necessários para aumentar sua produção, através de assistência técnica adequada, investimentos em subsídios, entre outros. O acesso à terra também é fundamental, mediante a realização da reforma agrária. Todavia, mais do que isso, para efetivamente superar a fome, o fim do modo de produção capitalista é indispensável, junto com a destruição das formas de exploração, da luta de classes e do próprio Estado. Fundamentado em István Mészáros (2011), acredita-se que uma outra forma de sociabilidade só é pensável nos seguintes termos:

Em contraste com essa trágica experiência histórica, e com as ilusões da solução dos graves problemas estruturais das sociedades pós-revolucionárias por meio da “mercadização” capitalista, a alternativa

concreta é proporcionada pelos princípios orientadores de um sistema de produção e consumo *comunal* (e de nenhuma maneira coletivista em abstrato) socialista. Os principais princípios de funcionamento da alternativa socialista são: a regulação, pelos produtores associados, do processo de trabalho orientada para a qualidade em lugar da superposição política ou econômica de metas de produção e consumo predeterminadas e mecanicamente quantificadas; a instituição da contabilidade socialista e do legítimo planejamento *de baixo para cima*, em vez de pseudoplanos fictícios impostos à sociedade *de cima para baixo*, condenados a permanecer irrealizáveis por causa do caráter insuperavelmente *conflitante* deste tipo de sistema; a mediação dos membros da sociedade por meio da *troca planejada de atividades*, em vez da direção e distribuição políticas arbitrárias tanto da força de trabalho como de bens no sistema do capital pós-capitalista do tipo soviético ou da fetichista *troca de mercadorias* do capitalismo; a motivação de cada produtor por intermédio de um sistema autodeterminado de incentivos morais e materiais, em vez de sua regulação pela cruel imposição de normas stakhanovistas ou pela tirania do mercado; tornar significativa e realmente possível a responsabilidade voluntariamente assumida pelos membros da sociedade por meio do exercício de seus poderes de tomada de decisão, em vez da *irresponsabilidade institucionalizada* que marca e vicia *todas* as variedades do sistema do capital. (MÉSZÁROS, 2011, p. 50).

Desse modo, a fome, a pobreza e a miséria não farão parte da nova sociedade na qual os produtores terão autonomia para produzir alimentos saudáveis e suficientes para alimentar todas as pessoas do mundo, sendo esta uma prioridade, pois todo corpo humano precisa estar bem alimentado para realizar qualquer tipo de trabalho. Logo, sem sistema do capital, sem fome.

Após evidenciarmos nesta seção o quanto a fome pode e deve ser estudada pela ciência geográfica, e no caso desta presente pesquisa, através do método materialismo histórico e dialético, bem como, apontando como a fome é um problema gravíssimo enfrentado por todo o mundo e que está longe de ser superada, uma vez que para o capital, a produção de miséria é necessária à produção de riqueza. Na próxima seção, desdobraremos como o sistema do capital, em tempos de crise estrutural, age para garantir à sua expansão, por meio da extração de mais-valia, na qual reflete em consequências destrutíveis tanto para a sociedade quanto para a natureza, compreendendo que o trabalho é quem produz o espaço geográfico, tendo o modo de produção capitalista como um grande aliado em todo esse processo.

3 A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DA FOME COMO CONDIÇÃO ESTRUTURAL DO CAPITAL

*Abomináveis na grandeza
Os reis da mina e da ferralha
Edificaram a riqueza
Sobre o suor de quem trabalha!
Tudo o produto de quem sua
A corja rica e recebeu
Queremos que ela o restitua
O povo quer só o que é seu!*

*(A Internacional Comunista,
letra Eugène Pottier, composição: Pierre De Geyster).*

Antes de adentrarmos nas discussões relacionadas a crise estrutural do sistema do capital, é importante analisar como o modo de produção capitalista se consolida, tendo por base a expropriação e a expansão da produção da mercadoria, sobretudo com o surgimento de um capitalismo industrial, pois o interesse do capital no aumento da produtividade para extrair trabalho não pago, faz com que muitos trabalhadores sejam colocados na condição de supérfluos, tornando a reprodução social dos mesmos comprometida, inclusive uma maior aproximação com o cotidiano da fome. Nesse sentido, os estudos de Marx serão fundamentais para o entendimento dessas questões, já que vai mostrando os limites estruturais do capital.

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. (MARX, 1996, p.341/342)

Esse processo é compreendido, não como algo natural, pelo contrário, é produto social e histórico, que se deu doravante a violência, o saque, o roubo, a retirada da terra, o assassinio dos povos, se estabelecendo através das formas mais violentas de expropriação e de sujeição e subsunção do trabalho ao capital, de

precarização intensa dos sujeitos e do trabalho escravo, portanto, condições para a garantia e acumulação dessa massa de capital.

É importante lembrar que, existem duas formas de expropriação – a expropriação primária e a expropriação secundária. Desse modo,

A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo (...) (FONTES, 2010, p.44).

Esses sujeitos que saem ou são expulsos do campo, ao adentrar na cidade, deparam-se com muitas adversidades. “Ele é, portanto, livre para mover-se; de fato, na maioria dos casos, tem que ir para a cidade uma vez que está privado de quaisquer meios de subsistência no campo.” (SMITH, 1988, p.131). De antemão, para a garantia da reprodução da vida, necessita vender sua força de trabalho, assim, a inserção no mercado de trabalho é primordial para obter a satisfação das necessidades básicas de consumo, como alimentação e moradia. Entretanto, não é uma tarefa nem um pouco fácil de ser cumprida, dada a dificuldade de acesso ao emprego, envolvendo questões muito mais profundas do mundo do trabalho, pois, o capital, ao mobilizar tais trabalhadores para a cidade, não garante a “livre escolha” desses, uma vez que se estabelece uma migração forçada, dada a impossibilidade dos meios de produção no campo. Portanto, apoiando-se nos estudos de Karl Marx (1984) e Jean-Paul de Gaudemar (1977), entende-se que esse processo é parte do avanço do capital para extrair mais-valor. O trabalhador é dominado pelo capital, assim como sua liberdade.

O processo de expropriação,

Varia segundo a capacidade, possibilidade, interesse ou necessidade de extração de sobretrabalho sob a forma mais-valor das classes dominantes e, portanto, de sua própria subordinação, cada vez mais plena, a um mercado concorrencial e regido pela produtividade. Se não é abstrata e conduzida por um mecanismo rígido e cego, é, entretanto, difusa e generalizada, ocorrendo, em cada país ou caso concreto, sob pressões diversas. Resulta, contudo, em seu conjunto, na produção de levas crescentes de populações disponíveis para – e necessitadas de – vender força de trabalho, para assegurar sua existência, crescentemente dependente de mercados. (FONTES, 2010, p.89)

Desse modo, objetiva dois polos antagônicos e contraditórios entre si – a busca pelo aumento da produtividade e a destruição das condições de existência dos trabalhadores, ambos interferem diretamente na intensificação da fome moderna, pois a corrida desenfreada para a garantia do lucro faz com que milhões de sujeitos sejam inseridos nos espaços da fome.

A produtividade do trabalho, de maneira geral, em sua concreticidade, é produção de mercadoria. De acordo com Marx, as mercadorias são criadas para satisfazer as necessidades humanas, bem como, para gerar o consumo, tendo obrigatoriamente seu valor de uso e seu valor de troca. Dessa forma, o valor dessa mercadoria vai depender do tempo de trabalho empregado para sua produção. “Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor.” (MARX, 2013, p.162-163). Por isso, historicamente, diversos fatores vão contribuir para o aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, para o desenvolvimento das forças produtivas, no intuito de gerar cada vez mais valor: a qualificação dos trabalhadores, o emprego da ciência e da tecnologia, garantindo um processo produtivo organizado, eficiente e veloz, dentre outras questões. Aqui cabe considerar o caráter contraditório e desigual do desenvolvimento do capital, pois quando há possibilidade, o mesmo se reproduz e se apropria desse trabalho mais “qualificado”, fazendo avançar a extração de mais valia relativa, e quando não, especialmente nas periferias do sistema do capital, e em determinados setores da economia, avança, sobretudo, através da extração da mais-valia absoluta. “Em sua crise estrutural, o capital reproduz formas primitivas de exploração do trabalho (mais-valia absoluta), caminhando lado a lado da extração do valor a partir da mais-valia relativa.” (SOUZA, 2017, p.37). O próprio Harvey (2005) vai reconhecer isso ao buscar compreender a produção capitalista do espaço, evidenciando o ressurgimento de formas pretéritas de trabalho, na qual a extração de mais valia absoluta é significativa.

Tomemos de exemplo o Brasil e o agronegócio, ou a agroindústria, enquanto processo de produção capitalista e transformação da natureza. Houve no Brasil, ao longo de sua história – desde a colônia, perpassando império, velha e nova República, ditadura militar, à reconstrução democrática do final da década de 1980 – diversos processos produtivos, porém, em sua grande maioria, a centralidade destes processos se deu no campo. Cana de açúcar, café e atualmente soja, eram e/ou são

carros chefes da economia nacional desde seu nascimento, em um primeiro momento com força de trabalho escravizada, posteriormente com força de trabalho superexplorada. A industrialização do campo, ou o entendimento do campo como produto mais que meio produtivo, é parte do processo histórico. O latifúndio, o monopólio, a monocultura, canavieira, cacaueteira (como no caso do Sul da Bahia), cafeeira e da soja, são formas que esse monopólio da terra encontrou de melhor explorar a natureza e as forças de trabalho, locais e/ou estrangeiras, escravizadas ou não.

Posteriormente, com a mudança dos produtos das monoculturas, por interesse dos grupos detentores do poder econômico ou de uma ruptura provocada por uma crise econômica ou praga local, estes polos e produtos que anteriormente ocupavam espaço central na economia são ou completamente abandonados ou tomados por novas forças produtivas que se tornam os motores locais de produção. Quando o ouro produzido em minas se tornou mais relevante que a cana de açúcar produzida em Pernambuco e no recôncavo baiano, embora a cana de açúcar não tenha sido completamente abandonada, porém esta perdeu o seu valor central enquanto produto e as forças de trabalho (escravos na época), foram redirecionadas a esta nova atividade. Quando o café se tornou produto central no estado de São Paulo, esta força foi novamente mobilizada em um processo de mobilidade do trabalho forçada para a nova região central. Depois, a monocultura do café, com a crise econômica de 1929, sofre um grave abalo generalizado e a “saída” encontrada foi o processo de Industrialização da capital paulista, processo este que sofreu severa resistência dos senhores de café e seu grande desagrado com os planos do governo ditatorial Vargas, acarretando na insurgência de 1932. Com a contenção desta pelas forças militares, iniciou-se o processo de criação da indústria nacional, que teria o seu apogeu em 1950 com os processos de mobilidade dos interiores abandonados outrora, para os Estados industriais do sudeste paulista.

Explica Smith (1988):

A universalização do trabalho assalariado e, com ele, do valor, tendência inerente ao capital, conduz inflexivelmente à emancipação das relações e instituições sociais de qualquer espaço absoluto herdado, que anteriormente chamamos de "espaço natural". A mobilidade do capital e, em menor proporção, do trabalho, é a manifestação mais clara dessa necessidade (SMITH, 1988, p.132).

O capital apropria-se do espaço absoluto e o produz de maneira que possa extrair o seu valor, assim como extrai do trabalhador a mais-valia. Ora, cada vez mais, há uma necessidade do próprio sistema em produzir um espaço relativo, como uma forma de estreitar as relações de dominação e conseqüentemente, de acumulação. “O capital pode realizar uma emancipação social do espaço natural somente na medida em que se envolve na produção simultânea do espaço relativo.” (SMITH, 1988, p.132). Ações que possibilitam a agilidade do processo produtivo, como por exemplo o avanço dos meios de transporte e comunicações, corroboram para que o espaço relativo seja produzido, e ao mesmo tempo, esse é contraditório pois é destrutivo, uma vez que destrua a natureza e o trabalhador.

Entretanto, para se chegar no nível de desenvolvimento do trabalho industrial que temos hoje, ocorreu todo um processo de mudança desse, desde o trabalho manual no qual o trabalhador era a origem e a força motriz, até o trabalho altamente automatizado nas indústrias modernas, no qual o trabalhador, conforme aponta Meszáros (2011), é colocado como mero apêndice da máquina. Lembrando que esse processo se dá de forma desigual e combinada, pois o processo de produção de capital não ocorre de maneira totalmente automatizada e moderna, já que também se reproduz por meio das formas mais degradantes, nas quais a mais valia absoluta está presente. Historicamente, com o surgimento da máquina-ferramenta, o trabalhador continua tendo um papel de destaque, uma vez que a ferramenta sozinha nada produz, mas auxilia no trabalho manufatureiro. “É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que se origina a revolução industrial no século XVIII. Ela constitui ainda todo dia o ponto de partida, sempre que artesanato ou manufatura passam à produção mecanizada.” (MARX, 1996, p.9). A máquina-ferramenta realiza as mesmas operações que o trabalhador realizava com outras ferramentas. Portanto, até então não havia acontecido a revolução no modo de produção, com a grande indústria.

A máquina, da qual parte a Revolução Industrial, substitui o trabalhador, que maneja uma única ferramenta, por um mecanismo, que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez, e que é movimentada por uma única força motriz, qualquer que seja sua força. Aí temos a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada. (ibidem, p.11)

Nesse caso, o ser humano ainda pode ser a força motriz, mas movendo várias ferramentas de uma vez. “Só depois que as ferramentas se transformaram de

ferramentas manuais em ferramentas de um aparelho mecânico, a máquina-motriz adquiriu forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana.” (ibidem, p.13). O ser humano passa a ser mero assistente da máquina. Automaticamente, a máquina aumenta a produtividade, fazendo com que o capital ganhe mais lucro mediante a apropriação de trabalho não-pago. Vejamos o exemplo:

A produtividade da máquina se mede portanto pelo grau em que ela substitui a força de trabalho humana. (...) Antes de Ely Whitney ter inventado em 1793 a *cottongin*, a separação de 1 libra de algodão da semente custava em média 1 dia de trabalho. Em decorrência de sua invenção, 100 libras de algodão podiam ser obtidas a cada dia por uma negra e desde então a eficiência da *gin* foi consideravelmente aumentada. Uma libra de fibra de algodão, antigamente produzida a 50 cents, é mais tarde vendida com maior lucro, ou seja, com a inclusão de mais trabalho não-pago, a 10 cents. (MARX, 1996, p.25)

Portanto, o trabalhador vai sendo gradativamente substituído pela maquinaria. Outra consequência nessa revolução dos meios de produção é o emprego de mulheres e crianças nas fábricas, uma vez que não é necessário dispor de uma força física maior para auxiliar as máquinas. Ocorre, desse modo, a intensificação da exploração capitalista, pelo prolongamento da jornada de trabalho e o aumento da extração de mais-valia. “Em geral, o método de produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo” (ibidem., p.42). Ou seja, produzir mais em menos tempo e com menor força de trabalho humana. E esses trabalhadores que são retirados da fábrica pela incorporação das máquinas transformam-se em sujeitos supérfluos, desnecessários para a autovalorização do capital. (ibidem, p.62) E aqueles que continuam no chão da fábrica são submetidos às condições perversas e desumanas de trabalho.

Todos os órgãos dos sentidos são igualmente lesados pela temperatura artificialmente elevada, pela atmosfera impregnada de resíduos de matéria-prima, pelo ruído ensurdecedor etc., para não falar do perigo de vida sob a maquinaria densamente amontoada que, com a regularidade das estações do ano, produz seus boletins da batalha industrial. A economia nos meios sociais de produção, artificialmente amadurecida apenas no sistema de fábrica, torna-se ao mesmo tempo, na mão do capital, roubo sistemático das condições de vida do operário durante o trabalho, roubo de espaço, de ar, de luz e de meios de proteção de sua pessoa física contra condições que oferecem perigo de vida ou são nocivas à saúde no processo de

produção, isso sem sequer falar de instalações para a comodidade do trabalhador. (ibidem.p.58-59)

Dadas essas condições materiais concretas em que são postos, as consequências para grande parte dos sujeitos sociais são brutais e permanentes. De qualquer forma, na fábrica ou fora dela, os mesmos padecem e convivem lado a lado com a miséria e a fome.

Onde a máquina se apodera paulatinamente de um setor da produção, produz miséria crônica nas camadas de trabalhadores que concorrem com ela. Onde a transição é rápida, seus efeitos são maciços e agudos. A história mundial não oferece nenhum espetáculo mais horrendo do que a progressiva extinção dos tecelões manuais de algodão ingleses, arrastando-se por décadas e consumando-se finalmente em 1838. Muitos deles morreram de fome, muitos vegetaram com suas famílias a 2 1/2 pence por dia. (MARX, 1996, p.62)

Vale lembrar a centralidade do processo de trabalho para a produção da mercadoria e por consequência para a acumulação de capital, para isso, faz-se necessário analisar como o trabalho vem se transformando ao longo do tempo histórico. Segundo Marx (2013, p.326), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.”. Nessa perspectiva, entende-se que o trabalho é exclusivo ao ser humano, pois é o único ser vivo capaz de produzir um objeto a partir da sua ação e ideação para sua própria utilização, ou seja, o trabalhador produz o que é útil para suas necessidades humanas.

Desse modo, o processo de trabalho foi se desenvolvendo ao longo dos estágios da história humana, desde a criação de meios de trabalho mais arcaicos como o machado até os instrumentos um pouco mais elaborados como um trator, assim como se modificou o modo de produção, no qual atualmente há uma subordinação do trabalho ao capital mediada pelos capitalistas.

Ora, o capitalista assume um papel decisivo nesse processo do trabalho ao se apropriar dos meios de produção e da força de trabalho necessária, e conseqüentemente o trabalhador, em geral, não produz nada para si mesmo, mas para garantir a acumulação de riqueza do capitalista.

Como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o processo de trabalho revela dois fenômenos característicos.

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho.

Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. (MARX, 2013, p.336)

Portanto, essas são as condições impostas ao trabalhador para a realização do trabalho, na qual o mesmo é controlado em todas as esferas da produção e a mercadoria resultante é de propriedade daquele que comprou sua força de trabalho. “Assim como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor.” (ibidem., p.338). Daí então podemos chamar esse trabalho realizado, de trabalho produtivo. Porém, como adverte Marx (1996):

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1996, p.138)

Reafirma-se, portanto, que a essência do modo de produção capitalista é produzir mais-valia.

Outro ponto chave na explicativa da consolidação do modo de produção capitalista é como se deu o processo de expropriação que vai se estabelecendo ao longo dos séculos, avançando e retirando o produtor direto da terra e que se consolida nas próprias contradições do seu modo de produção. Tal processo se deu mediante a escravidão, a sujeição de povos inteiros, portanto, da exploração dessa força de trabalho. Dessa forma, o modo de produção capitalista, como Marx assinala, tem por base a libertação da servidão e a coerção corporativa, pois ao mesmo tempo que liberta o povo da servidão, o subordina a uma condição de violência e exploração perversas, perdendo completamente o controle sobre o processo do trabalho.

A expropriação dos produtores diretos é realizada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais sujas, mais infames e mais mesquinamente odiosas. A propriedade privada

obtida com trabalho próprio, baseada, por assim dizer, na fusão do trabalhador individual isolado e independente com suas condições de trabalho, é deslocada pela propriedade privada capitalista, a qual se baseia na exploração do trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, 1996, p. 380).

Karl Marx, em *O capital*, evidencia que só existem duas formas de produção do capital, que são: o trabalho e o direito, uma vez que a garantia da propriedade privada também afirma as possibilidades de apropriação do produto do trabalho, mostrando como historicamente o modo de produção capitalista e a forma de sociabilidade atual foram se consolidando e como o próprio espaço foi sendo produzido.

Com a consolidação do capitalismo, a produção passa a ser concentrada, focada em monocultura, a exemplo da macro produção de soja, que no Brasil hoje predomina absoluta sobre as demais, ou mobilizada de acordo com a necessidade de força de trabalho em novos polos, forçando migrações sazonais para o cultivo ou colheita de qualquer espécie, assim, as unidades de produção camponesas sofrem graves impactos. No campo, ocorre a tentativa de destruição do produtor direto, que estando na terra, produz suas mercadorias através do seu trabalho familiar ou coletivo, que, portanto, detinha seu tempo de trabalho. Entretanto, o avanço das relações capitalistas de produção expropria esses camponeses, os convertendo em trabalhadores assalariados, na dita servidão voluntária, os retirando da terra, da sua condição de ser meio de produção e os insere na condição de detentores única e exclusivamente da sua força de trabalho, uma vez que o camponês não possui mais as formas de realização do seu próprio trabalho, a não ser vendendo sua força de trabalho. De acordo com Marx, esse é o pressuposto da relação-capital. Entretanto, é preciso deixar claro que esse processo de destruição do próprio camponês não acontece em sua totalidade, uma vez que os camponeses não desapareceram. Há uma parcela desses que permanecem no campo, produzindo e lutando pelo seu território, realidade que também demonstra o caráter desigual e combinado desse modo de produção capitalista.

Ao transformar o camponês em trabalhador livre, esse é submetido a vender sua força de trabalho, através do qual busca garantir minimamente a satisfação das suas necessidades básicas, como a alimentação, sendo necessário ir ao mercado para comprar os alimentos que anteriormente eram produzidos por si mesmo, do contrário, a fome e a miséria incidirá de maneira ainda mais perversa sobre o sujeito

social. Por isso, obter o pagamento que é produto de parte do seu trabalho realizado, sob a forma de salário, se torna fundamental para a reprodução da vida, mas o capitalista ao explorar toda a força de trabalho que o sujeito é capaz de produzir, extrai a mais-valia, que nada mais é do que trabalho não-pago. Portanto, o modo de produção capitalista garante a acumulação de capital às custas da exploração do trabalhador e só o trabalho é quem produz a riqueza.

O processo de expropriação é uma das formas que o capital encontra para se expandir e controlar o território. Por outro lado, o próprio avanço das relações capitalistas, inclusive no campo, busca criar as formas para onde o capital não consegue expropriar os camponeses, os sujeitam ao definir e controlar o que será produzido. Atualmente, por exemplo, o capital, em grande parte, controla o campo e a produção por meio dos sistemas de crédito, dos instrumentos fornecidos pela indústria, fazendo com que esse produtor direto permaneça na terra, mas a produção seja apropriada pelo capital. E então, os produtores diretos perdem a autonomia, muitas vezes não produzem o que querem e nem se apropriam da sua produção, pois esta já está subordinada aos ditames do modo de produção capitalista, que se apropria individualmente dos resultados desse trabalho que é realizado socialmente. E é nesse processo que é expropriatório e que coloca os sujeitos na condição de absolutamente assujeitados à produção de valor, seja por formas capitalistas ou não capitalistas, que o capital se desenvolve, chegando nas últimas décadas a adentrar em uma profunda crise, ativando os seus limites absolutos de realização, ao expropriar os sujeitos e ao mesmo tempo não ter as condições de explorá-los, realidade que incide na reprodução dos mesmos e da fome, questões que discutiremos à seguir.

3.1 A FOME DIANTE DO CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL

O capital não controla somente a produção no campo, Mészáros deixa isso muito claro em seu livro *Para além do capital*, o capital tem uma característica principal na qual controla toda a estrutura totalizante, seja os serviços como comércio, agricultura e educação até as empresas transnacionais, todos estão submetidos e devem se ajustar ao sistema sociometabólico do capital.

Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação*. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Nesse sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja forma basicamente política – no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras. (MÉSZÁROS, 2011, p.100).

Esses são, portanto, os objetivos principais do capital: expandir e acumular. E para a realização desses processos, vale principalmente se apropriar do trabalho excedente, entendendo que só existe sociedade porque a mesma provém do trabalho, uma vez que é o trabalho que move as engrenagens para o funcionamento e desenvolvimento da sociedade, e mais ainda, não há produção do espaço sem trabalho. Mas, para o capital lidar com as consequências da crise estrutural do sistema, como uma crise econômica, ou ainda, uma crise alimentar mundial, impõe para a classe trabalhadora que só tem a sua força de trabalho para vender, o desemprego, a fome e a miséria, que agudizam-se como expressão da própria crise do sistema.

Apoiando-se nas teses de István Mészáros entende-se que o sistema do capital vivencia a crise estrutural, sendo esta, global. Não há sequer um espaço inerte que escape à crise. Mais do que uma crise social, econômica ou sanitária,

(...) o sistema de capital (e, em particular, o capitalismo), depois de vivenciar a era dos ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de *crise estrutural, marcada por um continuum depressivo* que faria aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural. (MESZÁROS, 2011, p.10)

O sistema do capital não possui limites para a sua expansão, pois como nos adverte Mészáros, é incontrolável, expansionista e destrutível. A lógica de valorização do capital, a produção e o consumo supérfluos são imperativos, em contraposição a destruição da natureza e da própria sociedade, gerando consequências como a fome estrutural, abordagem central desta pesquisa.

É importante lembrar que capitalismo e capital não são sinônimos. Em síntese, o primeiro é o modo de produção no qual estamos inseridos atualmente, baseado na acumulação de capital e na exploração do trabalho. Já o último é a base (sustentação), no qual desde outros modos de produção anteriores se impõe e pode continuar em vigor nas sociedades posteriores.

Historicamente, o capital cria crises cíclicas que são condições para a crise estrutural. Mészáros (2011) nos aponta de forma clara e objetiva, como isso é uma necessidade do próprio sistema, que precisa das suas crises para continuar acumulando, destruindo, expandindo e no domínio de todas as esferas e relações que se estabelecem no espaço geográfico.

A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais:

(1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);

(2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);

(3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;

(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. (MÉSZÁROS, 2011, p.795-796)

Aprofunda-se essa crise estrutural que abrange todos os espaços, já que não há sequer um país que escape à crise, e mais ainda, está penetrada também em todas as relações, sejam sociais, econômicas ou políticas e não há chance de superação dentro do modo de produção capitalista, pois ela é contínua e ambos estão intrinsicamente ligados. Entretanto, o sistema do capital perdura sem o capitalismo, logo, aquele cria outras formas de exploração e opressão.

O capital busca, incessantemente, controlar todas as esferas sociais, políticas e econômicas, “é um modo de controle, por princípio, incapaz de prover a racionalidade abrangente de um adequado controle social. E é precisamente a

necessidade deste que demonstra cada vez mais sua dramática urgência (MÉSZÁROS, 2011, p.57). O sistema, então, se esbarra em seus limites, que se chocam com a existência humana e com a natureza, e no momento em que não consegue mais se expandir, cria, ele próprio, soluções para lidar com esta crise. Alternativas planejadas, como o controle total dos trabalhadores, extraindo lucro desses, pela extração de mais-valia, tornam-se decisivas para a permanência do cruel sistema no qual estamos inseridos.

A crise econômica mundial de 1929, na qual houve a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, devido à expansão de crédito realizada pelos Estados Unidos – em que até então contava com um nível de produtividade elevado, mas que entrou em colapso por não resistir aos períodos de decréscimo na produção econômica (sem valor real) e o governo seguiu investindo e circulando mais dinheiro – gerou consequências como: a desvalorização do setor produtivo, o desemprego estrutural, a pobreza e a fome, é uma das crises responsáveis pela explosão da crise do capital.

O sistema do capital começa a entrar em crise dado o aumento da produtividade do trabalho, na lógica destrutiva do capital, em que o trabalho se converte em mercadoria e sua valorização é também a valorização do capital. Acirra-se a luta de classes, intensifica-se e precariza-se o trabalho. Para a classe trabalhadora, as consequências são as mais perversas e destrutíveis.

Devido ao intenso processo de destruição da sociedade e do espaço, a crise se torna inerente ao sistema, dentro das condições de dominação do capital, aumento do lucro e reestruturação produtiva nas quais o capitalismo vigora.

Portanto, em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. (ANTUNES, 2009, p.35)

Acontece uma destruição em massa. O espaço, a sociedade e o trabalho são redefinidos. O desemprego estrutural e a massa de sujeitos postos na condição de supérfluos, bem como o aguçamento da fome, são uma das primeiras marcas dessa destruição. “Naturalmente, consequência necessária da crise (...) é o crescimento do

desemprego por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada.” (MÉSZÁROS, 2011, p.25)

O modelo produtivo que vigorou praticamente durante todo o século XX foi o taylorismo/fordismo que tinha como objetivo a produção em massa de mercadorias, de maneira homogeneizada e verticalizada (ANTUNES, 2009). A grande indústria tinha o interesse de aumentar o ritmo e diminuir o tempo de trabalho. Para isso, adotou formas de exploração em que os trabalhadores eram sujeitados ao trabalho repetitivo, ao realizar sempre uma única etapa da produção; e desgastante, tanto físico como mentalmente, ficando horas e mais horas na mesma posição e realizando a mesma atividade. Desse modo, o capital extrai desses a mais valia, fruto do trabalho não pago. “O taylorismo/fordismo realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho (...)” (ibidem, p.43)

Em decorrência destas formas de exploração e opressão, os operários se organizaram em sindicatos, ao lutar pelos seus direitos trabalhistas, mas esbarraram-se nas estruturas capitalistas produtivas. “Por não conseguir superar essas limitações, apesar de sua radicalidade, a ação dos trabalhadores enfraqueceu-se e refluuiu, não sendo capaz de se contrapor hegemonicamente à sociabilidade do capital” (ibidem, p.46) Enquanto isso, as forças produtivas avançavam, principalmente no incremento da tecnologia e informação na indústria.

O que é produzido no modo de produção, para gerar capital, não é feito para durar mais tempo, pelo contrário, é produzido para que tenha um menor tempo de durabilidade, para assim, acelerar rotação do capital.

Desse modo, o apregoado desenvolvimento dos processos de “qualidade total” converte-se na expressão fenomênica, involucral, aparente e supérflua de um mecanismo produtivo que tem como um dos seus pilares mais importantes a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, como condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas. (ANTUNES, 2009, p.53)

É o que chamamos hoje de obsolescência programada, no qual os produtos são fabricados para serem descartáveis, durarem um tempo específico e se tornarem obsoletos, “obrigando” o consumidor a comprar outro que tenha uma funcionalidade ainda mais avançada. “A produção de computadores é, por isso, um exemplo da vigência da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, entre tantos

outros que poderíamos citar” (ibidem, p.53). Isso causa sérias consequências na natureza e no trabalho, como o esgotamento dos bens naturais e a intensificação da exploração do trabalho.

Posterior ao modelo produtivo taylorismo/fordismo, desenvolve-se o toyotismo, ambos parecidos em sua essência, entretanto, o último adota novos mecanismos de exploração e aumento da produtividade, “(...) o toyotismo reinaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais-valia”. (ibidem, p.58).

Nesse sentido, é importante frisar que, não interessa qual modelo de produção esteja em vigor, a busca pela expansão e acumulação fazem parte da própria essência do sistema como um todo, como também “a reprodução da vida cotidiana depende das mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação de capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto e socialmente aceito.” (HARVEY, 2005, p.127) A destruição e o desperdício são imperativos, e mesmo condição, para a reprodução ampliada do capital, que produz uma massa de miseráveis famintos, desejosos pelo alimento que a classe dominante joga no lixo. E a fome reina como expressão da contradição capital *versus* trabalho, e se materializa concretamente no espaço geográfico desigual e contraditório.

David Harvey, em seu livro *A produção capitalista do espaço*, expõe dez pontos centrais sobre a circulação do capital, no qual é influenciado pelo pensamento de Marx. De forma bem geral, segue as dez conclusões de Harvey.

1. A continuidade da circulação do capital se baseia na expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas. (...)
2. Na produção, o crescimento se realiza por meio da utilização de trabalho vivo. (...)
3. Na produção, o lucro se origina da exploração do trabalho vivo. (...)
4. Em consequência, a circulação de capital se baseia na relação entre classes. (...)
5. Essa relação de classe significa oposição, antagonismo e luta. (...)
6. Necessariamente, o modo capitalista de produção é tecnologicamente dinâmico. (...)
7. Normalmente, a mudança tecnológica e organizacional requer investimento de capital e força de trabalho. (...)
8. A circulação do capital é instável. (...)
9. Habitualmente, a crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem mais ser absorvidos. (...)
10. Os excedentes que não podem ser absorvidos são desvalorizados; algumas vezes, são até destruídos fisicamente. (...) (HARVEY, 2005, 128-131)

Tais conclusões nos levam ao entendimento de como o capital age sorrateiramente no seu processo de expansão do valor, tendo o trabalho vivo como elemento central para que isso aconteça, pois ao extrair a mais-valia do trabalhador, que pertence à classe antagônica aos que compram sua força de trabalho, ao dinamizar o processo produtivo, tornando-o flúido, a circulação de capital mantém em vigor a acumulação. Mas, uma observação importante é preciso ser feita: ao tornar a circulação de capital dinâmica e tecnologicamente funcional, cada vez mais o trabalho vivo vai perdendo o seu espaço e sendo descartado, nesse instante, milhões de trabalhadores tem sua força de trabalho desvalorizada, bem como o capital, quando a mercadoria é estocada e não vendida, por exemplo. Portanto a crise se revela e o capitalismo entra em um “estado de superacumulação.”, como denominado por Harvey. “Sob o capitalismo, considero inevitáveis as crises, independentemente das medidas adotadas para mitigá-las”. (HARVEY, 2005, p. 131), assim, ao não mais conseguir absorver os excedente de capital e trabalho, o desemprego, a fome, a pobreza e a miséria são consequências destrutivas desse processo.

Para manter os patamares da acumulação e o processo de circulação do capital, diversas transformações no espaço geográfico foram produzidas no decorrer da história do capitalismo, entre elas está a intensificação das relações geopolíticas entre os países e ao mesmo tempo, o antagonismo entre os mesmos, nos quais aqui vamos chamar de centro *versus* periferia. Acontece que, na medida em que o capital necessita se expandir para além dos países centrais, esses avançam para os países periféricos. Esse processo não se dá de maneira harmoniosa, pelo contrário, é conflituoso, e mesmo, de luta contra a fome. Para exemplificar,

A empresa multinacional, capaz de deslocar capital e tecnologia rapidamente para diversos lugares, controlando diversos recursos, mercados de trabalho, mercados de consumo e oportunidades de lucro, enquanto organiza sua própria divisão territorial de trabalho, obtém muito do seu poder devido à sua capacidade de dominar o espaço e usar os diferenciais geográficos de uma maneira que a empresa familiar não é capaz. (HARVEY, 2005, p.141)

Assim, o capital segue avançando para espaços que anteriormente eram desvalorizados, mas no instante que se revela o lucro obtido nesse processo expansivo, torna-se atrativo para as empresas multinacionais por exemplo, se

apropriar desses territórios e estabelecer o seu poderio. Daí, acontece o que Lenin denominou em sua teoria da história capitalista, na qual Harvey relembra, que diz o seguinte: - “ (...) a exploração de um povo em um lugar por outros povos em outros lugares (a periferia pelo centro, o Terceiro Mundo pelo Primeiro) assumiu o palco central.” (HARVEY, 2005, p.141). Mais do que a exploração de uma classe sobre a outra, que Marx já havia evidenciado, há a exploração ainda mais profunda de uma nação sobre a outra. E ao desenvolver as estratégias para o controle do território, o Estado assume um papel decisivo no desenvolvimento geográfico desigual.

Nesse sentido, o espaço vai sendo produzido de acordo com uma “coerência estruturada”, como define Harvey (2005), na qual as configurações espaciais de produção e consumo se desenvolvem, de maneira que “(...) o capital e a força de trabalho devem se unir em algum ponto específico do espaço para ocorrer a produção” (HARVEY, 2005, p.144), incluindo toda a demanda que o processo produtivo precisa, como mão de obra e tecnologia, até chegar ao consumidor.

Há processos em andamento, portanto, que definem os *espaços regionais*, em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais. (HARVEY, 2005, p.145)

Infelizmente, esses processos não se dão concretamente de forma que toda a sociedade consiga atingir sua plenitude, como por exemplo, da oferta e da procura. Há milhões de trabalhadores com força de trabalho disponível para ser vendida, mas a procura (dos compradores desta força de trabalho) não é capaz de absorver todos esses trabalhadores. Assim também acontece com o consumo, apesar dos avanços tecnológicos e produtivos que aumentaram a produtividade, essa mesma produção não chega à todos os sujeitos. Portanto, no instante que o desenvolvimento se dá de maneira desigual, a fome é uma consequência perversa de todo o processo, pois o trabalhador ao não vender sua força de trabalho para assim conseguir adquirir o alimento necessário para saciar-se, é, aos poucos, aniquilado pela fome moderna.

Capital e força de trabalho são movidos espacialmente por interesses econômicos e políticos, formam-se alianças geopolíticas para esse fim. “Adotam-se movimentos agressivos para exportar a desvalorização a outras regiões.” (HARVEY, 2005, p.156) Portanto, são os excedentes de capital e trabalho que são transferidos

para outros espaços, e ao adentrar nesse “novo espaço” há o bareteamento da mercadoria, seja essa força de trabalho ou não. De forma simplificada, essa é a geopolítica do capitalismo enfatizada por Harvey, a qual, ao mesmo tempo, provoca a geopolítica da fome, pois essa força de trabalho desvalorizada e mobilizada está sob o âmago da necessidade de alimentar-se. E no momento que se instala a crise, o capitalismo só consegue reerguer-se à base da destruição, tanto do espaço físico quanto dos trabalhadores.

3.2 O CONTEXTO DE CRISE E O AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Dadas as condições cruciais para a consolidação do modo de produção capitalista: a expansão da produção da mercadoria, o processo de expropriação, a iminência do capitalismo industrial, fundiário e financeiro, reconhece-se, com isso, que o capitalismo é um grande aliado do sistema do capital. Ora, o capital tem como objetivo central aumentar a produtividade, extraíndo cada vez mais trabalho não-pago e para a sua garantia utiliza e controla todas as “armas” que a produção capitalista tem a oferecer.

E as implicações do sistema do capital para com a classe trabalhadora são assustadoramente perversas, intensas e permanentes.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 1996, p.80)

Desse modo, o trabalhador é aquele que produz a riqueza sob a forma de mercadoria, e quanto mais ele produz, sua força de trabalho se torna mais desvalorizada, uma vez que com o aumento da produção, amplia-se também os lucros derivados do resultado do seu trabalho. Trabalhador e mercadoria chegam a confundir-se, sendo o próprio trabalhador posto na condição de mercadoria ao vender sua força de trabalho. E pela necessidade de garantir sua reprodução social, disponibiliza a extração da mais-valia e ao mesmo tempo degrada sua saúde física e

mental em favor da acumulação de capital. Pode-se notar, claramente, como isso acontece nos diversos setores industriais, como nas empresas de frigoríficos e nas empresas calçadistas. E para os exploradores, ter sujeitos disponíveis não é um problema, uma vez que há uma imensidão de sujeitos que compõem o exército de reserva, dispostos a serem explorados e que já se tornaram supérfluos, pois não interessam mais ao capital ou nunca interessaram.

Esses sujeitos são subordinados a rotinas extenuantes de trabalho, como aponta a pesquisa realizada por Heck (2013) ao destacar a precarização das relações de trabalho que envolve trabalhadores em fábricas de abate e comercialização de aves, revelando como esse processo de intensificação do trabalho se dá nos dias atuais.

As rotinas de trabalho vividas demonstraram que o ritmo elevado e repetitivo é algo existente. João que trabalha ainda hoje no frigorífico de aves da Sadia nos descreveu a sua atual jornada: entra às 5 horas da manhã, trabalha sem pausa até as 8 (3 horas seguidas) quando há uma pausa de 10 minutos. Na volta dessa pequena pausa trabalha mais 3 horas até as 11 quando apita o sinal do almoço. Nesse momento todos os trabalhadores saem e segue para retirar luvas de aço, material descartável (avental, mangas e luvas) passam no banheiro, almoçam e voltam rapidamente passando novamente no banheiro, pegando o material descartável, luva de aço e seguem para a linha. Todas essas funções têm de ser feitas em 1 hora que é aquela destinada ao almoço/repouso previsto por lei. (HECK, 2013, p.22)

Tudo em nome do aumento da produtividade, assim os trabalhadores são tratados como “coisa” qualquer, como um “objeto” que é utilizado como se quer, e as consequências para esses sujeitos são visíveis, logo aparecem lesões no corpo devido ao trabalho repetitivo, além do desgaste emocional e mental. O trabalhador é sujeitado e controlado de tal forma que até para ir ao banheiro tem que ser na hora estabelecida da pausa do trabalho, que nesse caso relatado, é de apenas 10 minutos, bem como o horário de almoço, tempo suficiente para se alimentar, mas sem o devido descanso após a refeição.

Nesse sentido, o trabalhador, aquele que produz a mercadoria, é submetido a diversas formas de trabalho precarizado e tem-se a degradação absoluta enquanto sujeitos sociais. Como nos adverte Mészáros, em que grande parte das suas obras tem a influência de Karl Marx:

Através da redução e degradação dos seres humanos ao *status* de meros —custos de produção como —força de trabalho necessária, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma —mercadoria comercializável, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadoras da compulsão econômica. (MÉSZÁROS, 2009, p.8)

A degradação dos sujeitos sociais é uma consequência do trabalho precarizado, que historicamente vem recriando novas formas de sujeição/exploração do trabalho, e atualmente, em um contexto de mundialização do capital, as flexibilizações do trabalho vem sendo cada vez mais uma saída do capital para enfrentar as suas crises, provocando conseqüentemente, condições perversas e destrutíveis de trabalho para a classe trabalhadora.

Vale ressaltar e esclarecer que a formação do exército de reserva e os trabalhadores postos na condição de supérfluos são processos diferenciados, embora envolvidos, pois o exército de reserva é uma massa de supérfluos. O primeiro tem a função de baratear e controlar o preço da força de trabalho, pois se o sujeito não aceitar um valor x para vender sua força de trabalho, tem inúmeros sujeitos na fila que aceitam prontamente tal “oferta”. “O crescimento do número de trabalhadores disponíveis se dá em decorrência do decréscimo relativo do componente variável perante o capital global, e se dá num ritmo mais acelerado que as possibilidades do mesmo capital variável absorvê-la.” (MENEZES, 2007, p.177). O segundo, tem relação direta com o desemprego estrutural, “pois o sujeito que não é absorvido pelo mercado, não consegue ser convertido em mais dinheiro, e então transforma-se em supérfluo”. (ibidem., p.175)

Ressalta-se que o crescimento do trabalho disponível considerado supérfluo e excedente para as dimensões do capital, evidencia não somente os limites sociais e produtivos do capital, mas evidencia ainda a própria natureza da acumulação: apropriar expropriando.

Além disso, o excedente de trabalho produzido e personificado na figura dos trabalhadores desempregados amontoados nos territórios onde a miséria é a imagem da paisagem, é o verdadeiro pano de fundo da acumulação de capital. É ele que sustenta seu plano expansionista. Contraditoriamente, um plano possibilitado pelo próprio aumento da produtividade do trabalho. (ibidem., p.178)

Desse modo, objetiva-se o processo de acumulação do capital. Há o aumento da produtividade do trabalho, e necessariamente, para sua concretização, um oceano

de sujeitos que pouco importa ao sistema são jogados ao desemprego estrutural. Esses, supérfluos, perdem até mesmo a vontade de procurar um emprego ou qualquer possibilidade que garanta ao menos atenuar sua fome. “Assim, o novo padrão emergente de desemprego como uma tendência socioeconômica adquire o caráter de um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual”. (MÉSZÁROS, 2011, p.69).

E então, há uma aceitação da exploração, dadas essas condições perversas. Na condição do desemprego, a reprodução desse sujeito e sua família se torna ainda mais difícil, e a fome pode se apresentar como uma realidade ainda mais presente. Por outro lado, na medida em que há um salário miserável, existe uma péssima alimentação e, portanto, a fome prevalece, mesmo para os sujeitos que ainda conseguem vender a sua força de trabalho, sobretudo, dado o rebaixamento dos salários.

A fim de garantir minimamente a reprodução da vida, o trabalhador é sujeitado a diversas formas de trabalho precarizado, em condições degradantes de existência, como: a informalidade, a terceirização e o trabalho escravo. Essa realidade representa as investidas do capital sobre o trabalho, a fim de reduzir os custos e aumentar o lucro, ainda que esse se estabeleça à custa da degradação absoluta dos sujeitos que trabalham, tal qual apontado por Mézáros.

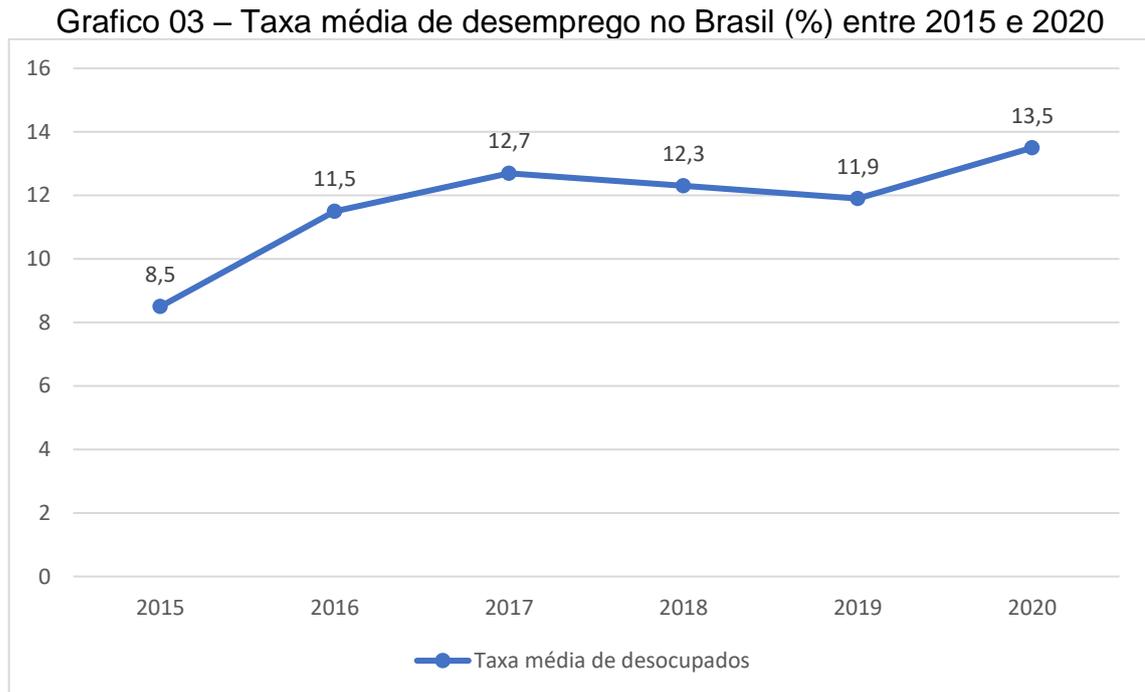
O desemprego estrutural torna-se um elemento central de análise do fenômeno da fome, uma vez que ambos estão intrinsecamente associados. O desemprego é um dos graves problemas sociais que se expressam no Brasil, mas é uma contradição estrutural do próprio modo de produção capitalista, no qual são incorporadas novas formas de organização do trabalho e da produção. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Trimestral - PNAD Contínua, produz informações importantes para o entendimento do mundo do trabalho (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Taxa de desocupação (milhões de pessoas) – Brasil, 2012 – 2020



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal, 2020.

Os dados do gráfico 02 apontam que no período entre o ano de 2012 e final de 2014 houve uma certa estabilidade no número de desempregados, sem exorbitantes aumentos ou quedas na taxa de desocupados, tal como denominado pelo IBGE. Mas a partir do ano de 2015 o desemprego foi aumentando. No gráfico 03, pode-se observar quantitativamente, o quanto vem aumentando esses dados.

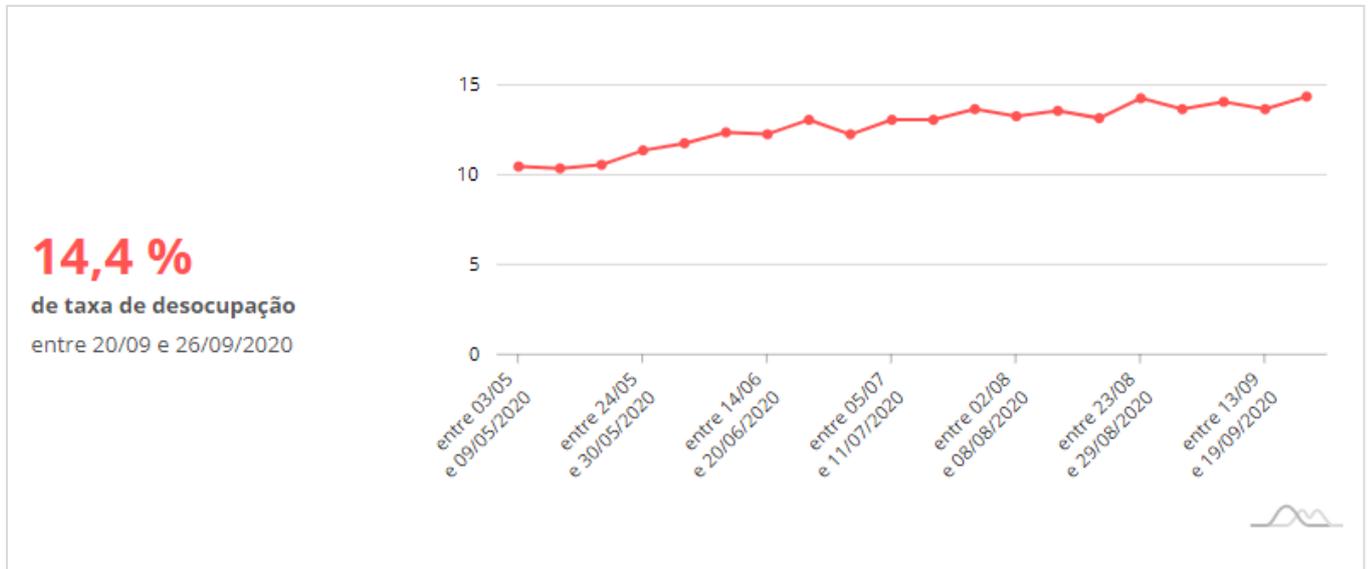


Fonte: PNAD Contínua, 2021. Org: Thaís Freires, 2021

Um detalhe importante é preciso ser observado: em 2019, a taxa média de desempregados no país caiu para 11,9%, em relação à população economicamente ativa, entretanto, nota-se que aqui se tem os efeitos da Contrarreforma trabalhista², que almejava, ao menos em discurso, diminuir o desemprego, sendo que conforme o próprio IBGE/PNAD assumiu, houve um aumento na oferta de empregos sem carteiras assinada, informais e em atividades bastante precarizadas. Já no ano de 2020, aliando a crise estrutural e os efeitos da pandemia provocada pelo coronavírus, esse percentual volta a aumentar, conforme evidencia-se no gráfico 04 a seguir.

² A reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), votada e aprovada na Câmara Federal no dia 22/03 de 2017, durante o governo do presidente da República Michel Temer, foi uma das principais medidas tomadas por tal governo e alterou, de forma severa, as Leis do Trabalho, e portanto, aprofundou ainda mais as contradições entre capital/trabalho.

Gráfico 04 – Taxa de desocupação entre 03/05 e 26/09/2020 - Brasil



Fonte: IBGE/Pnad Covid 19, 2021

No ano de 2020, o aumento do desemprego foi assustador e desde o primeiro trimestre de 2020 os números só vem aumentando. No primeiro trimestre de 2021, a taxa média de desocupados já era de 14,7%. E provavelmente, a tendência para os próximos anos é que aumente ainda mais, sendo uma condição estrutural do capital, e que vem se intensificando com a pandemia da Covid-19 e suas consequências nefastas.

Outro dado fundamental para o entendimento das condições de trabalho dos sujeitos é a taxa média de informalidade. Segundo informações do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a mesma bateu recorde, evidenciando que o trabalho informal se tornou uma “saída” para aqueles sujeitos desprovidos de uma renda fixa garantida pelo emprego formal.

Apesar da queda no desemprego, em 2019, a taxa de informalidade – soma dos trabalhadores sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, empregador sem CNPJ, conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar – atingiu seu maior nível desde 2016 no Brasil (41,1%) e também em 20 estados.

A taxa média nacional de informalidade foi superada em 18 estados, variando de 41,2%, em Goiás, até 62,4% no Pará. Em 11 desses 18 estados, a taxa de informalidade ultrapassou 50% e apenas Distrito Federal (29,6%) e Santa Catarina (27,3%) tiveram taxas de informalidade abaixo de 30%. (IBGE, 2020).

Portanto, o Brasil vive o pleno crescimento do mercado informal de trabalho (Quadro 02), em detrimento da queda dos trabalhadores na condição formal de trabalho, escancarando um grave problema do nosso país, em que os destituídos de um emprego com carteira assinada se submetem a condições degradantes, por um valor abaixo do mercado, entretanto, vendem sua força de trabalho para a garantia da reprodução da vida.

Quadro 02 – Taxa de informalidade da população ocupada (%) – Brasil, 2016-2019

Localidade	2016	2017	2018	2019
Brasil	39,0	40,2	40,8	41,1
Acre	49,8	51,4	51,0	50,2
Alagoas	47,1	46,2	44,7	47,2
Amapá	48,4	49,8	49,4	54,3
Amazonas	57,0	56,0	54,9	57,6
Bahia	54,5	54,6	54,3	54,7
Ceará	54,1	54,5	55,3	54,9
Distrito Federal	26,0	27,6	28,2	29,6
Espírito Santo	37,5	40,5	42,2	41,6
Goiás	39,5	40,7	40,8	41,2
Maranhão	64,4	62,1	59,9	60,5
Mato Grosso	38,3	38,6	39,1	40,7
Mato Grosso do Sul	36,5	36,3	37,1	37,8
Minas Gerais	37,9	39,8	40,0	40,1
Pará	60,8	61,8	61,4	62,4
Paraíba	52,1	52,1	53,1	53,1
Paraná	32,8	34,9	35,5	34,3
Pernambuco	47,8	48,6	48,2	48,8
Piauí	59,4	58,7	58,8	59,5
Rio de Janeiro	33,3	36,2	37,1	37,5
Rio Grande do Norte	45,3	46,8	48,3	48,4
Rio Grande do Sul	32,9	34,2	34,2	34,0

Rondônia	48,9	50,1	49,5	50,3
Roraima	42,8	44,0	45,0	47,1
Santa Catarina	27,5	28,1	27,9	27,3
São Paulo	27,4	29,7	31,6	32,0
Sergipe	50,9	52,2	53,6	54,4
Tocantins	44,4	43,7	45,4	47,9

	Menor valor
	Maior valor

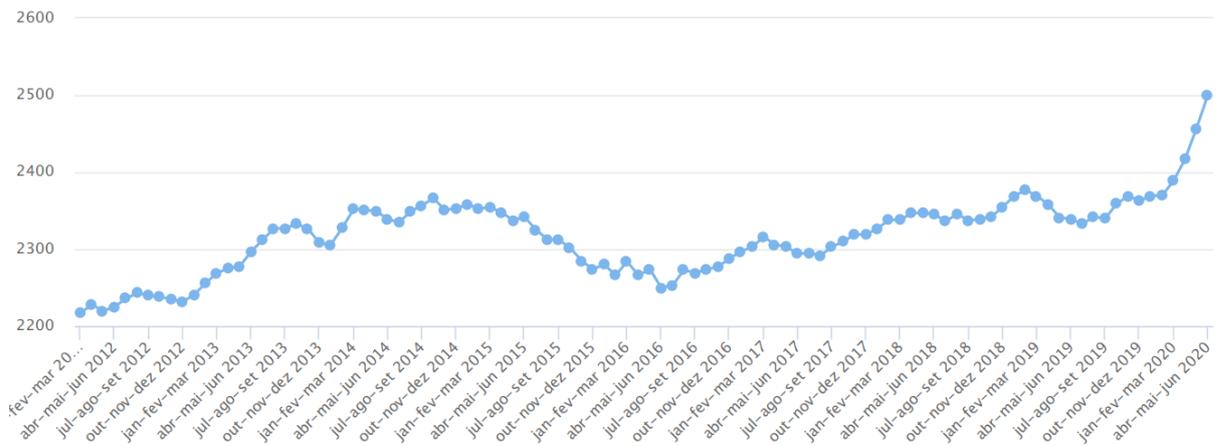
Fonte: IBGE – PNAD Contínua, 2020 (Adaptado).

O quadro 02 aponta como a taxa de informalidade, no período de 2016 a 2019 se apresenta nos estados brasileiros, nos quais a maior parte desses teve um aumento da taxa. Com destaque para o estado do Amapá, que teve o maior aumento (6%) nesse período em análise, seguido por São Paulo (4,6%), Roraima (4,3%) e Rio de Janeiro (4,2%), respectivamente. Admite-se que, há uma relação direta entre esses sujeitos que compõem o mercado informal e o processo de intensificação da fome, uma vez que com o baixo valor pago pelo seu trabalho, é inviável manter uma alimentação suficiente e saudável.

Diante desse cenário de precarização, um dado relativo ao rendimento médio do trabalho recebido por mês se destaca (veja no gráfico 05): no segundo trimestre de 2020 o rendimento médio do trabalho foi o mais alto desde 2012. Acredita-se que esse aumento se deve ao fato do recebimento do Auxílio Emergencial por uma parcela da população. Entretanto, reconhece-se que, em hipótese alguma isso vai transformar as questões estruturais do capitalismo. A condição de miséria, da pobreza e da fome, pelo contrário, é permanente (até onde o modo de produção capitalista existir) e se intensificam devido a todas essas questões tratadas na presente pesquisa, e a pandemia de Covid-19 é mais um fator, dentre muitos, de exacerbação desses processos.

Gráfico 05 – Rendimento médio real (R\$) recebido por mês 2012/2020

Rendimento médio, jan-fev-mar 2012 – abr-mai-jun 2020



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal, 2020.

O auxílio emergencial no valor de R\$ 600 vigorou, em um primeiro momento, de abril a junho de 2020 do período pandêmico, mas foi sendo prorrogado com diminuição do valor até o final do ano, bem como alterando algumas regras para o recebimento, que inclusive diminuiu parte dos sujeitos contemplados com o programa social, contudo, um total de 9 parcelas foram concedidas em 2020. Em 2021, o governo anunciou novamente a liberação do auxílio emergencial, com início do recebimento em abril e com pagamento a ser feito até outubro, totalizando no pagamento de 7 parcelas em 2021. Entretanto, considera-se que o auxílio emergencial é produto da luta da oposição ao governo protofacista e negacionista de Jair Bolsonaro (Sem partido) e seu ministro o banqueiro ultraneoliberal Paulo Guedes, dando, em certa medida, uma possibilidade dos sujeitos se reproduzirem no contexto de amplo desemprego e precarização do trabalho, o que certamente deu uma diminuída na fome dos sujeitos, pois foi possível se manter uma alimentação para as famílias, por mais simples que fosse.

O auxílio emergencial é um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, autônomos, desempregados e microempreendedores individuais (MEI) e tem como objetivo proteger tais sujeitos da crise econômica e social provocada pela pandemia. Trata-se de um benefício no valor de R\$600,00 (R\$1.200,00 para as famílias em que a mulher seja a única responsável pelas despesas do domicílio) que será pago em três parcelas entre os meses de abril e junho de 2020. Até duas pessoas de uma mesma família podem receber o auxílio, constituindo assim um benefício máximo de R\$1.200,00 por domicílio. Para receber o auxílio, é necessário ter

renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo (R\$522,50) ou renda familiar total de até três salários mínimos (R\$3.135,00) e não receber benefício previdenciário, seguro-desemprego ou de outro programa federal de transferência de renda, com exceção ao Bolsa Família. (VERDI, 2020, p.42-43)

O pagamento do auxílio emergencial é uma forma de mitigar a pobreza no Brasil, mas não substitui a renda derivada do trabalho. Revela o quanto a característica do desemprego estrutural é forte e contribui para a intensificação da fome. O número de pessoas que se adequam aos requisitos para recebimento do auxílio é exorbitante, escancarando uma classe social empobrecida. Nesse sentido, o Estado tem um papel fundamental ao dar assistência a esses sujeitos, mesmo que não resolva o problema como um todo, mas assegura, dentro dos seus limites, a reprodução social, assim como também garante a reprodução ampliada do capital.

Aproximadamente 27 milhões de pessoas se inscreveram para receber o auxílio em menos de 48 horas após o anúncio do governo. Cerca de 83,5% dos trabalhadores estão em posição vulnerável, ou porque são trabalhadores informais ou porque embora tenham vínculos formais, atuam em setores fortemente afetados, aqueles considerados não essenciais. Estimativas indicam que aproximadamente 24 milhões de pessoas fazem parte do mercado de trabalho informal em atividades não essenciais, constituindo o grupo de trabalhadores mais imediatamente atingido pela suspensão das atividades. (VERDI, 2020, p.45)

Todos esses fatores contribuem para o seguinte questionamento: Diante de todos esses dados que mostram grande parte da população desempregada, aliado a outros fatores como perda de direitos trabalhistas, aumento da informalidade, concentração de terras, expropriação dos camponeses, além de outras causas como a opção do sistema alimentar global pela produção de commodities, degradação da produção camponesa (esses últimos serão tratados no próximo capítulo), como podemos afirmar que o Brasil saiu do mapa da fome? Segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), desde 2014 o Brasil está fora do mapa da fome mundial. E de acordo o relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo”, publicado em julho de 2020 pela mesma, apontou que o Brasil continua fora do mapa da fome. Tal dado é questionável, e para nós, os índices estatísticos buscam mascarar a situação real e vital na qual os expropriados dos meios de produção, e de toda riqueza socialmente produzida, vivenciam, questões que serão retomadas e

aprofundadas na seção 4 desta dissertação. Não é um dado quem vai mudar essa realidade, mas a organização e luta da classe trabalhadora contra quem os oprime. A superação da condição de fome, de pobreza e mesmo da miséria, só faz sentido nessas condições. Do contrário à leitura será sempre aparente e superficial. A superação da fome é a superação do capital, na forma concentrada e desumana na qual se realiza.

3.3 A RELAÇÃO ENTRE A FOME, A CLASSE SOCIAL E AS DESIGUALDADES ESPACIAIS

Nos processos de produção dos espaços de riqueza e de pobreza inúmeras contradições são escancaradas, revelando que grande parte dos sujeitos sociais estão impossibilitados de garantir minimamente à reprodução da vida e consequentemente a fome se reproduz intrinsecamente.

O capital tem o papel de organizar e controlar as diferentes classes sociais que se consolidam.

No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição. (MÉSZÁROS, 2011, p.55)

Produz-se uma sociedade espacialmente desigual dividida em classes sociais, com capitalistas, proprietários e detentores do capital de um lado e trabalhadores, expropriados, produtores de mercadorias de outro, contradição posta e evidenciada na produção do espaço. Uma parcela mínima da população (os capitalistas) possui os meios de produção: terra e capital, mas apenas é o dono destes, uma vez que o trabalho disposto para a produção da riqueza advém da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho e que, portanto, é controlada pelo capital.

Marx aponta em relação a consolidação das classes sociais no capitalismo:

(...) duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia: do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria

força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. (MARX, 1996, p.340)

Consolida-se, portanto, a classe expropriadora e a classe expropriada. De um lado, os que detêm a propriedade privada da terra, produto da expropriação camponesa, de outro, os ditos trabalhadores livres, que nada possuem além de sua força de trabalho.

A classe expropriadora vive, pois, da exploração do trabalho. O capital não chegaria ao nível de produção de riqueza que se tem hoje, se não fosse a extração de trabalho não-pago. Vários fatores históricos foram cruciais para a garantia da consolidação desse modo de produção capitalista, como a expropriação e apropriação do trabalho e a propriedade privada sobre a terra, produzindo, dessa forma, um espaço desigual e combinado, que gera um proletariado, transforma a produção e a concentra nos espaços urbanos, no intuito de produzir cada vez mais mercadoria, sendo condição para a existência do capitalismo. Mas, o capital também se expande para o campo, pois precisa explorar a natureza para garantir a matéria-prima necessária para a produção industrial.

No campo, envolve os sujeitos desprovidos das condições de realização do seu próprio trabalho, que anteriormente era pautado, sobretudo, na divisão em pequenas unidades de produção, na cooperação, e que vai se rompendo com o avanço das forças produtivas. Atualmente, esses sujeitos enfrentam muitos problemas, como a dificuldade de acesso à terra e mesmo de permanecer nela, como apontam estudos sobre a reprodução camponesa na produção do espaço agrário, a exemplo de Oliveira (2001), Marques (2002), Souza (2008) e outros.

No mundo moderno, há intensas transformações na reprodução da sociedade, nesse sentido, torna-se indispensável a necessidade de atualizar a relação cidade-campo e a Geografia enquanto ciência assume essa responsabilidade de analisar que, com a consolidação do modo de produção capitalista, o espaço se torna mercadoria, e mais ainda, quem cria e transforma o mundo não é o espaço, o campo ou a cidade, mas a sociedade (CARLOS, 2006). Indo além do conceito de espaço natural e espaço absoluto.

Na cidade, forma-se a periferia, “lugar de estratégias de sobrevivência para uma grande parcela da população” (CARLOS, 2006, p.81), que vive em situação econômica precária, na condição de pobreza e que encontra obstáculos para se

reproduzir. No campo não é diferente, o drama da fome também expressa a condição precária de vida desses sujeitos. Campo e cidade são transformados em mercadoria sob a lógica capitalista.

A classe camponesa tem em seu bojo suas especificidades e um dos seus desafios é a luta para permanecer na terra e conseguir viver às custas da sua própria produção alimentar, mas, muitas vezes, infelizmente, isso não acontece e as alternativas encontradas são vender o excedente do que é produzido, quanto há, ou mobilizar-se para outros espaços e vender sua força de trabalho. No depoimento a seguir, percebe-se como o trabalhador é movido pela necessidade da reprodução da vida.

Uma grande diferença entre trabalhar aqui e trabalhar na colheita do café é que, aqui eu trabalho para mim mesmo, lá eu trabalho para os outros e sou obrigado e colher uma grande quantidade de sacas de café por dia, não tem um respeito ao cansaço do corpo, o pagamento é pela produção, se trabalho pouco, recebo pouco. Quando estou trabalhando na minha roça não preciso me preocupar com esse tipo de coisa (S. S. A. Camponês residente na comunidade de Lagoa do Morro em Candiba – BA, apud FERNANDES, 2018, p.48)

O território camponês vem sendo apropriado pelo capital e os camponeses encontram dificuldades concretas de realização do seu trabalho, inclusive vivenciando o cotidiano da fome, seja essa velada ou explícita. Lembrando que a terra para eles é essencialmente valor de uso, entretanto, o capital, na esfera da circulação, também se apropria dessa produção como mercadoria. Uma parte desses sujeitos que não conseguem se reproduzir nessas condições, são obrigados a mobilizar-se, temporariamente, para outros espaços. Os sujeitos que vão para o corte de cana-de-açúcar, por exemplo, vivenciam uma realidade desumana, como podemos perceber através deste relato.

Se dependesse só de mim eu não sairia nunca para trabalhar fora. Lá a gente sofre demais, longe da família da nossa terra e o trabalho é muito pesado. Todo mundo que já cortou cana sabe como é, a gente não come e não dorme direito, e recebe pela quantidade que corta aí, no fim dia você está morto não aguenta mais nada (V. P. D. Camponês entrevistado na comunidade Limoeiro – Candiba, apud FERNANDES, 2018, p.44)

Observa-se o nível de exaustão no qual tais trabalhadores são subordinados, na lógica destrutível do capital, em que são postos na condição de miserabilidade e

se submetem até mesmo ao trabalho análogo à escravidão, como estratégia de sobrevivência. E a fome estrutural se expressa na produção desses espaços de pobreza e miséria.

Tem vinte anos que meu marido sai para trabalhar no café em Minas, de uns tempos para cá, as coisas **tem ficado cada vez mais difíceis**, por isso eu tive que ir também. Lá eu trabalho como cozinheira e faxineira, é muito pesado, más é o jeito (M. M F. Camponesa residente na comunidade de Lagoa da Pedra em Candiba – Ba, apud FERNANDES, grifos nossos, 2018, p.49)

Percebe-se a intensificação das condições precárias de trabalho no campo, quando anteriormente somente os homens camponeses eram forçados à migração, mas, dada a dificuldade da reprodução da vida, as mulheres também são obrigadas a mobilizar-se a fim de garantir o sustento da família.

Além disso, vivencia-se o processo de apropriação privada do espaço pelo capital, que tem a expansão como um fundamento central. “O que quer dizer que, no amplo processo de acumulação, o capitalismo estende-se à produção do espaço englobando e articulando novas áreas pela necessidade de expandir-se para novas esferas produtivas. ” (CARLOS, 2016, p.3). Para esse fim, o campo e a cidade são subsumidos aos ditames do poder dominador do capital.

Partindo do pressuposto de que “é no espaço que se pode ler a realidade e as possibilidades concretas de realização da sociedade.” (ibidem, 2020, p.351), a presente pesquisa tende a fazer a leitura geográfica da fome, entendendo que ela se expressa de maneira diferenciada na condição das classes sociais dos sujeitos. E possui um lugar no espaço, pois se espacializa desigualmente sendo a própria expressão dessa forma de sociabilidade. Desse modo, o processo de expropriação e a fome são faces de uma mesma moeda. Onde há expropriação e impossibilidade de se manter a reprodução da vida a fome, a qual se materializa espacialmente nos espaços da miséria, tanto no campo quanto nas cidades.

Ao longo do processo histórico, a reprodução produz o espaço enquanto mercadoria e nesta interpretação, a Geografia (crítica) permite deslocar o enfoque do espaço enquanto localização e palco da atividade dos grupos humanos para compreendê-lo enquanto produção do trabalho social iluminado uma sociedade de classes como sujeito deste processo de produção. (ibidem, p.354-355)

Ao longo da elaboração desta dissertação, passamos a vivenciar uma situação *sui generis*, em função da difusão da pandemia do vírus Sars-Cov-2 e da doença provocada por esse: a COVID-19, que até meados de julho de 2021 já havia vitimado mais de 540 mil brasileiros, e que só veio a esgarçar as contradições inerentes ao capital, nos mostrando que a tendência é que, cada vez mais, sendo o modo de produção produtor de mercadoria, fundamentado no aumento da produtividade do trabalho, na expropriação e no desemprego, esses sujeitos vão inevitavelmente passar fome.

Vivencia-se em um cenário mundial, agravado pela pandemia da COVID-19 e a consequente desestruturação da economia, de uma profunda crise do capitalismo mundializado, que está tomando proporções destrutivas, interferindo diretamente na reprodução da vida e do trabalho. Intensificam-se diversas contradições, como: o desemprego estrutural, contribuindo para que se eleve a massa de sujeitos colocados na condição de supérfluos e uma vez retirados do mundo do trabalho, para onde dificilmente voltarão, a não ser nas condições mais precárias de reprodução, não conseguem escapar ao drama da fome.

Tal realidade, nos aponta para a importância de desmistificar a seguinte afirmação: o vírus da COVID-19 é democrático. Há todo um discurso ideológico de que o mesmo atinge tanto os pobres quanto os ricos de maneira igualitária, fato que não se aplica a realidade, uma vez que a doença atinge muito mais as pessoas que estão em maior vulnerabilidade social e econômica, pois são aquelas que necessitam sair de casa para garantir sua sobrevivência, na qual o pão de cada dia é conquistado diariamente, e pelo contrário, a classe que detêm os meios de produção tem a opção de cumprir a quarentena que é o recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ao restringir a circulação de pessoas para evitar a transmissão do vírus. Mas, ainda assim, esses garantem a obtenção do lucro ao extrair a mais-valia dos trabalhadores que se arriscam em meio ao caos na luta pela vida, pelo trabalho, para não sucumbir a fome crônica e agora ao vírus. Mas, na luta pela sobrevivência diária, a fome grita a cada dia, o que acaba por empurrar as parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora ao contágio e, muitas vezes, a morte.

Deste modo, a crise do novo coronavírus revela o fato de que o simples ato de ficar em casa ou ter acesso aos tratamentos em hospitais - em um país como o nosso - não está posto para todos, pois

os direitos não são iguais. Ao ser destituído da totalidade urbana, o indivíduo dela se perde e a prática socioespacial segregada repõe, constantemente, a negação do humano e da cidade. Essas possibilidades já estão postas historicamente pelo acesso diferenciado, numa sociedade de classe, aos direitos à cidade e, neste caso, ao direito à vida. (CARLOS, 2020, p.14)

Nesse sentido, é escancarada a contradição de classes, a desigualdade social e a produção desigual do espaço, em que, de um lado, há milhões de pessoas que compõem o *lócus* da fome, decorrente da estrutura social vigente do modo de produção capitalista, de outro, há poucos que concentram e se apropriam da riqueza produzida. Durante essa pandemia, isso ficou ainda mais nítido, principalmente em relação a quem são os que passam fome, os que não têm acesso à água, entre outros, e mais ainda, “(...) o progresso do COVID-19 exhibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça” (HARVEY, 2020, s/n).

Da mesma forma que a crise sanitária atual, que de modo nenhum encontra-se dissociada da crise estrutural do capital, reproduzindo e ampliando as suas contradições, atinge com maior severidade os sujeitos mais pobres, também se estende aos países periféricos, uma vez que esses são desprovidos das condições necessárias para um bom enfrentamento da crise, como um serviço público de saúde eficiente. Assim, “a fome continua a atormentar a vida de milhões no mundo e tende a se agravar à medida que a COVID-19 se dissemina nas fileiras da classe trabalhadora, sobretudo, dos países periféricos” (LIMA, 2020, p.335).

David Harvey, aponta a relação entre o modelo econômico global e a Covid-19, mostrando a situação da lucratividade do mercado financeiro em meio a pandemia. Afirma que “embora tenha havido uma queda imediata das bolsas de valores quando as primeiras notícias apareceram, seguiram-se um ou mais meses em que, surpreendentemente, o mercado atingiu novas altas” (HARVEY, 2020, s/n). Rapidamente o capital age “resolvendo o problema” que até certo ponto impedia (um pouco) a extração do lucro, acumulando ainda mais capital. Isso não quer dizer que a crise pandêmica acabou, mas que o capital encontrou uma saída para lidar com esta crise. Reforça-se a opção pela acumulação, em detrimento do agravamento das contradições do sistema. Há, até mesmo, uma tentativa de naturalização da crise sanitária, para que o sistema do capital possa continuar com suas ações severas.

Até quando essa crise pandêmica vai perdurar não se sabe, tem-se apenas previsões. Harvey compartilha suas reflexões em relação ao agravamento dos problemas econômicos e sociais, por assim dizer:

(..) quanto tempo isso vai durar? Pode demorar mais de um ano e, quanto mais demorar, maior a desvalorização, inclusive da força de trabalho. Os níveis de desemprego quase certamente subirão para níveis comparáveis aos da década de 1930 na ausência de intervenções estatais maciças que terão que ir contra o receituário neoliberal. As consequências imediatas para a economia e para o cotidiano social são múltiplas. (HARVEY, 2020, s/n)

Com o Covid-19, intensificaram-se as contradições que já estavam se agravando em escala global. Antes mesmo do início da pandemia, a FAO (2019) já havia alertado para o fato de que o número de pessoas que passam fome estava aumentando. Isso é um fato! E com a pandemia, as organizações multilaterais já apontam a tendência para o futuro: “(...) o World Food Programme (WFP, 2020c) vinculado à ONU, estima que até o final de 2020 haverá um acréscimo de 130 milhões de pessoas vítimas de insegurança alimentar aguda, alcançando um total de 265 milhões de indivíduos. ” (WFP apud LIMA, 2020, p.338). Portanto, mais gente passando fome.

O documento “O Vírus da fome: como o coronavírus está potencializando a fome em um mundo faminto”, divulgado pela Oxfam Brasil (2020) adverte que,

Até 12 mil pessoas podem morrer por fome diariamente, até o final de 2020, devido às consequências da pandemia de covid-19. Isso é mais do que o total de mortes diárias causadas pela doença em si. (...)
O documento revela como 122 milhões de pessoas podem ser levadas à beira da fome este ano como resultado dos impactos sociais e econômicos causados pela pandemia de coronavírus. (...)
(...) o Brasil está entre os prováveis epicentros da fome no mundo, juntamente com Índia e África do Sul, onde milhões de pessoas estão à beira da grave insegurança alimentar e pobreza extrema. (OXFAM BRASIL, 2020, s/n)

Ainda no Brasil, com base nos dados do levantamento “Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise da Segurança Alimentar no Brasil”, feito pelo IBGE (2020),

Ao menos 10,3 milhões de pessoas enfrentaram algum grau de insegurança alimentar entre 2017 e 2018, o que configura o maior

índice registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2004, quando o levantamento foi feito pela primeira vez. A pior situação está no Norte e no Nordeste, onde menos da metade das casas tinha garantia de alimento e era chefiada especialmente por mulheres em condições de vulnerabilidade. (CARTA CAPITAL, 2020, s/n)

Tais dados são alarmantes e comprovam a dificuldade e a impossibilidade concreta de acesso ao alimento, em que milhões de sujeitos são privados do direito à alimentação. Desse modo, o Brasil chega perto do temido retorno ao Mapa da Fome, entretanto, prevalece um modelo de produção agroalimentar (*commodities*) voltado para a exportação em detrimento da produção de alimentos para o abastecimento interno. Cresce, ao mesmo tempo, contraditoriamente, a produção e a fome, visto que o próprio alimento é convertido a condição de ser mercadoria, e mais ainda, torna-se uma mercadoria financiada nos bolsas de valores e nos mercados futuros globais. Nesse modelo econômico, de produção-distribuição-consumo e de controle alimentar, a tendência é que esse quadro piore ainda mais, intensificando o processo da fome e a própria degradação da produção familiar camponesa, debate que será trazido na próxima seção desta dissertação.

4 AS CONTRADIÇÕES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA: AGRONEGÓCIO *VERSUS* FOME

*Peis somos do povo ativos
Trabalhador forte e fecundo
Pertence a terra aos produtivos
Ó parasitas deixai o mundo
Ó parasitas que te nutres
Do nosso sangue a gotear
Se nos fustarem os abutres
Não deixa o sol de fulgurar!*

*(A Internacional Comunista.
Letra de Eugène Pottier; Composição: Pierre De Geyter).*

O objetivo geral da presente seção parte do entendimento das contradições por trás do aumento da produção de alimentos, sobretudo no Brasil e, ao mesmo tempo, a intensificação da fome moderna em tempos de crise estrutural do capital. Nesse sentido, para atender ainda mais a proposta do trabalho, torna-se imprescindível evidenciar como a produção agrícola brasileira é alvo de intensos processos contraditórios nos quais se busca, cada vez mais, o controle e dominação da mesma pela lógica destrutiva e acumulativa do capital, até mesmo do que consumimos como alimento. Afere-se que há, portanto, o controle da produção até o consumo, e que busca se estender por todo espaço agrário brasileiro.

Isso é perceptível quando notamos que nos é imposto uma “comida padronizada”, como nos alerta Esteve (2017). “Ou seja, avançamos para um mundo com mais alimentos, mas com menor diversidade e segurança alimentar.” (ESTEVE, 2017, p.8). Enfatiza a autora supracitada, que não é interessante, ao mercado financeiro, que seja produzido uma diversidade de culturas para viabilizar uma alimentação nutritiva e saudável, sendo que, o que vai garantir o aumento do lucro, via agronegócio, são os alimentos produzidos sob a forma de *commodities*. A lógica ampliada do capital também insere os alimentos como estratégia de reprodução, fazendo com que haja uma “especulação financeira com matérias-primas alimentares” (ESTEVE, 2017, p.26), uma vez que,

O preço dos alimentos é determinado nas bolsas de valores – como a Bolsa de Chicago, a mais importante do mundo. No entanto, a maior parte da compra e venda desses bens, feitas através dos “mercados futuros”, não corresponde aos intercâmbios comerciais reais. Matérias-primas são compradas e vendidas para especular e fazer negócios, gerando aumento de preços dos alimentos ao consumidor. Os mesmos bancos, fundos de alto risco (*hedge*) e companhias de seguros que causaram a crise das hipotecas *subprime* especulam com alimentos, aproveitando-se de mercados globais desregulamentados e altamente rentáveis. (ESTEVE, 2017, p.26)

Assim, os alimentos mesmo antes de serem produzidos no campo, são comercializados e vendidos nos ditos “mercados futuros” e os seus preços são ditados pelas bolsas de valores, tornando o alimento parte do jogo comercial muito lucrativo para as empresas transnacionais, as quais são responsáveis por produzir a indústria agroalimentar que circula e está por toda parte do mundo, interferindo diretamente no que vai ser produzido ou não, no campo.

Outro fator que influencia na garantia de uma alimentação nutritiva e saudável para todos os sujeitos do mundo é o acesso a esses alimentos, uma vez que “o que nós comemos, embora possa não parecer, é condicionado pela classe social. Quem tem mais recursos financeiros pode optar por um alimento de melhor qualidade.” (ESTEVE, 2017, p.156). Daí entende-se que a fome é classista, pois ela atinge veementemente aqueles desprovidos dos meios de adquirir o alimento pela compra. Mas, algo contraditório na sociedade capitalista é a existência de famélicos e obesos. A referida autora enfatiza que “enquanto milhões de pessoas no mundo não têm nada para comer, outros comem mal e demais. A obesidade e a fome são dois lados da mesma moeda de um sistema alimentar que não funciona e que condena milhões de pessoas à desnutrição.” (ESTEVE, 2017, p.36).

O relatório intitulado “*O estado da segurança alimentar e nutrição no mundo 2020*”, elaborado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Programa Mundial de Alimentos e a Organização Mundial da Saúde (OMS), revelam os dados atuais referentes a fome, a desnutrição e a obesidade no mundo. Vejamos:

O grande destaque do relatório neste ano é um alerta não só sobre a quantidade de comida ingerida, mas também sobre a qualidade. Atualmente, uma dieta saudável, variada e com os nutrientes necessários é uma realidade inalcançável para 38% da população

mundial, aproximadamente 3 bilhões de habitantes. Cerca de 104,2 milhões dessas pessoas vivem na América Latina e no Caribe. O documento ressalta ainda que as crianças são as grandes afetadas pelo grave cenário de ausência de alimentação e oferta em má qualidade. Em 2019, **144 milhões de crianças abaixo de 5 anos foram atingidas pelo crescimento atrofiado**, enquanto outras **38,3 milhões estavam com excesso de peso**. (BRASIL DE FATO, 2020, grifos nossos, sem página)

Portanto, uma alimentação saudável vai além do consumo de uma grande quantidade de comida, o que vai assegurar essa condição é a qualidade do que é consumido e ao ser desprovido do acesso a essa alimentação equilibrada, duas consequências principais são geradas: desnutrição e sobrepeso, ou fome e obesidade, e ambos são faces de uma mesma moeda. E como a pesquisa anteriormente citada enfatiza, são as crianças as mais prejudicadas pela falta de uma alimentação saudável, nutritiva e suficiente.

Então, há aqueles sujeitos que passam fome pela ausência total de alimentos; e outros tantos que se alimentam de forma inadequada, ao não consumir todos os nutrientes necessários à reprodução da vida, e que devido à dificuldade em comprar tais alimentos, convivem com a fome moderna. Ou ainda, no caso dos obesos, por esse mesmo motivo acabam consumindo alimentos que não são nutritivos, mas que geram uma carga de sobrepeso no indivíduo. É preciso desmistificar a ideia de que o pobre faminto é somente aquele sujeito muito magro e com a barriga inchada; a obesidade também é consequência da pobreza, pois os custos de uma alimentação suficiente e de qualidade são mais caros do que os *fast food's*, comidas industrializadas e rápidas e que ao invés de fazer bem para o organismo, pelo contrário, traz prejuízos à saúde devido ao alto índice de caloria, gordura e sal presente nelas. Outro motivo que também faz o trabalhador pobre optar pelos *fast food* é a rapidez no preparo e consumo, realidade que faz lembrar até mesmo a indústria fordista, pois a produção desses lanches é mecanizada, repetitiva e rápida, e dado o curto período de tempo que o trabalhador possui para alimentar-se, opta por tais comidas.

Enfatiza-se que essa relação entre classe social, tipo de consumo alimentar, fome e reprodução precária no espaço é parte estruturante desse modo de produção, como nos lembra o estudo realizado por Engels (2010) ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, diante do processo de industrialização implementado ao longo do século XIX. Destaca o autor que:

A alimentação habitual de cada operário varia naturalmente em função do salário. Os operários mais bem pagos, em especial os operários fabris, em cuja família todos os membros conseguem ganhar alguma coisa, têm – enquanto essa situação perdura – uma boa alimentação: carne todos os dias e à noite, toucinho e queijo. Nas famílias que ganham menos, só há carne aos domingos ou, às vezes, em dois ou três dias da semana; em compensação comem-se mais batata e pão. À medida que descemos na escala salarial, verificamos que a alimentação à base de carne se reduz a alguns pedaços de toucinho misturados à batata; descendo ainda mais, até o toucinho desaparece, permanecendo o queijo, a batata, o pão e o mingau de aveia (*porridge*); quando chegamos aos irlandeses, restam apenas as batatas como único alimento. (...) Mas tudo isso só é verdade se o operário está empregado; desempregado, fica à mercê da sorte e come o que lhe dão, o que mendiga ou...o que rouba – e se não encontra nada, simplesmente morre de fome, como já dissemos. (ENGELS, 2010, p. 114).

Assim, aponta-se que aos trabalhadores restam apenas aquilo que à classe proprietária repugna. No centro da produção e da riqueza produzida pela indústria capitalista, torna-se possível se encontrar (como nas metrópoles de hoje) uma enorme coleção de mercadorias, desde que se tenha recursos para adquirir, algo inalcançável aos trabalhadores mais pobres. Esses produtores da riqueza – os trabalhadores, comem alimentos adulterados, senão estragados, como carnes passadas, ressequidas, não raro oriunda de animais doentes, batatas de má qualidade, legumes muchos e queijos de mal cheiro. Para adquirir alimentos muito baratos a fim de, minimamente, saciar a fome, compram café misturado com terra, farinha misturada com gesso e argila, manteigas salgadas e vários outros alimentos de péssima qualidade nutritiva e prejudiciais à saúde (ENGELS, 2010).

Mas, essa não é só uma realidade do capitalismo industrial do século XIX, mas se reproduz ao longo dos séculos, evidenciando as próprias contradições fundantes da extração do valor, é o que demonstra Harvey (2005), ao destacar a realidade de trabalhadores em países da periferia do capitalismo como a Indonésia, o Paquistão, a Índia e outros, onde os trabalhadores, mesmo optando pela alimentação mais simples, pela remuneração que ganham, não conseguem garantir duas refeições minimamente nutritivas ao dia; sobretudo ao associar as necessidades de pagar aluguel e outras demandas para necessárias à vida.

Assim, ao buscar se entender a realidade agrária brasileira atual e seu papel na divisão social do trabalho, considerando o fato de vivermos em um país grande

produtor de alimentos, o que justifica que uma parcela considerável da população (composta dos trabalhadores pobres, precarizados ou mesmo desempregados e muitas vezes considerados superflúos), conviva constante e ininterruptamente o drama da fome?

Diante de todos esses problemas que caracterizam a sociedade capitalista moderna, com o domínio e poder pelas empresas capitalistas do que é produzido na agricultura surge o seguinte questionamento, em uma escala nacional, referindo-nos ao Brasil:

— Podemos dizer que o Brasil está se desenvolvendo de maneira sustentável? Ou melhor, existe desenvolvimento sustentável?

Para responder à essas questões, atentamos-nos aos seguintes dados, primeiro: O “Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo”, diz estudo intitulado *O agro no Brasil e no Mundo: uma síntese do período de 2000 a 2020*, realizado pela Secretaria de Inteligência e Relações Estratégicas (SIRE) da **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)**, em 2021. Por outro lado,

Na temporada de 2019-2020, a mais recente divulgada, a área desmatada na Amazônia foi de 11.088 km², de acordo com números oficiais do governo federal divulgados pelo Inpe por meio do sistema Prodes.

De acordo com o Inpe, trata-se de um **aumento de 9,5% em relação ao período anterior** (agosto de 2018 a julho de 2019), que registrou **10.129 km²** de área desmatada. É a maior área desde 2008, quando o Prodes apontou 12.911 km² desmatados. (G1 Globo, 2021)

A relação entre estes dados revelam o processo contraditório no qual o Brasil vem perpassando, pois para a garantia da produção em massa, do aumento da produtividade para exportação, segue a destruição da natureza, sendo o desmatamento apenas uma dessas formas, uma vez que há o projeto de destruição dos recursos naturais (água, vegetação, rochas, solo, revo, ar), os quais são apropriados irracionalmente, portanto, desenvolvimento e destruição caminham lado a lado, e se assim continuar, caminhamos para a destruição da própria humanidade. Ao mesmo tempo, esse dito desenvolvimento, propiciado pela “modernização da agricultura” é benéfico lucrativamente para as grandes corporações, sendo a classe trabalhadora e camponesa desprovida de acesso a esses meios de produção e, conseqüentemente, do resultado da produção; desse modo, a fome é uma consequência dessa opção pelo agronegócio em detrimento da alimentação interna dos

brasileiros. E o conceito amplo e complexo de sustentabilidade, em que está atrelado, em geral, à ideia de conservar, de cuidar, de preservar o meio ambiente para as gerações futuras, é carregado de contradições, uma vez que, pelo contrário, há a aniquilamento da natureza para sustentar o modo de produção capitalista, nesse sentido, entende-se que há o desenvolvimento de diversas formas de produção, nesse caso agrícola, para que os detentores do capital possam acumular riqueza e avançar no seu processo de extração do valor.

Ao trazer os dados referentes ao desmatamento na Amazônia cabe evidenciar que, este está intimamente ligado a estrutura fundiária vigente no Brasil, na qual a grilagem de terras é peça chave para o entendimento da apropriação privada das terras por parte de uma determinada classe capitalista burguesa. Tendo em vista que grileiros já tomaram quase 12 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia (Duda Menegassi, Jornal O Eco, 28 de junho de 2020), aponta os dados coletados por uma equipe de pesquisadores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), divulgados pelo jornal O Eco, em que compreende-se que há uma usurpação das terras públicas.

Nós tiramos as sobreposições e sobraram 49.8 milhões de hectares de florestas que ainda não foram destinadas, é mais ou menos o tamanho da Espanha. O que são essas florestas não destinadas? São florestas que são públicas, pertencem ao governo federal ou estadual, mas ainda não foram alocadas para nenhuma categoria de uso. Elas não são unidade de conservação, não são Terra Indígena, território quilombola, não são assentamento, não são nada. E elas não têm um gestor específico ali cuidando. E quando nós demos um zoom para ver o que estava acontecendo dentro dessa área, nós vimos que uma área equivalente a dois estados do Rio de Janeiro, 11.6 milhões de hectares, estavam sendo griladas". (RAMOS apud MENEGASSI, 2020, s/p)

Percebe-se como o Estado está a favor do agronegócio, que ao invés de entregar as terras públicas para os povos tradicionais (camponeses, indígenas, quilombolas, etc.) plantarem e cultivarem os alimentos necessários para saciar a fome do povo brasileiro, estas são entregues de bandeija para os latifundiários extraírem cada vez mais a renda da terra e o trabalho. Historicamente, no decorrer dos anos, é perceptível essa apropriação privada da terra pelos capitalistas latifundiários e que atualmente, vem se intensificado, dada o processo de privatização destas terras, mediante as flexibilizações que vem ocorrendo na própria legislação, como a Medida Provisória 910, a MP da Grilagem, que se tornou o Projeto de Lei 2.633/2020

(MENEGASSI, 2020, sem página), que alterou a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a instituição de normas para licitações e contratos da administração pública; e mesmo os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras deliberações. (Câmara dos Deputados, 2020). Ou seja, regulamentar e legitimar os grileiros como os donos das terras.

4.1 A OPÇÃO PELO AGRONEGÓCIO E A DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL

A produção de alimentos no território brasileiro vem passando por profundas transformações, nas quais, a economia mundializada viabiliza a reprodução do capital no/do campo. Nesse movimento, o agronegócio tem encontrado garantias para a realização ampliada da extração de renda e lucro dos agrários “terrenos férteis”, principalmente com as ações classistas do Estado, que contraditoriamente prioriza a acumulação do valor de troca em relação à produção alimentícia enquanto valor de uso.

Essas constatações podem ser percebidas mediante diversos processos concretos que configuram atualmente o agronegócio nacional que mantêm relações comerciais internacionais oriundas dos processos internos de esfacelamento, em grande medida, do setor econômico secundário com o avanço da produção capitalista de mercadorias agrícolas, e que se materializam na estrutura fundiária brasileira.

Goldfarb (2013, p. 42) elucida que essa realidade é advinda de um resfriamento das formas keynesianistas de ação do Estado, ao passo que nos anos 1980 há uma transição produtiva para o regime alimentar corporativo com a ampliação dos interesses de diferentes capitais na atividade agroindustrial; uma vez que naquele momento os setores privados articularam-se para que estas modificações econômicas fossem efetivadas. Cabe salientar que, conforme a autora, estas transformações acontecem concomitantemente com o neoliberalismo que altera a atuação do Estado, estando este a se colocar a favor das classes dominantes nacionais que controlam os monocultivos, a exemplo do Brasil e da Argentina com a produção de soja.

É preciso levar em consideração que essas reconfigurações mercantis de alimentos, em diversas partes do mundo, foram ocorrendo devido ao declínio dos EUA na hegemonia da produção e circulação de alimentos (GOLDFARB, 2013, p. 43),

situação esta que fez com que as grandes corporações agroindustriais, em nível internacional, pudessem atuar de maneira descentralizada em todo o planeta por meio de fusões de empresas e integrações produtivas/financeiras, tanto nos países centrais quanto nos países periféricos, uma vez que as relações capitalistas e imperialistas não se expressavam mais pela bipolaridade EUA *versus* União Soviética, mas pela multipolaridade na formação de blocos econômicos, como no caso da América Latina com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e com a financeirização da economia mundial regulada pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Nesse contexto, o Brasil passa a compor esta lógica contemporânea de acumulação do valor, mediante a associação entre as elites burguesas nacionais e as diversas corporações agroindustriais do mundo. Entretanto, suas investidas mercadológicas estão vinculadas ao processo histórico de formação social e territorial do país, estabelecido na apropriação capitalista da terra e dos recursos da natureza, na exploração do trabalho das classes mais pobres do campo, na expropriação de milhares de camponeses dos seus espaços de vida, na grilagem de grandes porções de terras controladas pelos latifundiários, na violência pelo assassinio de indígenas, quilombolas, etc, entre outros fatores que não foram superados pelo tempo e são reproduzidos atualmente.

Sendo estas formas primitivas de acumulação do capital utilizadas diante da reprimarização da economia, observa-se que o velho tem se feito novo, como no caso das novas formas de grilagem que contam com tecnologias avançadas a exemplo dos mapas com sensoriamento remoto e georreferenciados para a manutenção do latifúndio, nas ocorrências de trabalho análogo ao escravo nas fazendas do agronegócio, na dizimação de comunidades camponesas inteiras seja pelas queimadas, desmatamento, assassinatos dos povos originários, uma vez que esta realidade vai apontando na sua contradição, para além do apelo midiático, que o 'agro'³ destroi cotidianamente a vida natural e humana da terra quando prevalecem os interesses dominantes das classes proprietárias e das empresas, sejam elas multinacionais e/ou transnacionais, alinhadas aos padrões econômicos neoliberais.

³ Aqui leia-se o agronegócio, em alusão a propaganda midiática impulsionada por esse setor, que se coloca como perspectiva de desenvolvimento e modelo altamente tecnificado que deu certo no campo brasileiro, exemplo de modernidade e oportunidades que se espelha por todo o espaço agrário, desde os grandes conglomerados aos pequenos agricultores, aqui considerados agricultores familiares, mas totalmente inseridos na reprodução ampliada do capital, mas que, em sua essência, representa a total subsunção da agricultura ao capital, deixando um rastro de concentração fundiária, expropriação, violência e exploração do trabalho (assalariado ou camponês) no campo brasileiro.

Harvey (2011) constata que o projeto neoliberal fez com que fossem reestabelecidas as condições de acumulação do capital, assim como de um restauro no poder da classe dominante intencionando, estrategicamente, possibilidades de desregulamentação das barreiras protecionistas estatais para que o mercado pudesse encontrar áreas abertas e livres para a consolidação dos seus interesses, ao mesmo tempo no qual esse processo busca eliminar a autonomia da classe trabalhadora, como exemplo das organizações sindicais dos trabalhadores para que estejam cada vez mais sujeitados às determinações do modo de produção capitalista.

No cumprimento prático da cartilha neoliberal, o agronegócio encontra possibilidades reais para o seu avanço e o seu poder produtivo em nosso país, ao tempo em que com o aparato irrestrito do Estado, seja no financiamento da produção, na isenção da dívida pública, na inserção de representações políticas dos latifundiários no legislativo brasileiro, entre outros mecanismos aos quais aprofundamos no tópico seguinte, permite com que seu projeto tome concretude por todo o território nacional.

Amparado por essa estrutura monopolizadora, o agronegócio também propaga-se ideologicamente quando é veiculado à toda sociedade brasileira que sua produção agrícola tem sustentado e impulsionado a economia nacional ao promover-se em seu portal na internet como “moderno, eficiente e competitivo”. Nesse mesmo portal, o agronegócio brasileiro é apresentado como uma atividade cuja prosperidade, segurança e rentabilidade deve aproveitar-se do clima diversificado, das chuvas regulares, da energia solar, da água doce disponível no território brasileiro e de seus 388 milhões de hectares de terras férteis e produtivas, nas quais 90 milhões ainda não foram exploradas, fazendo com que o país seja propício aos negócios agropecuários e suas cadeias produtivas. Somados a essas características, coloca que:

O agronegócio é responsável por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Estima-se que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2004, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados no ano passado. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 4,67% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões. (PORTAL DO AGRONEGÓCIO, 2021).

Desta maneira, é perceptível que os dados disponibilizados pelo agronegócio são mascarados e não colocam quem de fato produz alimentos para o mercado

consumidor interno, à medida que os dados comparativos do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 evidenciados no quadro 3 nos permitem analisar as disparidades na produção de alimentos *versus* do agronegócio brasileiro.

Quadro 03 – Dados comparativos dos Censos Agropecuários do Brasil (2006/2017)

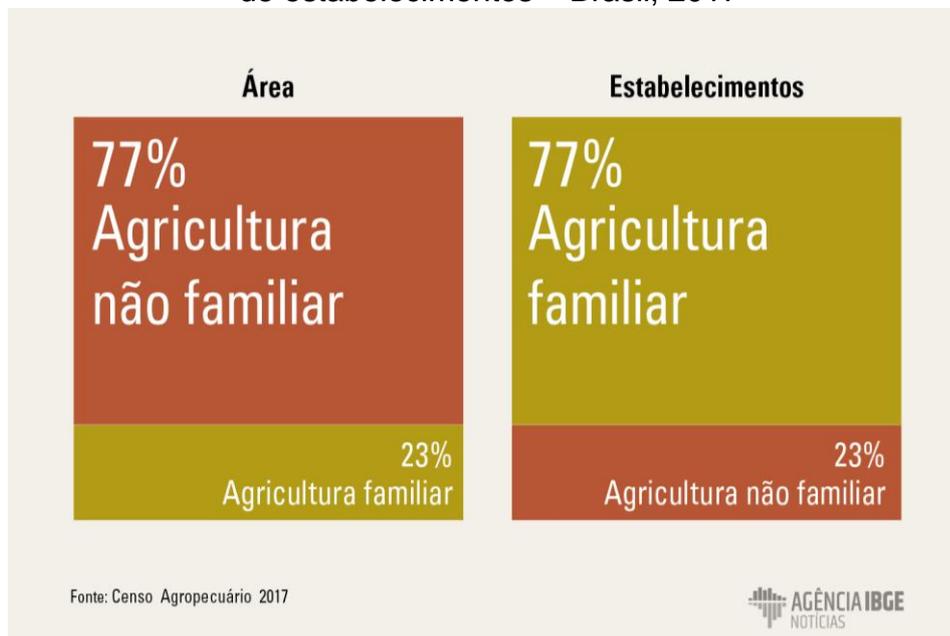
Censo Agro 2006						
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos		Área total (ha)		Pessoal ocupado	
Total	5 175 636	100,0%	333 680 037	100,0%	16 568 205	100,0%
NORMAS VIGENTES EM 2017						
Agricultura não familiar	870 531	16,8%	252 411 258	75,6%	4 286 660	25,9%
Agricultura familiar-LEI-11326 -2017	4 305 105	83,2%	81 268 779	24,4%	12 281 545	74,1%
Censo Agro 2017						
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos		Área (ha)		Pessoal ocupado	
Total	5 073 324	100,0%	351 289 816	100,0%	15 105 125	100,0%
NORMAS VIGENTES EM 2017						
Não é agricultura familiar	1 175 916	23,2%	270 398 732	77,0%	4 989 566	33,0%
Agricultura familiar	3 897 408	76,8%	80 891 084	23,0%	10 115 559	67,0%
Censo Agro: Variações de 2006 a 2017						
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos		Área (ha)		Pessoal ocupado	
Total	-102 312	-2,0%	17 609 779	5,3%	-1 463 080	-8,8%
Não é agricultura familiar	305 385	35,1%	17 987 474	7,1%	702 906	16,4%
Agricultura familiar	-407 697	-9,5%	-377 695	-0,5%	-2 165 986	-17,6%

Fonte: IBGE (2019). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em 05 nov. 2020

Mediante os dados apresentados pelo quadro 03, observa-se que existe uma desigualdade explícita nas relações sociais ante a produção de alimentos *versus* a produção de mercadorias (*commodities*) no espaço agrário brasileiro, que revelam, na sua totalidade, os projetos opostos das classes em disputa no campo, realidade esta que vem sendo conformada de acordo os dados censitários de 2006 e 2017, que consideram três fatores quantitativos: o número de estabelecimentos, das áreas produzidas em hectares e de agricultores que trabalham na terra e compõem esse processo.

Conforme estes dados, verifica-se que a agricultura oriunda das pequenas unidades de produção familiar camponesa entre meados da década de 2000 até 2017 vem sendo constituída em aproximadamente 80% dos estabelecimentos agrícolas do país, mas que são de acordo o último censo, em sua massiva maioria, de pequeno porte: 80.891.084 milhões de hectares, número equivalente a 23% do total da área. Em contrapartida, apesar de serem poucas a quantidade de estabelecimentos divulgadas pela série histórica, aproximadamente 20%, a área produzida pelo agronegócio corresponde a 77% das terras agrícolas, num total aproximado de 270 milhões de hectares, três vezes maior que as áreas de produção dos pequenos agricultores; números estes que atestam o controle do território nacional nas mãos dos poucos proprietários latifundiários do país, como podemos visualizar através da figura 02 a seguir.

Figura 02 – Agricultura familiar e não familiar – Proporção das áreas e dos números de estabelecimentos – Brasil, 2017



Fonte: Censo Agropecuário (2017). Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2012%20agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5%20dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html> Acesso em: 05 nov. 2020.

O conteúdo social advindo desses dados nos permitem compreender as disparidades existentes entre a produção de alimentos para o mercado interno, advinda dos esforços laborais dos camponeses e a produção brasileira em larga escala de mercadorias primárias destinadas à exportação, pois ao mesmo tempo em que o agronegócio expande sua dinâmica produtiva com muita facilidade, inclusive devido ao apoio estatal, os pequenos agricultores em nosso país passam por inúmeras e constantes dificuldades para assegurar alimentação à sociedade em âmbito nacional.

Estas dificuldades enfrentadas pelos camponeses são ocasionadas, dentre vários fatores, pela falta de áreas territoriais suficientes para o plantio diversificado de alimentos (posto que a legislação brasileira permite até quatro módulos fiscais), nos altos valores dos insumos necessários à produção (água, adubos, sementes, ferramentas, etc) e de circulação (transporte, combustível etc) dos seus produtos agrícolas nos espaços de comercialização de gêneros alimentícios, na escassez de recursos financeiros estatais com o desmonte das políticas públicas destinadas aos sujeitos camponeses, que os sujeitaram a depender amplamente dos programas de

incentivo à agricultura familiar, pertencentes ao Estado, e que na diminuição deles os prejuízos são vários, como na geração de renda para os agricultores, entre outros dilemas sofridos pelos camponeses que realizam seu trabalho na terra, cujo contexto vai repercutindo no sustento nutricional (ou na falta dele) de toda uma nação.

No que tange aos dados em relação aos trabalhadores pertencentes à produção alimentícia do país, os dados dos censos agropecuários brasileiros de 2006 e 2017 sinalizam que houve uma diminuição de 17,6% no quantitativo de produtores familiares no campo. Esse número decorre de variadas situações, desde aquelas pontuadas anteriormente nos dilemas enfrentados pelos camponeses em suas unidades produtivas bem como na realidade apontada pelo relato a seguir na relação destes sujeitos com seus estabelecimentos:

“Dez anos depois, a configuração dos produtores mudou. Aumentou muito o número de estabelecimentos em que o produtor está buscando trabalho fora, diminuiu a mão de obra da família e está diminuindo a média de pessoas ocupadas. O estabelecimento acaba não podendo ser classificado porque não atende aos critérios da lei”, comenta Antônio Carlos Florido, gerente técnico do Censo Agropecuário. (IBGE/CENSO AGRO 2017, 2021).

Esse contexto implicou numa desconsideração de milhares de estabelecimentos no total dos pertencentes à agricultura de pequeno porte pelo censo de 2017. Além disso, existe no campo, segundo as informações do site do IBGE, um gradativo envelhecimento de camponeses chefes de família, como também incessantes processos de mobilidade do trabalho dos sujeitos do campo que migram para as cidades motivados seja pela perda da terra, pela tecnificação da produção agrícola e conseqüente desemprego daqueles sujeitados ao agronegócio, pela expansão da pobreza no espaço agrário (e que mesmo ao se deslocarem em direção as periferias encontram no espaço urbano uma realidade social tão próxima ou muito pior aquela presente no campo), dentre outras circunstâncias, fazendo com que ocorra a diminuição dos sujeitos trabalhadores produzindo na terra camponesa.

As transformações desiguais e combinadas pelo real concreto no campo brasileiro nos permitem identificar que, diante dos rearranjos produtivos formatados no espaço agrário, o agronegócio tem definido a reprodução do capital na ampliação de suas margens lucrativas por meio da produção reprimarizada de mercadorias, ao passo que:

O capital atua em consonância com os interesses dos grandes proprietários e não raramente pode-se verificar que o capitalista e o proprietário podem ser a mesma pessoa. Neste caso, o capital se territorializa no campo, e o capitalista torna-se também grande proprietário, imobilizando parte de seu capital na compra da terra, onde, por meio da produção, possa garantir a apropriação da renda da terra e do lucro, ao transformar a produção em mercadorias. Por outro lado, esta não é a única forma do capital atuar no campo brasileiro. Este também busca outras formas de garantir sua reprodução, quando a força de trabalho camponesa ganha relevância. Este processo acontece, sobretudo, quando o capitalista não se torna proprietário, mas desenvolve outras formas de se apropriar do resultado da produção através da sujeição da renda da terra ao capital. Assim sendo, o capitalista não se torna proprietário, mas se apropria da renda que deveria ser destinada ao produtor direto. (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p. 106-107).

De acordo com Souza e Conceição (2008), para que o agronegócio se constitua enquanto produtor de mercadorias objetivadas pela extração do valor, esse tem contado com uma funcional estrutura que vincula a produção agrícola com outros setores produtivos, bem como grande parte da produção sai do campo na forma industrializada ou beneficiada.

Esta estrutura, segundo as autoras anteriormente citadas, é viabilizada por conta das relações estreitadas entre o latifundiário e os capitalistas que estão associadas às atividades voltadas ao agronegócio subdivididas em três partes, como apontado pelo site, Portal do Agronegócio. A primeira parte é constituída pelos negócios agropecuários “de dentro da porteira”, que envolvem pequenos, médios ou grande produtores rurais enquanto pessoas físicas (fazendeiros ou agricultores camponeses) ou jurídicas (empresas).

Numa segunda parte, ocorre os negócios à montante ou “da pré-porteira” aos agropecuários que são representados pela indústria e pelo comércio que fornecem insumos ao setor agropecuário, a exemplo dos fabricantes de fertilizantes e defensivos químicos, maquinário de portes diversos (tratores, colheitadeiras, etc). E numa terceira parte são constituídos negócios à jusante dos empreendimentos do agronegócio de “pós-porteira”, sendo aqueles que pela compra, adquirem os produtos agropecuários, os beneficiam, transportam-os e realizam sua venda para os consumidores finais; processo este composto a exemplo dos frigoríficos, fábricas de fiação, de tecelagem e roupas, fábricas calcadistas, supermercados atacados e varejistas de alimentos, etc. (SOUZA e CONCEIÇÃO, 2008, p. 107-108).

Frente a esse grande e complexo sistema envolto na produção do agronegócio, ressaltamos o papel do Estado enquanto ente máximo das classes latifundiárias e agroempresariais ao assegurar a impulsão dos interesses econômicos da burguesia agrária pautados sobretudo na obtenção da renda da terra e de margens lucrativas. Isso tem desencadeado, por outro lado, perdas significativas de produtos primários, principalmente daqueles destinados à toda uma sociedade em que a alimentação é uma necessidade básica, a exemplo do desmantelamento das companhias estatais de estoques de alimentos no Brasil, contexto este inerente ao movimento acumulatório e mundializado de capitais enquanto um fenômeno que tem ocorrido igualmente em outros países como na Argentina.

Todas essas discrepâncias vão impactando fortemente na soberania e segurança alimentar nacional e numa conseqüente redução da produção de alimentos para a população brasileira, visto que pressionados pela expansão do agronegócio, os camponeses sendo produtores diretos de alimentos passam por inúmeras dificuldades, principalmente ao se depararem com a lógica agroindustrial pautada pela commoditização que se contrasta com a exacerbação da fome.

4.2 A PRODUÇÃO DE *COMMODITIES* E A GEOPOLÍTICA DA FOME COMO DETERMINAÇÕES DO CAPITAL

Compreendemos que são opostos os projetos de classe em meio a produção brasileira do setor agrícola, uma vez que a agricultura camponesa tem por finalidade alimentar todo um país e a agricultura capitalista, no agronegócio, fomenta o crescimento mundializado do mercado. Para que observemos mais profundamente a esquematização desta última proposta, incorporada fortemente à geração da mais-valia, torna-se fundamental nos atermos a produção massiva de *commodities* e suas conseqüências no abastecimento do mercado interno e na ampliação geopolítica da fome contemporânea tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Na concentração e centralização do capital manifestadas no controle da produção, distribuição e circulação das mercadorias da agricultura capitalista brasileira em todo o mundo, Oliveira (2016) sinaliza que:

[...] a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre uma tríade: a produção de *commodities*, as

bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais. (OLIVEIRA, 2016, p. 123).

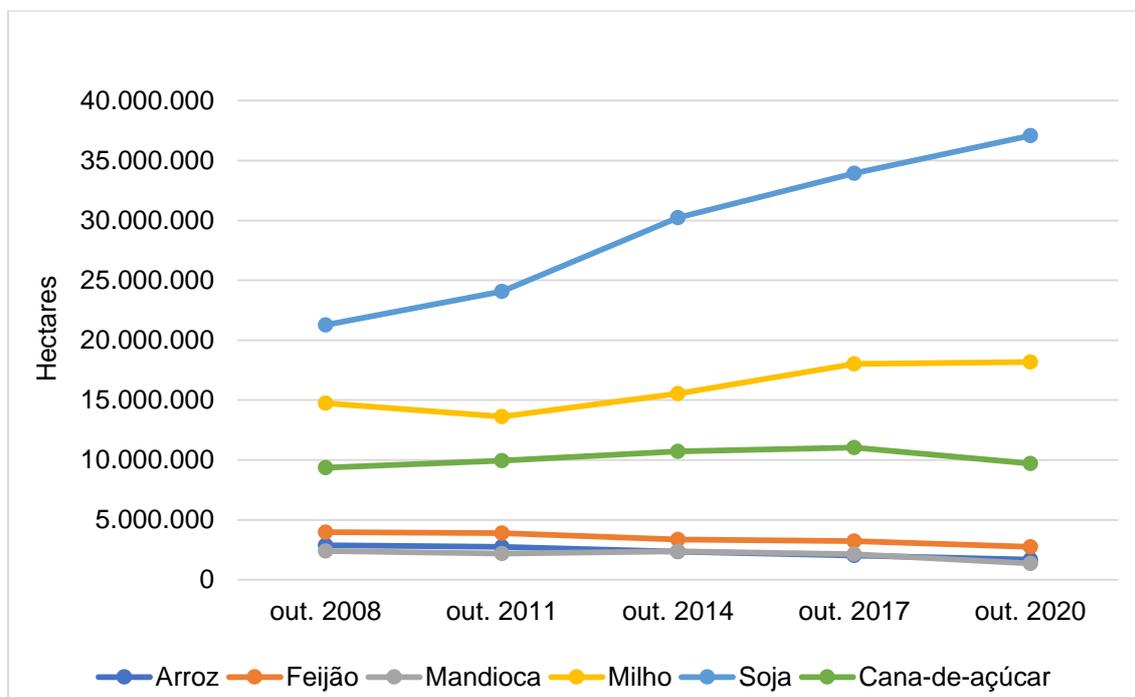
Oliveira (2016) atesta que o primeiro ponto da tríade é a transformação da produção em *commodities* ofertadas ao mercado mundial, sendo que a produção vai de uma questão estratégica geopolítica nacional e torna-se mera mercadoria sob a lógica neoliberal. O segundo ponto da tríade, pela análise do autor supracitado, são as bolsas de mercados e futuros enquanto centros reguladores dos preços mundiais das *commodities*, posto que a principal bolsa mundial para a comercialização dessas mercadorias é a Chicago Mercantile Exchange (CME), mais conhecida como Bolsa de Chicago, pertencente ao CME Group, sendo este grupo detentor do principal mercado – e mais diversificado – de derivados do mundo, à medida que no Brasil também existe bolsas ligadas à Associação Nacional das Bolsas de Mercadorias e Cereais (ANBM) pertencentes ao Sistema Integrado de Bolsas Brasileiras (SIBB).

O terceiro e último ponto da tríade, conforme Oliveira (2016) é a formação de empresas monopolistas mundiais, que permitiram a monopolização da produção de *commodities* no campo estabelecidas pelas multinacionais, advindas de uma consolidação mundial de investimentos diretos de capitais em filiais, fusões, associações, aquisições, etc. Estas empresas, de acordo com o autor, foram formadas por meio de empresas nacionais ou estrangeiras que ao reterem o monopólio da produção, chegaram ao âmbito mundial pela sua associação com as demais empresas concorrentes de seus países; ao tempo em que, em nível mundial, existem quatro empresas que controlam majoritariamente todo o mercado agroindustrial, sendo a maior delas a *Cargill Incorporated*, fundada em 1865 e com sede em Mineápolis no Minnessota, Estados Unidos, atuante em 65 países dos cinco continentes do planeta com atividades de produção e comercialização mundial de produtos e serviços nos setores alimentícios e agrícolas, bem como industriais e financeiros.

Tal lógica expressa-se concretamente por meio dos dados tratados nos gráficos a seguir em que, ao examinarmos, obtemos várias amostras quantitativas que nos levam a analisar qualitativamente a produção commoditizada (em especial de derivados alimentícios) feita pelo agronegócio brasileiro e que é sustentada, dentre outros fatores, pelo montante produzido, pela utilização da indústria química, no quantitativo de exportações dessa produção brasileira e para onde se direciona suas

mercadorias, nos financiamentos (sobretudo estatais) para a produção agroindustrial, bem como apontado, pelo gráfico 06 que apresenta a quantidade de área plantada dos cultivos no campo brasileiro, entre o período de 2008-2020, com destaque para os principais produtos do agronegócio.

Gráfico 06 – Área plantada - Brasil, 2008/2020

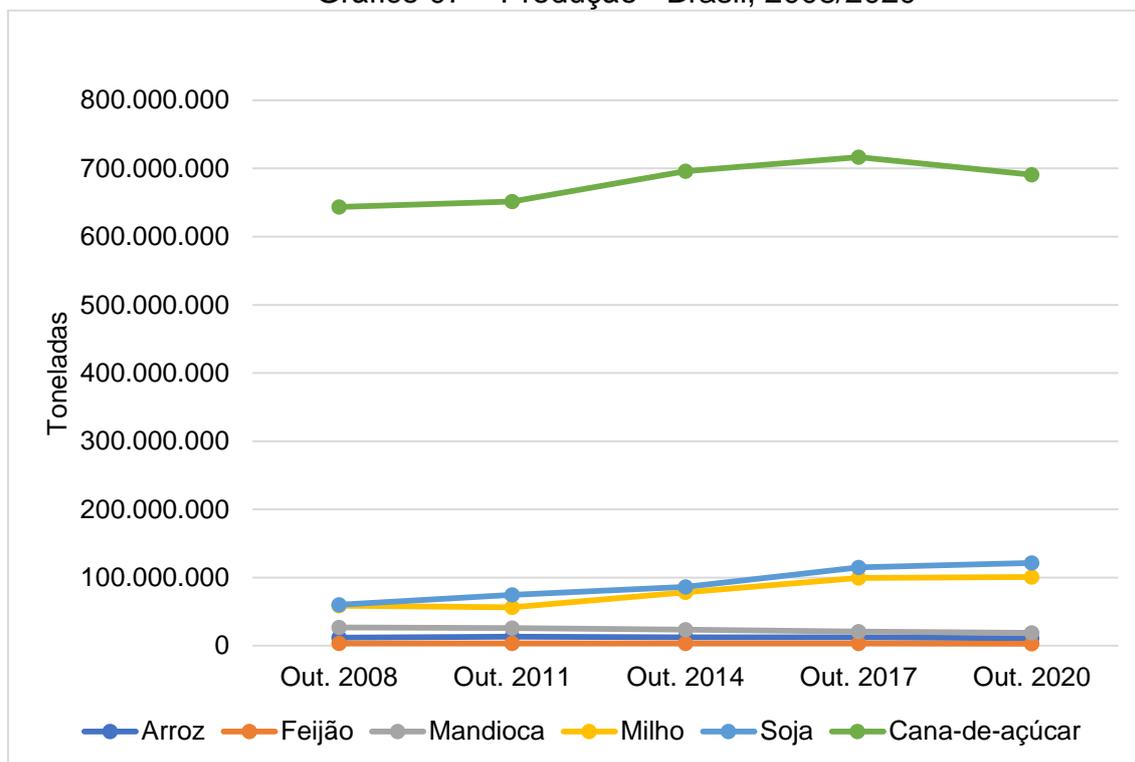


Fonte: IBGE/SIDRA, 2020.
Elaboração: FREIRES, T. C. 2020

Os dados do gráfico 06 elucidam a disposição dos principais monocultivos produzidos no Brasil pela quantidade da área plantada por hectare; visto que o cultivo de produtos como: o arroz, o feijão e a mandioca são inferiores a 5 milhões de hectares; e a área plantada com o arroz, o feijão e a mandioca é inferior em relação à área ocupada pelo cultivo da cana de açúcar, do milho e da soja (uma diferença de aproximadamente 34,2 milhões de hectares), ao passo que o crescimento mais expressivo deu-se com a produção do milho, passando aproximadamente de 15 milhões de hectares em 2008 para 18 milhões de hectares em 2020; e da soja, que saltou de 21 milhões de hectares em 2008 para 37 milhões de hectares em 2020, números estes que apontam o avanço da monopolização do território brasileiro pela união das classes latifundiárias e das empresas agroindustriais em diversos estados do país, como no caso da produção de soja que está presente nos estados do Mato

Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Maranhão, Tocantins, Piauí, Santa Catarina e Pará, à medida que o montante de sua produção, evidenciada no gráfico 07, soma-se aos demais monocultivos controlados pela agricultura capitalista mundial.

Gráfico 07 – Produção - Brasil, 2008/2020



Fonte: IBGE/SIDRA, 2020.
Elaboração: FREIRES, T. C. 2020

Pelos dados do gráfico 07 observamos que a produção de cana de açúcar é majoritária em relação aos principais monocultivos alimentares, à medida que passou de aproximadamente 644 milhões de toneladas de cana em 2008 para 716 milhões de toneladas em 2017 e numa pequena queda em aproximados 691 milhões de toneladas de cana em 2020. Em relação a soja e o milho houve também um significativo crescimento de suas produções, sendo a soja acrescida de 60 milhões de toneladas em 2008 para 121 milhões de toneladas em 2020 (um aumento por volta de 100%), e o milho saltando de 59 milhões de toneladas em 2008 para 100 milhões em 2020, aproximadamente, ao mesmo tempo que com números bem inferiores, em 2020 a produção de arroz, de feijão e de mandioca foi aglomerada em torno de 3 a 19 milhões de toneladas de grãos. Toda essa soma de monocultivos ocupam os

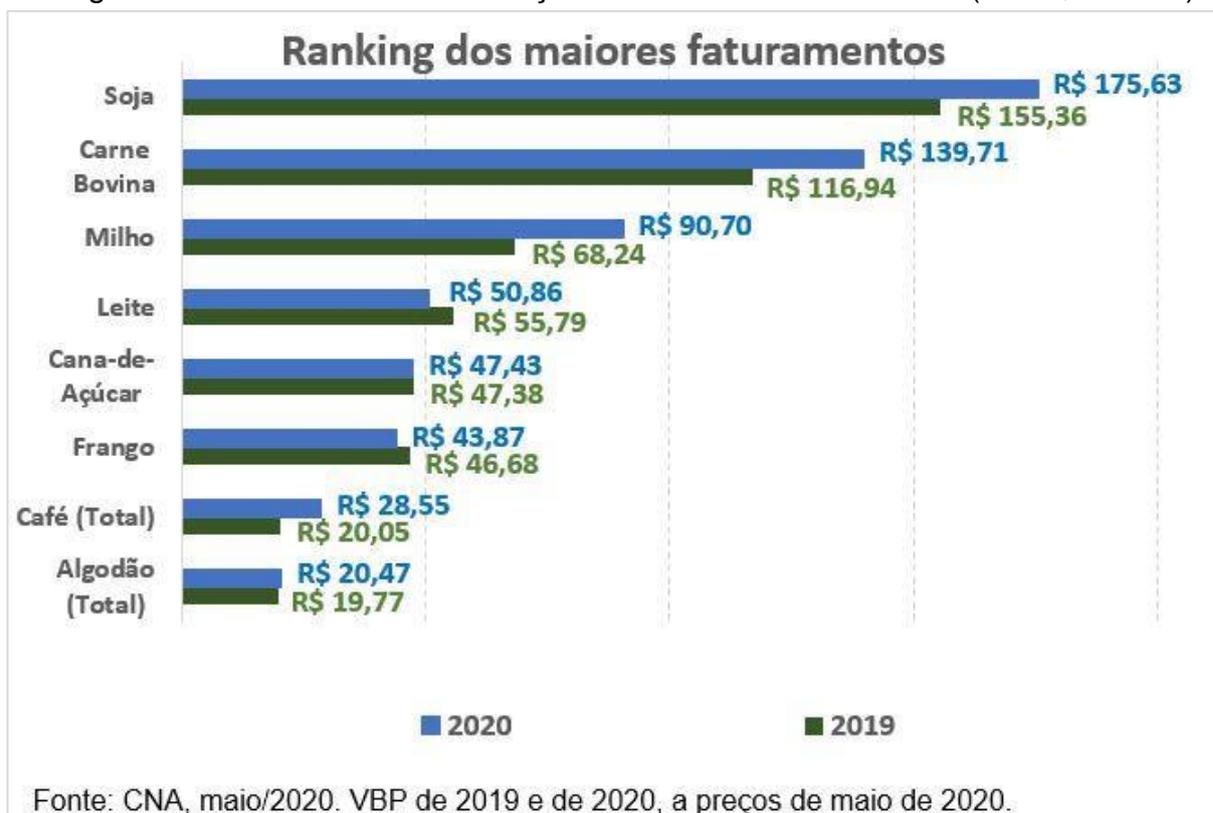
territórios destruindo matas nativas, sua biodiversidade animal e vegetal (como na substituição das sementes crioulas pelas transgênicas) e espalhando doenças, áreas estas nas quais poderiam ser plantados uma diversidade de alimentos para a população nacional. Assim: “[...] as contradições do regime alimentar corporativo são cumulativas no sentido de que a agricultura industrial é ecologicamente insustentável e socialmente excludente.” (MCMICHAEL, 2016, p. 86).

Vale destacar que, de acordo com o site da Forbes (2021), o agronegócio brasileiro ocupa o primeiro lugar tanto na produção mundial de café, açúcar e laranja (posto que a cana de açúcar junto com o etanol lidera as exportações de produtos nacionais) quanto na exportação mundial de carne bovina e de aves, e em segundo lugar na exportação mundial de soja, à medida que, conforme o site do Rádio Agência Nacional (2020), a produção agropecuária em 2020 alcançou 272 milhões de toneladas de grãos, sendo 15,4 milhões de toneladas a mais em relação à safra 2019/2020.

Em relação ao faturamento da produção agropecuária brasileira, a soja é o carro-chefe, ocupando o primeiro lugar no *ranking*, responsável por aproximadamente R\$1,00 de cada R\$4,00 da produção do setor no Brasil, seguida pela carne bovina e milho, respectivamente (CNA, 2020). E as estimativas da própria Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apontam que o Brasil será o grande fornecedor de alimentos do futuro, no qual já era de se esperar dada a prioridade concedida a produção de *commodities* e contraditoriamente, tais alimentos não serão convertidos para o mercado interno. Com isso, a fome moderna segue o seu processo de exacerbação, visto que os brasileiros estão com maior dificuldade de reprodução da vida e do trabalho.

Observando a figura 03, vê-se que o faturamento dos principais produtos do agronegócio brasileiro obteve significativo aumento entre os anos de 2019-2020, evidenciando que para o capital a realidade pandêmica que se abateu no país em início do ano de 2020, e que permanece na atualidade, não afetou significativamente o processo de acumulação e os interesses das classes proprietárias no campo brasileiro.

Figura 03 – Valor Bruto da Produção no Brasil em 2019 e 2020 (em R\$ bilhões)



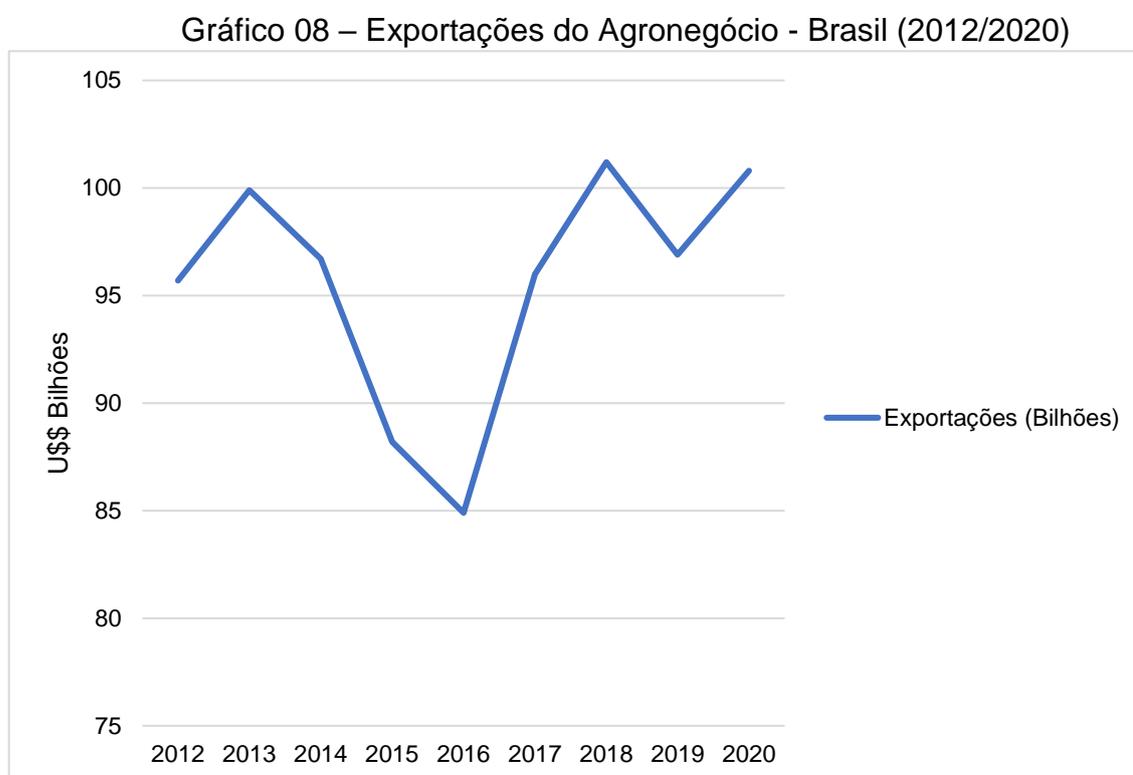
Relacionado a esse processo, segundo Goldfarb (2013, p. 50), as empresas alimentares ao não se prenderem às plantações e as atividades relativas à origem dos insumos, concentram-se na confecção e *marketing* para a finalização dos produtos, à medida que estas empresas tem uma relativa inserção nas bases agrícolas quando os produtos passam a ser organizados em mercados de *commodities*. Esse processo faz com que as empresas se afastem de uma única cadeia produtiva e passem a produzir sob moldes diversificados, a exemplo de agregarem tecnologias às operações produtivas.

Esses conglomerados produtivos são utilizados por várias empresas do agronegócio como a Cargill, Bayer (que adquiriu a Monsanto em 2018), JBS, Bunge, BRF (fusão entre Perdigão e Sadia), Louis Dreyfus, entre outras que compõem setores como tradings, bioenergias, proteína animal, alimentos ultraprocessados para *fast foods*, entre tantos outros que monopolizam o setor primário em escala nacional e mundial.

Para que estas atividades sejam continuamente multiplicadas, diversos elementos são incorporados à produção de *commodities*, a exemplo da utilização de

fertilizantes, defensivos e pesticidas da indústria química dos agrotóxicos, em que mediante as análises de Alentejano (2020) o uso abusivo de suas substâncias químicas (em vista do controle das pragas oriundas da baixa diversidade ecológica e da alta homogeneidade genética) partem da aplicação anual de 2.300 milhões de kg de pesticidas na agroindústria, cujas consequências são o envenenamento de 26 milhões de pessoas em todo o mundo e em todos os anos devido os agrotóxicos.

Um outro indicador necessário à nossa compreensão sobre esse contexto está expresso pelo gráfico 08, que detalha as taxas de exportação da produção de *commodities* do Brasil destinada aos países nos quais possuem parcerias comerciais.



Fonte: Ministério da Economia (2021)

Diante dos dados do gráfico 08, consideramos que nos anos subsequentes a 2016, que passou por uma queda significativa nas exportações devido o preço das *commodities* no mercado mundial, a produção exportada cresceu até no ano de 2020 ao render aproximadamente 101 bilhões de dólares, um dos valores mais altos na história do agronegócio nacional definidos na esfera da financeirização pelas bolsas de valores e pelos mercados futuros, sendo que a soja foi o produto que mais foi

exportado, com participação de 28,3% do total das exportações brasileiras no último ano destinadas à países da União Europeia e para a China.

Conforme números do Ministério da Economia (2021), os principais países que recebem *commodities* do nosso país foram: Estados Unidos (6,9%), Espanha (2,1%), Países Baixos (4,0%), Alemanha (2,1%), Turquia (1,9%), China (33,7%), Coreia do Sul (2,2%), Japão (2,5%) e Vietnã (2,2%). Essas exportações repercutiram também no equilíbrio da balança comercial nacional em 2020 com um superávit de 87,8 bilhões de dólares, aproximadamente 37 bilhões de dólares a mais que os demais produtos exportados pelo país, que somaram 50,9 bilhões de dólares. Convém aqui ponderar que:

Para os capitalistas que manejam o agronegócio, o destino da soja, da carne e/ou do milho pouco importa! O importante é que sejam vendidos e a reprodução do capital não cesse! Por isso, carregam o pomposo nome de *commodities*, ou seja, incontestes mercadorias. (LIMA, 2020, sem página).

No tocante aos financiamentos para a produção de *commodities* em nível nacional, constata-se que seus recursos são cooptados principalmente pela classe burguesa agrária brasileira (latifundiários, empresários, políticos, etc) que com espaço cativo na bancada ruralista do Legislativo brasileiro definem, até pela via legal, que o Estado promova os seus interesses, seja pela isenção de impostos, perdão da dívida pública, incentivos financeiros para a produção, dentre outras estratégias na aproximação entre Estado e capital, a exemplo das linhas de crédito, como o plano safra, uma vez que:

O Plano Safra tem três linhas de crédito. O Pronaf, para agricultura familiar, vai oferecer R\$ 33 bilhões em créditos, alta de 5,7% em relação à safra atual. O Pronamp, para agricultores médios, teve alta de 25% e vai oferecer R\$ 33,2 bilhões. Já o crédito para os grandes produtores e cooperativas teve aumento de 3% e chegou a R\$ 170,17 bilhões. (RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL, 17/06/2020).

As informações encontradas no site do Rádio Agência Nacional revelam ainda que a produção agropecuária em 2020 atingiu uma cifra de R\$ 871 bilhões de reais, o que nos mostra o quão rentável é a relação entre o poder estatal neoliberal e o poder do agronegócio, cuja riqueza da produção vem sendo absorvida pelo capital através das classes proprietárias do campo que pela compra e venda, expropriam os recursos

produzidos na terra e que deveriam ser apropriados às condições de reprodução da vida no Brasil.

Desta maneira, fica evidente que o regime alimentar corporativo é uma forma de produção e circulação do valor, uma vez que não está vinculado a uma mera produção de alimentos. Isso também nos permite entender que na diversificação das suas atividades, as empresas desse setor são capazes de controlar cadeias inteiras da sua produção. (GOLDFARB, 2013, p. 51).

Cabe destacar que, diante das recentes determinações do capital na agricultura brasileira sob a égide da reprimarização econômica, seus antagonismos são conformados numa crescente desindustrialização dos demais setores produtivos, que passam ainda por uma reestruturação produtiva no aumento da produção e produtividade do trabalho com a tecnificação de sua produção, seja pelo aparato das máquinas cada vez mais sofisticadas e na utilização dos instrumentos tecnológicos de informação e comunicação para a geração de capital constante.

Esses novos caminhos da economia nacional tem no seu exemplo mais concreto, o crescimento do desemprego, impactando fortemente a reprodução da classe trabalhadora no campo ao estar e possuir a terra mas subsumida, em certa medida, à proletarização dada as imposições da agricultura capitalista, e quando despossuída da terra migra pela mobilidade do trabalho para as cidades periferias urbanas encontrando-se na condição da informalidade frente a redução dos postos de trabalho dada a incapacidade do capital de explorar mais-trabalho.

Ao se instalar este cenário pertencente ao movimento geral da crise estrutural, com o aumento do exército industrial de reserva, com os preços dos alimentos cada vez mais altos nos espaços comerciais – pelas dificuldades do mercado interno em relação a segurança e soberania alimentar, uma vez que na realidade do agronegócio não se produz e não se destina comida para todas as pessoas do país –, e pela falta de uma renda fixa e suficiente dos trabalhadores pobres acometidos, principalmente, pela perda ou por não ter emprego, a fome torna-se inevitável para uma grande parcela da sociedade brasileira.

Enquanto uma expressão das determinações do capital, a fome tem se realizado “[...] por culpa do modo como o sistema comercial está funcionando” (MADELEY, 2003, p. 18) nos espaços agrários e nos espaços urbanos, onde em ambos o acirramento das contradições sociais são explicitados tanto pela falta de

moradia ou da terra, de trabalho, de alimentos, de escolas, de saúde, etc. para os sujeitos pobres que se reproduzem cotidianamente.

Ao referirmos sobre o aumento da fome, sinalizamos que ela está associada desigualmente ao aumento da produção commoditizada, haja visto que:

O paradoxo do regime alimentar corporativo é que, ao mesmo tempo em que se apresenta como um requisito para a segurança alimentar, leva populações à miséria por meio do exercício do poder de monopólio. A perversa consequência da integração global de mercados é a exportação da privação, visto que os mercados “livres” excluem e/ou deixam à mingua populações espoliadas por meio de sua implementação [...] (MCMICHAEL, 2016, p. 84).

Em conformidade com isso, Madeley (2003) pontua que embora pareça existir uma certa lógica argumentativa de que uma economia forte reduz a pobreza e a fome, os fatos evidenciam que mesmo com a consolidação do livre comércio, a fome não diminuiu, visto que para o autor esta situação escraviza os famintos ao invés de libertá-los quando “costuma-se faltar feijão nas cidades do continente inteiro, pois a terra que antes se plantava feijão hoje é ocupada por culturas para exportação.” (MADELEY, 2003, p. 82).

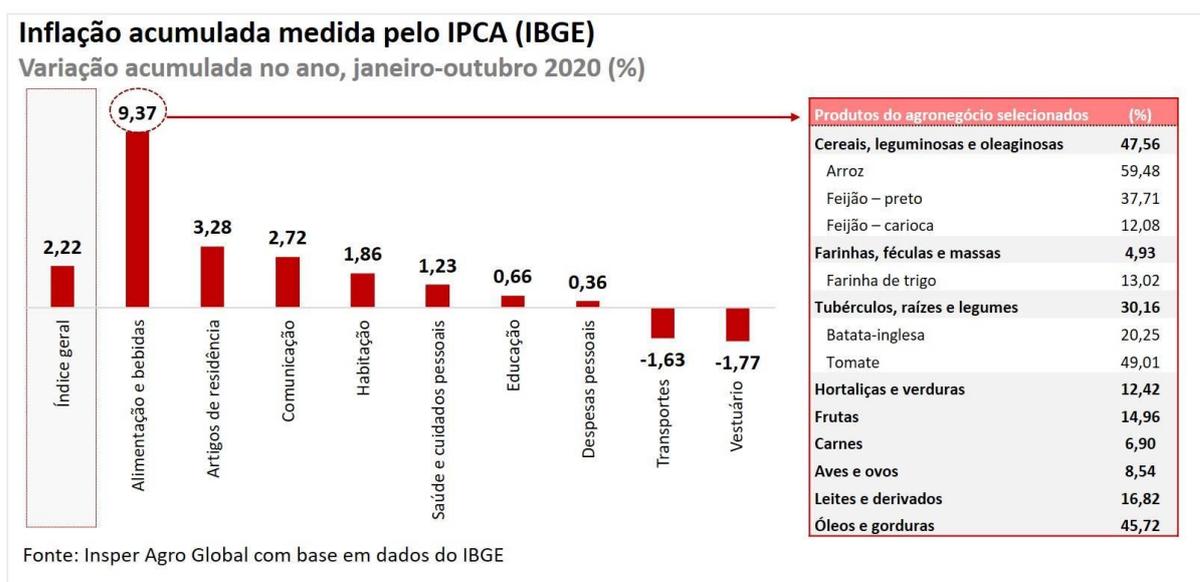
Por todo o mundo, segundo notícias da FAO de 24/03/2021, a fome moderna deve agudizar-se em 20 países nos próximos meses, tanto no continente africano quanto no Afeganistão, na Ásia, na Síria, no Líbano, no Oriente Médio, no Haiti, na América Latina e no Caribe, ao tempo em que 34 milhões de pessoas por todo o mundo estão lutando frente aos níveis emergentes de fome aguda, significando que estes sujeitos estão prestes a morrer de fome, devido também aos constantes conflitos e pelo declínio econômico de dezenas de países, em sua maioria do hemisfério sul mediante a pandemia da Covid-19. Mas não podemos perder de vista, que tudo isso apenas agravou um problema que já vinha se exacerbando em um contexto de crise estrutural, pois a “crise sanitária” está intimamente ligada à crise do capital.

Em relação ao Brasil diante desse processo, Lima (2020) adverte que a vigência do neoliberalismo no país sustentada pela sua cartilha de privatizações, desmantelou os mecanismos necessários à oferta e distribuição pública e contínua de alimentos num preço acessível, sendo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) um real indicador dessa questão. O autor ainda coloca que a queda nos estoques de alimentos não representa queda na quantidade produzida, e que a

circulação do vírus pandêmico em terras brasileiras vem nos alertar que a soberania alimentar nacional foi “rifada” há dezenas de anos, ao tempo em que não será efetivada pelo agronegócio.

Em tempos da atual pandemia da Covid-19 a situação se agrava para toda a classe trabalhadora brasileira, em especial aquela que encontra-se sem vacina, sem trabalho e na informalidade, pois “ou se morre pelo vírus ou pela fome”. Mesmo que parte dos trabalhadores estejam recebendo algumas das parcelas do auxílio emergencial do governo federal, seus valores não são suficientes para a aquisição de alimentos dada as constantes altas inflacionadas nos preços da cesta básica (Gráfico 09), e o auxílio é temporário uma vez que, mediante a figura 02, a necessidade de alimentação é perene.

Gráfico 09 – Aumento no preço dos produtos – Brasil, 2020



Fonte: VEJA, 2020

O aumento significativo do preços dos alimentos básicos da mesa dos brasileiros, a exemplo do arroz (aumento de 59,48%), do feijão – preto (37,71%), feijão – carioca (12,08%), cereais, leguminosas e oleaginosas (47,56%), dentre outros produtos, evidenciam que, junto a um cenário de crise profunda do capital – e da impossibilidade de se explorar a força de trabalho disponível à produção de valor, elevando a taxa de desemprego e subempregos no país, agravando a crise social, o esgaçamento das políticas neoliberais e, mais recentemente, a difusão do vírus sars-cov-2 e a doença da Covid19, que já vitimou mais de 540 mil brasileiros, certamente

se abate em um cotidiano constante de fome e insegurança alimentar de parcelas significativas da classe trabalhadora brasileira, realidade para a qual a figura 04 chama atenção.

Figura 04 – Reportagem sobre o aumento da fome no Brasil em 2021

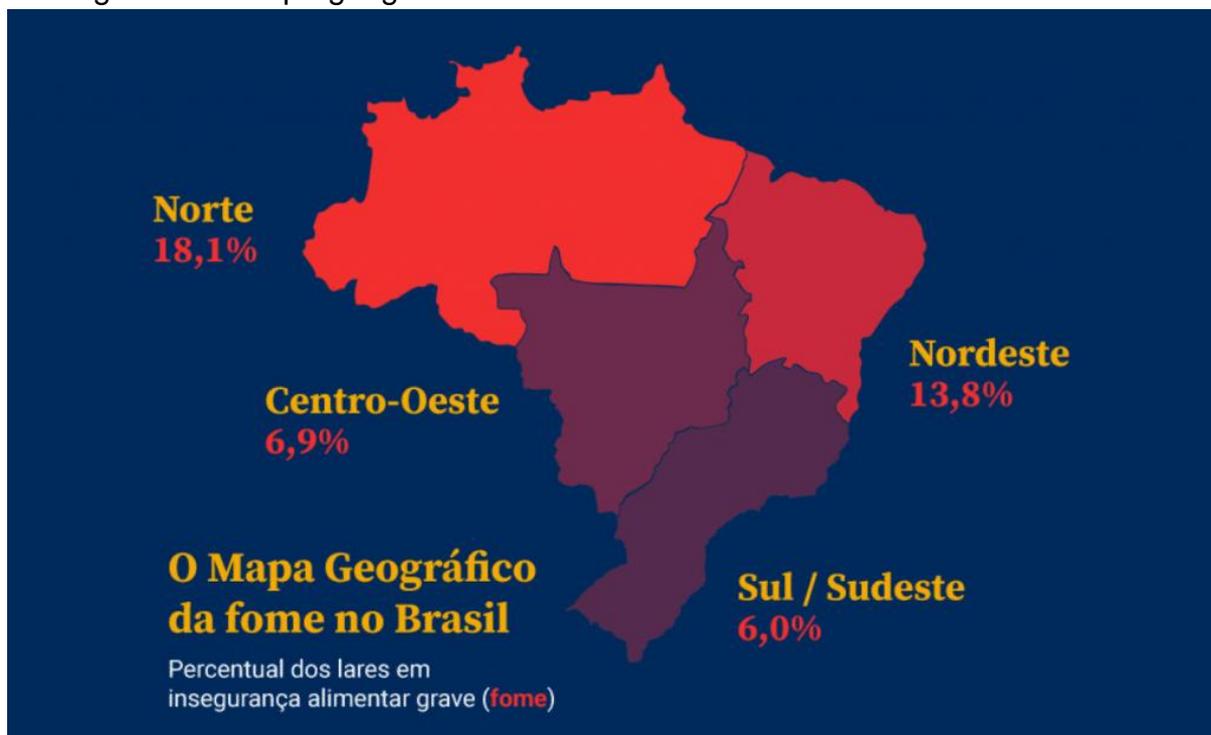


Fonte: Leo Malafaia, Site Brasil de Fato (2021)

Nessa realidade caótica o país retorna ao mapa da fome – com mais força nas regiões Norte e Nordeste – e conforme pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) divulgada pela OXFAM Brasil (2021), demonstram que de outubro a dezembro de 2020, “mais de 19 milhões de pessoas estavam passando fome no Brasil e cerca de 116 milhões de pessoas não tinham acesso pleno e permanente a alimentos.”. Portanto, revelando que mais da metade da população brasileira tem dificuldades concretas em alimentar-se de maneira satisfatória.

Outras informações relevantes da pesquisa supracitada apontam que as regiões Norte e Nordeste do Brasil, respectivamente, quem têm enfrentado os maiores índices de insegurança alimentar grave, ou sejam, passam fome; e as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste aparecem, nesta ordem, como podemos ver na figura 05 à seguir, demonstrando uma desigualdade regional que se destaca.

Figura 05 – Mapa geográfico da fome no Brasil – últimos três meses de 2020



Fonte: OXFAM Brasil (2021). Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

A insegurança alimentar no país é também desigual pelos dados da pesquisa no que se refere ao gênero, raça e classe, uma vez que 10,7% da população preta e parda enfrenta insegurança grave em comparação à 7,5% da população branca, e as mulheres superam os homens nas taxas graves de insegurança alimentar, com 11,1% e 7,7%, respectivamente.

Logo, identificamos pela realidade mundial e nacional que a fome tem se esgarçado ao mesmo tempo em que a reprodução do capital pelo agronegócio tem avançado. Essa relação desigual e contraditória é quem tem possibilitado com que os limites da crise estrutural no modo de produção atual tenham como resultados a fome e a miséria que rondam os espaços de reprodução da vida.

4.3 DA PRODUÇÃO DE *COMMODITIES* A DEGRADAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR CAMPONESA

Sabendo da existência de um modelo de produção no campo brasileiro voltado aos interesses capitalistas, torna-se central na análise sobre a contradição entre o aumento da produção de alimentos e o acirramento da fome, a compreensão de que a questão agrária brasileira, bem como, sua estrutura fundiária é peça-chave para o entendimento das nuances que impedem o alimento de chegar a mesa de todos os brasileiros. Portanto, nesse item, demonstraremos como a dificuldade de acesso à terra faz com que milhões de sujeitos passem fome, seja nos espaços de reprodução camponesa e/ou nas periferias urbanas.

De início, é *mister* destacar que no processo de formação da propriedade da terra no Brasil, mais especificamente em 1850, o Estado cria a Lei de Terras, na qual “instituiu que só teria acesso à terra quem pudesse pagar por ela” (OXFAM BRASIL, 2016, p.3), ou seja, impede o acesso à terra de outra forma que não seja por meio da compra. Isso fez com que fosse negado aos sujeitos mais pobres, entre eles os escravos, de deter a propriedade da terra, entretanto, aqueles que pertenciam a uma determinada classe social, ou melhor, as oligarquias, apropriaram-se da terra por meio da grilagem.⁴ Desta forma, “o Estado Brasileiro relegou dezenas de milhares de camponeses livres e milhões de escravos, que efetivamente trabalhavam na terra, em favor da aristocracia agrária.” (Oxfam Brasil, 2016, p.3). A terra torna-se mercadoria apropriada pelo capital e os processos de extração de lucro e renda da mesma tornam-se condição para a reprodução ampliada do capital. Há, também, um modelo de acumulação que serve a uma determinada classe dominante e que controla a produção de alimentos em nível mundial, e também a terra a partir da propriedade privada, se apropriando da riqueza produzida e da terra.

⁴ “O termo “grilagem de terras” surgiu de uma prática antiga para dar uma aparência envelhecida a papéis. Os documentos forjados, que indicavam falsamente a posse das terras, eram colocadas em uma caixa com grilos. Em pouco tempo, a ação dos insetos dava ao papel uma aparência envelhecida. A grilagem de terras pode ser entendida como toda ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros. Atualmente, a prática conta com as falhas nos sistemas de controles de terras brasileiros. A falta de um sistema único de registro de imóveis, que realize o cruzamento de dados de posse nas esferas municipais, estaduais e federal, e a falta de fiscalização sobre a titularidade de grandes propriedades facilitam a ação dos criminosos. Os “grileiros” usam registros em cartório de título de imóveis, em órgãos fundiários e na Receita Federal. Com o cruzamento de diferentes registros, a fraude ganha a aparência legal.” (OXFAM BRASIL, 2016, p.3)

Como aponta Castro (1984), o problema agrário constitui-se em um grave problema histórico no Brasil, com concentração da propriedade privada da terra nas mãos de poucos ou de uma determinada classe social e uma grande maioria à mercê da pobreza, pois possui pouca ou nenhuma terra para o cultivo de alimentos, perdurando, desta maneira, até os dias de hoje.

Acrescenta-se a essa realidade a exacerbação das contradições inerentes ao contexto de crise estrutural do capital e seu avanço no campo brasileiro, promovendo, ao mesmo tempo em que se consolida a luta pela terra, uma concentração sem precedentes na história agrária do país, evidenciando que o problema da fome, longe de ser resolvido, se acresce. De acordo com os dados extraídos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Oliveira (2001) faz a constatação do grau de concentração fundiária brasileira:

Dessa forma, no período de 1967/1972 a área ocupada pelas grandes propriedades cresceu 17,6 milhões de hectares, e, entre 1972/1978, elas cresceram 52,2 milhões de hectares, ou seja, entre 1967/1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69,9 milhões de hectares. Foi o período da denominada modernização da agricultura da ditadura militar de 1964, que trouxe consigo o crescimento da concentração fundiária nas grandes propriedades latifundistas. (OLIVEIRA, 2001, p.30).

Daí, entende-se que a fome no Brasil é parte da questão agrária e urbana, uma vez que a dificuldade de acesso à terra é decorrente da estrutura fundiária brasileira que nega e expropria os sujeitos mais pobres da garantia do direito à propriedade da terra, intensificando, desse modo, o fenômeno da fome.

É nesse contexto da expansão da terra de negócio que o debate em torno das demandas populares pela terra é negligenciado. Entende-se que tal contexto de expansão do agronegócio voltado à exportação de produtos primários para os países centrais do capitalismo é duplamente danoso. Primeiro porque intensifica os conflitos em torno da questão agrária e segundo porque se reflete na carência ou encarecimento dos produtos alimentícios voltados a suprir a nutrição de parte significativa da população brasileira. A fome, portanto, tende a se agravar na problemática da questão agrária.

Desse modo, a luta pela terra e a conseqüente organização em torno dos movimentos sociais assumem um importante papel na luta contra o capital, bem como na garantia de uma alimentação saudável para aqueles sujeitos que conseguem se

apropriar do alimento, fruto da produção camponesa. Muito embora, vale mencionar, isso não seja suficiente para romper as formas de dominação do capital.

É na continuidade dessa luta histórica pela superação das contradições no campo e contra a essência do capital, – manifestada através da exploração, da expropriação e dos discursos ideológicos da “modernização” e do “desenvolvimento” –, que os sujeitos camponeses se organizaram em torno dos movimentos sociais do campo e outras instituições que lutaram/lutam pela terra e pela reforma agrária. (PEREIRA et.al., 2017, p.138-139)

Desse modo, a luta pela terra carrega em seu bojo diversos conflitos sociais, em que a violência predomina como instrumento de repressão da luta, tanto no campo quanto na cidade, evidenciando o atual processo de barbárie produzido pelo capital e seus anseios de acumulação. Como aponta os dados da pesquisa realizada por Pereira et.al. (2017), com base nos dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), “está posto o conflito entre camponeses e as personificações do capital no campo”, (ver tabela 01 à seguir) que condena centenas de sujeitos, trabalhadores e camponeses, ao duro cotidiano da barbárie.

Tabela 01 – Brasil – Violência no campo (2005-2019)

Tipo de conflito	2005	2010	2015	2016	2019
Violência contra ocupação e posse	1304	853	998	1295	1254
Violência contra a pessoa	1881	1186	1217	1536	1833
Ameaçados de morte	266	125	144	200	201
Assassinatos no campo	38	34	50	61	32
Tentativas de assassinatos	56	55	59	74	31

Fonte: Organizada pela autora com base em dados da Comissão Pastoral da Terra. Cadernos Conflitos no campo, 2005, 2010, 2015, 2016 e 2019.

Os dados apontados pela tabela 01 evidenciam como a luta pela terra é patente na sociedade capitalista, uma vez que esses sujeitos lutam para nela permanecer e se reproduzirem, o que vai interferir diretamente na garantia do alimento e conseqüente saciar da fome desses. Há um processo de intensificação dos conflitos sociais no campo, ao mesmo tempo em que há o processo de exacerbação da fome moderna.

É importante lembrar que os conflitos sociais/territoriais não são decorrentes somente da luta pela terra, mas envolvem diversos outros, como a luta pela água, pelos direitos das mulheres, dos indígenas e dos camponeses. E isso não se restringe ao Brasil, “a crescente perseguição e criminalização de comunidades indígenas e camponesas, mulheres e homens que defendem a terra e os recursos naturais faz parte de uma estratégia de repressão que se estende por toda a América Latina.” (OXFAM, 2016, p.8).

Nas cidades brasileiras também ocorre a luta pela terra, principalmente no sentido da garantia à moradia, que é um direito do povo, disposto em Lei Federal.

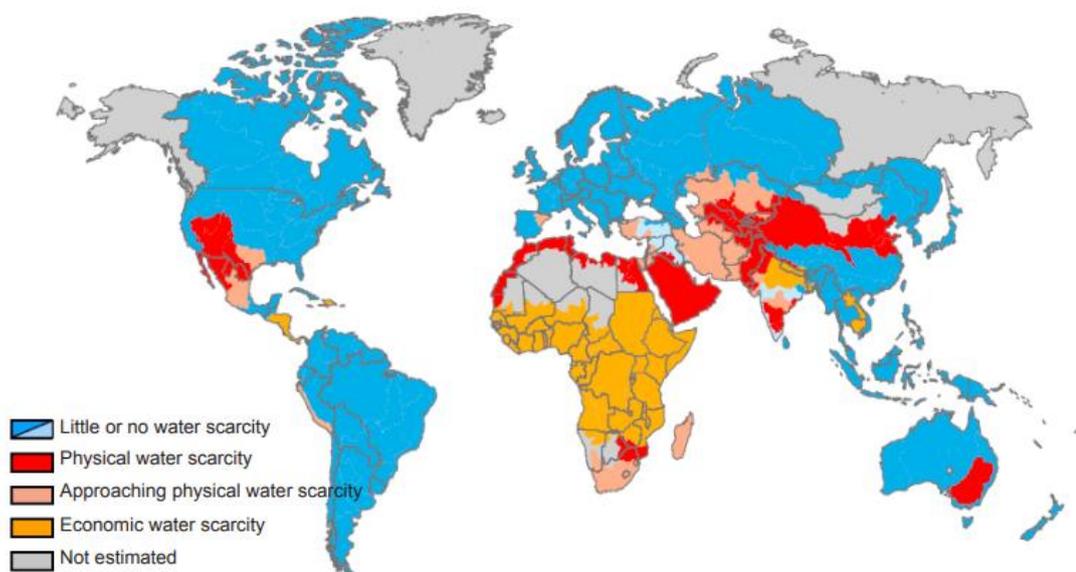
A produção capitalista do espaço, logo, das cidades revela os constantes conflitos entre as classes sociais. E, analisando a realidade brasileira, na qual, a intensa urbanização intensificou a desigualdade social e a concentração de renda, a questão urbana continua latente. A moradia precária não foi resolvida, a concentração fundiária foi aprofundada, o transporte priorizado é o individual. (CARVALHO; MORAES, 2016, p.580)

Todo o processo histórico de formação territorial brasileira e de apropriação privada da terra vai reproduzindo também a sociedade desigual e contraditória, pois os proprietários fundiários ao deterem a renda fundiária, atraem o capital externo (produtivo e financeiro) e necessariamente, o direito à cidade para aqueles que não podem adquirir o solo urbano é negado, daí decorrem os processos de ocupações, expansão das periferias, bem como dos movimentos sociais e dos assentamentos, que vão demonstrar a tentativa desses sujeitos de se apropriarem do espaço urbano, uma vez que há o controle desse para fomentar grandes empreendimentos, de forma que se reproduza tanto o capital quanto a extração da renda da terra.

E o Brasil, em um cenário mundial, é privilegiado no sentido de ter uma rica biodiversidade, bem como, uma boa capacidade hídrica, como podemos ver no mapa 4 à seguir, no qual apresenta a disponibilidade hídrica no mundo. Despertando um maior interesse dos proprietários fundiários e capitalistas em apropriar do território brasileiro. De acordo com os dados da Agência Nacional de Águas (ANA) e da FAO (2014), “a cada 100 litros de água tratada produzidos no Brasil, 72 vão para o agronegócio.”, ou seja, 70% desta água é destinada a agricultura e pecuária, enquanto apenas 4% é direcionada ao consumo da população. Evidenciando a contradição entre a produção voltada para o agronegócio em detrimento da disponibilidade de

água para atender a demanda do povo brasileiro, que em parte, sequer tem acesso a água potável.

Mapa 04 – Disponibilidade de água no mundo - 2015

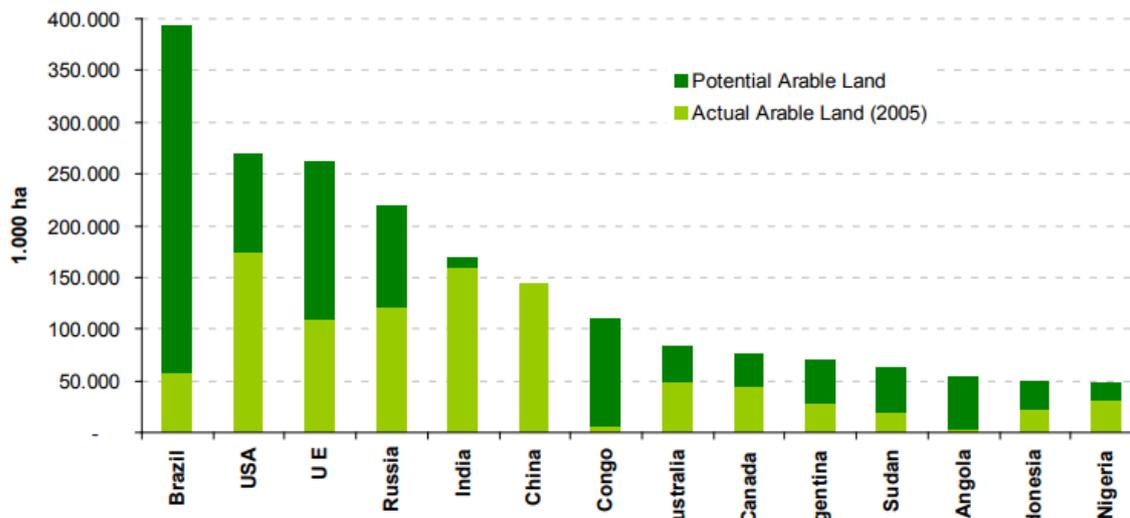


Fonte: International Water Management Institute (IWMI) - <http://www.iwmi.cgiar.org>.

Fonte: BELLUZZO, Luiz G.; FRISCHTAK, Cláudio R.; LAPLANE, Mariano. (Ogrs).
Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico, 2014.

No Brasil também há um imenso potencial de terras aráveis, como podemos ver no gráfico 10 a seguir, e que cada vez mais vem sendo apropriado pelo capital. O documento da ANA (2015) revela que a estimativa é de que existe uma área a ser aproveitada superior a 100 milhões de hectares na região do Cerrado (portanto, fora do bioma amazônico), bem como uma grande área de pastagens de baixa produtividade (equivalente a outros 100 milhões de hectares) que já estão sendo convertidas para lavoura. Assim, nos dias de hoje, esta realidade já é perceptível por exemplo, na severa degradação do Cerrado brasileiro em processo. Esse processo de expansão e apropriação das terras brasileiras pelo agronegócio mundial pode ser observado pelos dados apresentados no gráfico 10, a seguir, onde é importante observar que esse se faz em direção e na destruição das áreas ocupadas por povos e comunidades inteiras de pequenos produtores diretos, dos demais povos tradicionais e mesmo dos povos originários, fomentando diversos conflitos de classe nos territórios.

Gráfico 10 – Disponibilidade de terra no mundo, 2015



Fonte: Fonte: BELLUZZO, Luiz G.; FRISCHTAK, Cláudio R.; LAPLANE, Mariano. (Ogrs). Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico, 2014.

Portanto, entende-se que a sociedade capitalista está pautada no desenvolvimento desigual e combinado, que ao mesmo tempo em que enriquece uma determinada classe, sendo esta dominante, intensifica o fenômeno da fome para grande parte da classe trabalhadora e camponesa.

Assim, a desigualdade social expõe privilégios: em um ano, o número de bilionários no país subiu de 45 para 65 e enquanto a fome integra o cotidiano de 9% da população brasileira, somente este grupo de 65 bilionários, goza de uma fortuna estimada em 1,6 trilhão de reais. (ECO A UOL, 2021, sem página)

Outro dado que mostra uma dificuldade concreta dos pobres e miseráveis de terem acesso aos alimentos necessários para se reproduzirem, é o resultado da pesquisa "Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil", realizada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça da Universidade Livre de Berlim, na Alemanha, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a Universidade de Brasília (UnB), divulgada pelo site Folha de São Paulo (2021), na qual aponta que 44% dos brasileiros deixaram de comer carne na pandemia, 41% não comem frutas e 37% diminuiu o consumo de hortaliças e legumes. Assim, constata-se que os pobres estão cada vez mais pobres, ao passo em que os ricos estão cada vez mais ricos.

5 CONCLUSÕES

*Bem unido façamos
Nesta luta final
Uma terra sem amos
A internacional*

*(A Internacional Comunista.
Letra de Eugène Pottier; Composição: Pierre De Geyter).*

Construir uma análise a respeito do fenômeno da fome, o qual atinge de forma veemente grandes massas humanas é um enorme desafio, até mesmo revolucionário, pois nos faz compreender a possibilidade de realização da superação desta forma de barbárie criada pela sociedade do capital, que produz espaços rurais e urbanos cada vez mais desiguais e contraditórios.

No início da construção do projeto da presente pesquisa, tínhamos como um dos objetivos analisar a realidade concreta dos sujeitos que produzem os espaços sociais de três municípios baianos — Bom Jesus da Serra, Mirante e Caetanos —, através de dados coletados em pesquisa de campo, afim de aferir as condições de pobreza e de miséria reproduzidos nestes espaços. Porém, com a difusão da crise sanitária e social que vivenciamos, dada a impossibilidade do contato presencial com esses sujeitos, houve um redimensionamento da metodologia da pesquisa e não foi possível a realização desta, porém, foi realizada uma pesquisa de dados secundários, que deu consistência e objetividade as questões analisadas, portanto, não perdemos de vista a ideia inicial de evidenciar na realidade concreta como se dá a intensificação da fome moderna.

De tal modo, assumimos o compromisso de fomentar um debate sobre a temática da fome, na perspectiva de um entendimento de que é a mesma é algo estrutural fundante da sociedade do capital e ao fazer um levantamento dos estudos realizados sobre tal, nos deparamos com poucos trabalhos que analisam a fundo o problema, pois a grande maioria dos estudiosos e pesquisadores, aliada a uma perspectiva progressista e reformista entende que a fome pode ser sanada por meio das políticas públicas. Desse modo, esta dissertação está ancorada na teoria de que há uma questão estrutural que não pode ser negligenciada — a exploração do trabalho

pelo capital —, que interfere diretamente na condição de pobreza e miséria que vivem grande parte da classe trabalhadora e camponesa.

Partimos do pressuposto de que a fome não é um fenômeno natural ou populacional, como os naturalistas e os malthusianos compreendem, mas resultado da contradição capital e trabalho, materializada na produção desigual do espaço. Nesse sentido, os estudos do médico e geógrafo Josué de Castro foram cruciais para a análise do drama da fome, uma vez que esse brasileiro foi pioneiro neste debate. Após estudo minucioso das suas pesquisas, entendemos a grandiosidade e relevância da sua obra, e ao mesmo tempo, os limites encontrados, dado o período histórico em que foi produzida. Castro compreende o processo da fome aliada às desigualdades sociais e regionais, e como expressão do subdesenvolvimento, e a presente pesquisa, mais do que isso, reconhece a fome moderna aliada à expropriação histórica dos sujeitos da terra e dos meios de produção e da exploração do trabalho não pago de uma classe para garantir o lucro de outra classe, entre outras questões.

Assim, houve a necessidade de analisar o processo de consolidação do modo de produção capitalista, em que o aumento da produtividade — do trabalho e da mercadoria — adquiriu centralidade, sendo o trabalhador colocado numa condição de supérfluo, comprometendo na sua reprodução social, portanto, submetendo-se a miserabilidade, a pobreza e/ou a fome. Desse modo, compreende-se que é o sistema do capital e sua busca incontrolável pela expansão e acumulação, que controla todas as esferas sociais, políticas e econômicas, e conseqüentemente, ao esbarrar-se nos seus limites, vivencia a crise estrutural do sistema capital, que é sistêmica e duradoura, como enfatiza Mészáros, interferindo diretamente nas condições de precarização do trabalho e na fome.

Portanto, compreendemos que há uma geopolítica da fome, diretamente ligada à geopolítica do capital, uma vez que se tem toda uma estratégia capitalista para o aumento da exploração do agronegócio. No Brasil, a produção de alimentos e do campo, são apropriados pelo capital para transformarem-se em mercadorias. Para além disso, ocorre o processo de financeirização dos alimentos, nos quais esses são produzidos via *commodities*, para atender a demanda externa e dos conglomerados agroindustriais, pois esses tornaram-se artigos especulativos nas bolsas de valores, disponíveis para compra e venda antes mesmo de serem produzidos, revelando o controle que o capital exerce sobre o trabalho, a terra e o alimento. Assim, os

alimentos não são produzidos para saciar a fome dos sujeitos, mas para gerar cada vez mais capital, sendo a fome produto dessa relação de exploração capital e trabalho.

Durante o curso de mestrado, mais precisamente na metade dele, nos deparamos com a disseminação da pandemia da Covid-19, realidade que exacerbou ainda mais a fome no mundo e que por isso foi questão de discussão no decorrer do texto dissertativo, inclusive a insegurança alimentar, imposta a parcela significativa dos trabalhadores brasileiros, foi alvo de diversas notícias dos meios de comunicação em geral, seja pelo jornal, pela imprensa escrita e falada, assim como de trabalhos acadêmicos que debruçam sobre suas consequências para a sociedade.

O processo de exacerbação da fome é contraditório, uma vez que os bilionários acumularam ainda mais capital nesse período, como por exemplo a indústria farmacêutica, os bancos, as corporações que controlam a tecnologia, esses atingiram um acúmulo de capital que até então não havia sido alcançado, evidenciando que a fome, a pobreza e a miséria são condições para a produção e acumulação de riqueza pelo capital. Aliado a isso, na sociedade brasileira tem-se uma política governamental genocida, em que o presidente da república é contrário as recomendações dos órgãos de saúde e dissemina em seus discursos de ódio que o distanciamento social e o uso de máscara não são necessários, assim como a vacina.

Ao mesmo tempo, intensifica-se a fome e o desemprego, afetando diretamente os trabalhadores mais pobres, sendo esses cada vez mais colocados à margem da sociedade, como descartáveis e supérfluos para o capital. E assim sucumbem à fome, os que trabalham nos pequenos negócios/comércios, no mercado local, etc., severamente atingidos porque são desprovidos de um capital reserva para enfrentar esses momentos de crise, ao contrário das grandes corporações, que permanecem com o seu processo de acumulação e extração de mais-valia.

E a ação do Estado diante da pandemia, em nosso país, veio através da bancada de oposição e sua articulação, com a criação do Auxílio Emergencial, afim de garantir minimamente o acesso ao alimento para os sujeitos desprovidos das condições de trabalho. No período em que o auxílio era de R\$ 600, não havia níveis muito graves de fome, pois pelo menos esse dinheiro garantiu que as pessoas comprassem o alimento para sobreviverem, mas quando esse quadro muda, com a diminuição do valor variando entre R\$ 150,00 e R\$ 375,00, torna-se perceptível um salto na intensificação da fome, uma vez que grande parte das pessoas se encontram desempregadas em meio a pandemia e sem auxílio para garantir a alimentação.

Logo, a classe trabalhadora não teve outra opção a não ser submeter-se a possibilidade de contágio do vírus, indo para as ruas garantir sua sobrevivência, e ao mesmo tempo alimentar a máquina do capital, caso contrário, morria-se de fome. Isso deixou as parcelas mais empobrecidas da classe trabalhadora em uma condição muito complicada: morrer do vírus ou de fome?

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo. **Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia**. Secretaria Geral do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2020.

ALVES, José Jakson Amancio, **A contribuição de Josué de Castro no estudo e combate à fome e sua repercussão científica e política na geografia**, *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v.25, n.2, mai/ago. 2008.

ANA. **Maior consumidor de água no Brasil, setor agrícola se defende e prega a precificação, educação e investimentos como soluções**. Disponível em: <https://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Noticias/BrasilPost-MaiorConsumidorDeAguaSetorAgricolaSeDefendeEPregaAPrecificacao,EducacaoEInvestimentos.pdf>. Acesso em 15 mar. 2021

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os Sentidos do Trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho** . 2.edição, 10.reimpressão revista e ampliada. São Paulo : Boitempo, 2009.

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de. “Geografia da Fome”: da lógica regional à universidade. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 13(3):545-549, jul-set, 1997.

BELLUZZO, Luiz G.; FRISCHTAK, Cláudio R.; LAPLANE, Mariano. (Ogrs). **Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2014.

BRASIL DE FATO. **Brasil tem 19 milhões de pessoas passando fome em meio à pandemia**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/05/brasil-tem-19-milhoes-de-pessoas-passando-fome-em-meio-a-pandemia>. Acesso em 07 jun. 2021.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. In: ANDRADE, Manuel Correia de. et.al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. p.11-37

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589>. Acesso em 20 mai. 2021

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, et al. **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Em nome da cidade (e da propriedade). In: **XIV Coloquio Internacional de Geocrítica**. Universitat de Barcelona, Barcelona, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direto à cidade”. **Revista Direito e Praxis**, São Paulo, 2020.

CARTACAPITAL. **Fome no Brasil: 10 milhões de pessoas vivem insegurança alimentar grave**. Disponível em: < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/fome-no-brasil-10-milhoes-de-pessoas-vivem-inseguranca-alimentar-grave/>> Acesso em: 16 set. 2020.

CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. **O pão nosso de cada dia nos dai hoje... Josué de Castro e a Inclusão da Fome nos Estudos Geográficos no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MORAES, Ariana Ferreira Alencar. Políticas públicas e movimentos sociais no planejamento e gestão urbanos brasileiros. **Panóptica**, vol. 11, n. 2, pp. 571-605, jul./dez. 2016.

CASTRO, Anna Maria de (org.). **Fome: um tema proibido** – últimos escritos de Josué de Castro. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. Ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: Livraria – Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1955a.

CASTRO, Josué de. **Homens e carangueijos (romance)**. São Paulo: Editora Brasiliense soc. an., 1967b.

CASTRO, Josué de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960c.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome** (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Editora Antares, 1984d.

CIRCUITO D. **Fome**, ainda uma rotina para 821 milhões de pessoas. Disponível em: <https://www.circuitod.com.br/post/fome-ainda-uma-rotina-para-821-milh%C3%B5es-de-pessoas>. Acesso em 24 fev. 2021

CNA. **Panorama do Agro**. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro#:~:text=Como%20revela%20a%20figura%201,%2C7%20bilh%C3%B5es%2C%20em%202020>. Acesso em 20 mai. 2021

CNQ. **Brasil sai do Mapa Mundial da Fome, aponta FAO**. Disponível em: <http://cnq.org.br/noticias/brasil-sai-do-mapa-mundial-da-fome-aponta-fao/>. Acesso em 18 fev. 2018.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz, **A geografia do espaço da miséria**. Scientia Plena 1 (6): 166-170, 2005.

CROPLIFE BRASIL. **Fome: o maior desafio da humanidade.** Disponível em: <https://croplifebrasil.org/noticias/fome-o-maior-desafio-da-humanidade/2020-07-fome-1/>. Acesso em 21 fev. 2021

EOA UOL. **Alimentar o povo, combater a pandemia do vírus e a violência da fome.** Disponível em: <://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opinio/2021/05/09/alimentar-o-povo-combater-a-pandemia-do-virus-e-a-violencia-da-fome.htm>. Acesso em 20 jun.2021

EMBRAPA. **Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo,** diz estudo. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo?p_auth=ZKk2plnE. Acesso em: 21 jun. 2021

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra,** tradução B. A. Schumann ; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. - [Edição revista]. - São Paulo : Boitempo, 2010.

ESTEVE, Esther Vivas. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?.** 1.edição. São Paulo: Expressão Popular, 2017

FAO. **Após três anos a fome mundial ainda não diminuiu e a obesidade continua crescendo – informa a ONU.** Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/1201994/icode/> Acesso em: 12 jun. 2020.

FAO. **A fome no mundo cai,** mas existem ainda 805 milhões de pessoas que sofrem de desnutrição crônica. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/243923/icode/>. Acesso em 25 fev. 2021

FAO. **ONU alerta que fome aguda deve aumentar em mais de 20 países.** Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1391674/>. Acesso em 07. Jun. 2021.

FAO. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil.** Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>. Acesso em 20 jun.2021

FAO. **Brasil em resumo.** Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>. Acesso: 20 mai. 2021

FERNANDES, Gislane Barbosa. **Camponeses de Candiba/Ba no processo de sujeição/reprodução via mobilidade do trabalho.** Monografia – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Mais de 125 milhões de brasileiros sofreram insegurança alimentar na pandemia,** revela estudo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/04/mais-de-125-milhoes-de->

brasileiros-sofreram-inseguranca-alimentar-na-pandemia-revela-estudo.shtml.
Acesso em: 22 jun. 2021

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2ª edição, Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORBES. **As 100 maiores empresas do agronegócio brasileiro em 2020**. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2021/03/as-100-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro-em-2020/>. Acesso em 06 jun. 2021.

GALEANO, Eduardo. **As Veis abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**, Editorial Stampa – Centro de Estudos Migratórios; UFRJ, 1977.

GOLDFARB, Yamila. **Financeirização, poder corporativo e expansão da soja no estabelecimento do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina**: o caso da Cargill. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

G1 GLOBO. **Número de alertas de desmatamento na Amazônia é 2º pior em 5 anos**, apontam dados do Inpe. Disponível em: globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/01/08/desmatamento-na-amazonia-legal-em-2020-foi-o-segundo-pior-nos-ultimos-5-anos-apontam-dados-do-inpe.ghtml. Acesso em 24 fev.2021

HARVEY, David, **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2011b.

HECK, Fernando Mendonça. Uma geografia da degradação do trabalho: O adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos. **Revista Percorso – NEMO**, v. 5, n. 1, p. 03- 31, 2013.

IBGE. **Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso em 05 jun. 2021.

IBGE. **Desemprego atinge 12,6% no trimestre até abril com queda recorde na ocupação**. 2020c Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27821-desemprego-atinge-12-6-no-trimestre-ate-abril-com-queda-recorde-na-ocupacao>> Acesso em: 15 ago. 2020.

IBGE. **Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde.** 2020a Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>> Acesso em: 13 abr. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua.** 2020b Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego > Acesso em: 15 abr. 2020.

IBGE, **Pnad Covid 19.** Taxa de desemprego em 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em 24 mar. 2021

IBGE, **Sidra.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/lspa/brasil>. Acesso em: 20 nov. 2020.

IDEIAS DE ESQUERDA. **Políticas anticapitalistas em tempos de COVID-19, diz David Harvey.** Disponível em: < <http://www.esquerdadiario.com.br/Politicas-anticapitalistas-em-tempos-de-COVID-19>> Acesso em: 15 mai. 2020.

IMAZON. **Sistema de Alerta de Desmatamento.** Disponível em: <https://amazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/SAD-marco-2021-JPG-scaled.jpg>. Acesso em 20 jun. 2021

ISTO É DINHEIRO. **Pandemia provocou perda do equivalente a 255 milhões de empregos no mundo em 2020.** Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/pandemia-provocou-perda-do-equivalente-a-255-milhoes-de-empregos-no-mundo-em-2020/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.]

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Lucas Gama. Covid-19 e ampliação da fome: uma crítica ao sistema alimentar global sob a mundialização do capital. In: **Revista Pegada (online)**, vol. 21, n.2. 333 Maio-Outubro, 2020.

LIMA, Lucas Gama. **Capital mundializado e a geopolítica dos alimentos: uma análise das contradições da oferta de sementes.** In: XIX Encontro Nacional de Geógrafos. Paraíba, 2018.

LIMA, Lucas Gama. **Se esperarmos o agronegócio, morreremos de fome: população em quarentena quer alimentos e não commodities!** Boletim n. 27 - Ciências Sociais e coronavírus. sem página, 24/04/2020.

LIRA, Elizeu Ribeiro. **A Geografia, o território capitalista e o território indígena**. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2005, Presidente Prudente. Anais eletrônicos... Disponível em: <
<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Elizeu%20Ribeiro%20Lira.pdf> Acesso em: 15 jun. 2020.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

MADELEY, John. **O comércio da fome**. Tradução de Ricardo A. Rosenbusch. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do conceito de camponês**. IN: Anais do XII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa/PB, 2002.

MARTINEZ, Rogério. GARCIA, Wanessa. **#Contato Geografia**. São Paulo: Quinteto Editorial, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I, Tomo II. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996b.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984c.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. 1ª ed. São Paulo, Porto Alegre: Editora Unesp, Editora da UFRGS, 2016.

MENEGASSI, Duda. Grileiros já tomaram quase 12 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia. **((O)Eco)**. Domingo, 28 de julho de 2020.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De supérfluos à sujeitos históricos na contramão do capital: a Geografia do (des)trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Revista Outubro. 4ª edição, 2009b.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011c.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>. Acesso em 06 jun. 2021.

OLIVEIRA, Ana Fernanda Inocente. Por uma Sociologia da fome: um estudo sobre as contribuições do pensamento de Josué de Castro. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.7, n.1, jul./dez, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001a.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. Estudos avançados. 15 (43), 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>> Acesso em: 07 de maio de 2017.

OXFAM. **Terra, poder e desigualdade na América Latina**. Disponível em: [1597194016terra_desigualdade-resumo_executivo-pt.pdf](https://www.oxfam.org.br/1597194016terra_desigualdade-resumo_executivo-pt.pdf). Acesso em 15 mar. 2021

OXFAM BRASIL. **Mais pessoas morrerão de fome no mundo do que de covid-19 em 2020**. 2020a Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/noticias/mais-pessoas-morrerao-de-fome-no-mundo-do-que-de-covid-19-em-2020/> > Acesso em: 16 set. 2020.

OXFAM BRASIL. **O Vírus da Fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto**. Pinheiros, 2020.

OXFAM BRASIL. **Olhe para a fome**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/olhe-para-a-fome/>. Acesso em 20 jun. 2021

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. Disponível em: [1596831720relatorio-terrenos_desigualdade-brasil_0-2.pdf](https://www.oxfam.org.br/1596831720relatorio-terrenos_desigualdade-brasil_0-2.pdf). Acesso em 22 mar. 2021

PEREIRA et.al. Criminalização e exarcerbação da violência no campo brasileiro no resfriamento da luta camponesa. In: SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; MENEZES, Sócrates Oliveira. (Orgs). **Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo-cidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2020.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **O que é**. Disponível em: <https://www.portaldoagronegocio.com.br/agronegocio/o-que-e>. Acesso em 05 jun. 2021.

PRESSENZA. **Conferência da FAO reúne esforços para combater a fome**. Disponível em: <https://www.pressenza.com/pt-pt/2014/11/conferencia-da-fao-reune-esforcos-para-combater-fome/>. Acesso em 20 fev. 2021

RÁDIO AGÊNCIA NACIONAL. **Plano Safra 2020/2021 terá R\$ 236,3 bilhões.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2020-06/plano-safra-20202021-tera-r-2363-bilhoes>. Acesso em 06 jun. 2021.

SANTOS, Tania Steren dos. Globalização e a exclusão: a dialética da mundialização do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 170-198

SBMT. **Fome no mundo em ascensão:** seca e conflitos são ameaças constantes. Disponível em: <https://www.sbmt.org.br/portal/fome-no-mundo-em-ascensao-seca-e-conflitos-sao-ameacas-constantas/>. Acesso em 21 fev. 2021

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

SOUZA, Dayse Maria. **A asfixia do capital sobre o trabalho no espaço agrário no litoral Sul da Bahia**. Tese (doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SOUZA, Suzane Tosta. **AS INVESTIDAS DO CAPITAL NO CAMPO ATRAVÉS DAS IDEOLOGIAS DO “DESENVOLVIMENTO” E DA “MODERNIZAÇÃO”**. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/viewFile/22087/12844>> Acesso em: 03 abr. 2020.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes**. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008.

SOUZA, Suzane Tosta; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada**, v. 9, n. 1, 2008.

THEIS, Ivo Marcos; BUTZKE, Luciana. O desenvolvimento geográfico desigual de uma perspectiva latino-americana. In: **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina, GEPAL UEL, 2010.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VEJA. **A inflação dos alimentos no Brasil em 2020**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/agro-global/a-inflacao-dos-alimentos-no-brasil-em-2020/>. Acesso em: 27 mai. 2021

VERDI, Elisa Favaro. Quem precisa de proteção social? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, et al. **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

VOLOCHKO, Danilo. O cotidiano dos pobres não pode parar: a pandemia e a necrodemografia do capital. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, et al. **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa geopolítica da fome.** 1.edição. São Paulo: Cortez, 2013.